



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Câmpus – Santana do Livramento

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM
GESTÃO PÚBLICA**

Santana do Livramento

Maio, 2023

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

- ♣ Reitor: Roberlaine Ribeiro Jorge
- ♣ Vice-Reitor: Marcus Vinicius Morini Querol
- ♣ Pró-Reitora de Graduação: Shirley Grazieli da Silva Nascimento
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Graduação: Cesar Flaubiano da Cruz Cristaldo
- ♣ Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação: Fábio Gallas Leivas
- ♣ Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação: Ana Paula Manera Ziotti
- ♣ Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Paulo Rodinei Soares Lopes
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Extensão e Cultura: Franck Maciel Peçanha
- ♣ Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários: Carlos Aurélio Dilli Gonçalves
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis e Comunitários: Bruno dos Santos Lindemayer
- ♣ Pró-Reitor de Administração: Fernando Munhoz da Silveira
- ♣ Pró-Reitora de Planejamento e Infraestrutura: Viviane Kanitz Gentil
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Infraestrutura: Fabiano Zanini Sobrosa
- ♣ Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Edward Frederico Castro Pessano
- ♣ Procurador Educacional Institucional: Michel Rodrigues Iserhardt
- ♣ Diretor do Câmpus: Alexandre Vicentine Xavier
- ♣ Coordenador Acadêmico: Fernando Pedro Meinero
- ♣ Coordenador Administrativo: João Timóteo de Los Santos
- ♣ Coordenador(a) do Curso: Catia Raquel Felden Bartz
- ♣ Núcleo Docente Estruturante: Angela Quintanilha Gomes, Flaviani Souto Bolzan Medeiros, Catia Raquel Felden Bartz, Guilherme Howes Neto, Thiago Antônio Beuron Corrêa de Barros
- ♣ Colaborador(es): Angela Quintanilha Gomes, Flaviani Souto Bolzan Medeiros, Cátia Raquel Felden Bartz, Guilherme Howes Neto, Luiz Edgar Araujo Lima, Kathiane Benedetti Corso e Thiago Antônio Beuron Corrêa de Barros.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição dos Campi da Unipampa pelo Rio Grande do Sul.....	16
Figura 2 - Localização Geográfica de Santana do Livramento.....	18
Figura 3 - Foto da linha imaginária que divide Rivera e Livramento.....	19
Figura 4 - Foto aérea das cidades de Rivera-ROU e Santana do Livramento-BR	19

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Panorama da educação no Município de Santana do Livramento	23
Quadro 2 - Servidores/Empregados Públicos das Organizações Públicas	24
Quadro 3 - Vagas a serem supridas pelas organizações públicas.....	25
Quadro 4 - Cursos do Campus Santana do Livramento e seus atos autorizativos ...	35
Quadro 5 - Distribuição da carga horária total do Curso	36
Quadro 6 - Organização Curricular do Curso	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matriz Curricular do Curso	51
Tabela 2 - Componentes Curriculares Complementares de Graduação do Curso ...	58
Tabela 3 - Atividades Complementares de Graduação	61
Tabela 4 - Migração curricular (medidas resolutivas)	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Nome	Sigla
Ações Afirmativas e Inclusão	ADAFI
Arranjo Produtivo Local	APL
Associação Brasileira de Normas Técnicas	ABNT
Atendimento Educacional Especializado	AEE
Atividades Complementares de Graduação	ACGs
Atividades Curriculares de Extensão	ACE
Atividades Curriculares de Extensão Específicas	ACEE
Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas	ACEV
Câmara Consultiva Temática	CCT
Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia	CNCST
Classificação Brasileira de Ocupações	CBO
Comissão Central de Avaliação	CCA
Comissão Própria de Avaliação	CPA
Comitês Locais de Avaliação	CLA
Componente Curricular Complementar de Graduação	CCCG
Conceito de Curso	CC
Conceito Preliminar de Curso	CPC
Conselho Universitário	CONSUNI
Conselhos Regionais de Desenvolvimento	COREDES
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	CAPES
Cursos Superiores de Tecnologia	CST
Departamento de Tecnologia de Informação e Comunicação	DTIC
Ensino a Distância	EaD
Exame Nacional de Desempenho do Estudante	ENADE
Exame Nacional do Ensino Médio	ENEM
Gestão Unificada de Recursos Institucionais	GURI
Índice Geral de Cursos	IGC
Instituição de Ensino Superior	IES
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE
Instituto Nacional de Estadística	INE

Nome	Sigla
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	INEP
Institutos Federais de Ensino Superior	IFES
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	LDB
Mercado Comum do Sul	MERCOSUL
Ministério da Educação	MEC
Núcleo de Desenvolvimento Educacional	NuDE
Núcleo de Inclusão e Acessibilidade	NinA
Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas	NEABI
Plano de Desenvolvimento Institucional	PDI
Portable Document Format	PDF
Programa de Acompanhamento do Egresso	PAE
Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos	PAPE
Programa de Apoio Social e Pedagógico	PASP
Programa de Mobilidade Acadêmica Brasil-Colômbia	BRACOL
Programa de Mobilidade Acadêmica Brasil-México	BRAMEX
Programa Nacional de Assistência Estudantil	PNAES
Projeto Pedagógico do Curso	PPC
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários	PRAEC
Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão	SIEPE
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica	SETEC
Secretaria de Educação Superior	SESu
Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior	SERES
Sistema Acadêmico de Projetos	SAP
Sistema de Informações do Ensino	SIE
Sistema de Seleção Unificada	SiSU
Sistema Integrado de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão	SIPPEE
Tecnologia da Informação	TI
Tecnologias da Informação e Comunicação	TICs
Trabalho de Conclusão de Curso	TCC
Universidade Federal de Pelotas	UFPeI
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM
Universidade Federal do Pampa	Unipampa

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	8
APRESENTAÇÃO.....	10
1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	12
1.1 Contextualização da Unipampa.....	12
1.2 Contexto da inserção regional do câmpus e do Curso	16
1.2.1 Perspectivas para a realidade regional	20
1.2.2 Contexto educacional	22
1.3 Concepção do Curso.....	26
1.3.1 Justificativa	30
1.3.2 Histórico do Curso	32
1.4 Apresentação do Curso	33
1.4.1 Administração do câmpus Santana do Livramento	34
1.4.2 Funcionamento do Curso	36
1.4.3 Formas de Ingresso	37
2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	42
2.1 políticas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso.....	42
2.1.1 Políticas de Ensino	42
2.1.2 Políticas de Pesquisa	43
2.1.3 Políticas de Extensão	44
2.2 Objetivos do Curso	47
2.3 Perfil do Egresso	47
2.3.1 Campos de Atuação Profissional	48
2.3.2 Habilidades e Competências	49

2.4 Organização Curricular.....	49
2.4.1 Requisitos para integralização curricular	50
2.4.2 Matriz curricular	50
Requisitos para a Láurea Acadêmica	55
2.4.3 Abordagem dos Temas Transversais	55
2.4.4 Flexibilização Curricular	56
2.4.4.1 Componentes Curriculares Complementares de Graduação.....	57
2.4.4.2 Atividades Complementares de Graduação.....	60
2.4.4.3 Mobilidade Acadêmica.....	68
2.4.4.4 Aproveitamento de Estudos.....	70
2.4.5 Migração curricular e equivalências	70
2.4.6 Estágios Obrigatórios ou Não Obrigatórios	72
2.4.7 Práticas Profissionais	74
2.4.9 Inserção da extensão no currículo do curso	75
2.5 Metodologias de Ensino.....	75
2.5.1 Interdisciplinaridade	77
2.5.2 Práticas Inovadoras	78
2.5.3 Acessibilidade Metodológica	80
2.5.4 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino e aprendizagem	83
2.6 Avaliação da aprendizagem.....	84
2.7 Apoio ao discente.....	85
2.8 Gestão do curso a partir do processo de avaliação interna e externa..	87
3 EMENTÁRIO.....	90
4 GESTÃO.....	137

4.1 Recursos humanos.....	137
4.1.1 Coordenação de Curso	137
4.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)	139
4.1.3 Comissão do Curso	139
4.2 Recursos de infraestrutura	145
4.2.1 Espaços de trabalho	147
4.2.2 Biblioteca	151
4.2.3 Laboratórios	152
REFERÊNCIAS TÉCNICO-PEDAGÓGICAS	159
APÊNDICES	160
APÊNDICE A – REGULAMENTO PARA A ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA	160
APÊNDICE B – REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA	166
APÊNDICE C – REGIMENTO DA COMISSÃO DE CURSO.....	170
APÊNDICE D – REGULAMENTO PARA OS CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO E AS EQUIVALÊNCIAS DA CARGA HORÁRIA NAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO NO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA	178
APÊNDICE E – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO ESPECÍFICAS E VINCULADAS.....	182
ANEXO II – CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO E EQUIVALÊNCIAS DA CARGA HORÁRIA NAS ACG.....	194

IDENTIFICAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

- ♣ Mantenedora: Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA
- ♣ Natureza Jurídica: Fundação Federal
- ♣ Criação/Credenciamento: Lei 11.640, 11/01/2008, publicada no Diário Oficial da União de 14/01/2008
- ♣ Credenciamento EaD: Portaria MEC 1.050 de 09/09/2016, publicada no D.O.U. de 12/09/2016
- ♣ Recredenciamento: Portaria MEC 316 de 08/03/2017, publicada no D.O.U. de 09/03/2017
- ♣ Índice Geral de Cursos (IGC): 4
- ♣ Site: www.unipampa.edu.br

REITORIA

- ♣ Endereço: Avenida General Osório, n.º 900
- ♣ Cidade: Bagé/RS
- ♣ CEP: 96400-100
- ♣ Fone: + 55 53 3240-5400
- ♣ Fax: + 55 53 32415999

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

- ♣ Endereço: Rua Melanie Granier, n.º 51
- ♣ Cidade: Bagé/RS
- ♣ CEP: 96400-500
- ♣ Fone: + 55 53 3247-5445 Ramal 4803 (Gabinete)
- ♣ Fone: + 55 53 3242-7629 5436 (Geral)
- ♣ E-mail: prograd@unipampa.edu.br

CÂMPUS NOME DO CÂMPUS

- ♣ Endereço: Rua: Barão do Triunfo, n.º 1048
- ♣ Cidade: Santana do Livramento/RS
- ♣ CEP: 97573-634
- ♣ Fone: +55 +55 3967-700
- ♣ E-mail: sec.dir.livramento@unipampa.edu.br
- ♣ Site: <https://unipampa.edu.br/livramento/>

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- ♣ Área do conhecimento: Ciências Sociais e Aplicadas
- ♣ Nome do curso: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
- ♣ Grau: Tecnológico
- ♣ Código e-MEC: 405417
- ♣ Titulação: Tecnólogo(a) em Gestão Pública
- ♣ Turno: Noturno
- ♣ Integralização: 6 semestres
- ♣ Duração máxima: 12 semestres
- ♣ Carga horária total: 1770 horas
- ♣ Periodicidade: semestral
- ♣ Número de vagas: 50 (cinquenta)
- ♣ Modo de Ingresso: Sistema de Seleção Unificada (SiSU), entre outras modalidades de ingresso definidas pela instituição
- ♣ Data de início do funcionamento do Curso: 03/2009
- ♣ Atos regulatórios de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso: Portaria nº 488, de 20 de dezembro de 2011; Portaria nº 270, de 03 de abril de 2017; Portaria nº 209, de 25 de junho de 2020.
- ♣ Página web do curso: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/gestaopublica/>
- ♣ Contato: catiabartz@unipampa.edu.br

APRESENTAÇÃO

Neste tópico será apresentado o novo Projeto Pedagógico do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública, do Campus de Santana do Livramento, da Universidade Federal do Pampa. As reformulações realizadas no curso buscam uma atualização e inovação, tendo em vista que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), que esteve em vigor desde o início da oferta em março do 2009, esteve embasado nas orientações previstas na 1ª Edição do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, Decreto nº 5773/06, hoje estamos na 3ª Edição, Decreto 9.235/17. A reelaboração deste documento levou em consideração a inclusão dos elementos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Resolução CONSUNI/Unipampa nº 317, de 29 de abril de 2021 que regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância da Unipampa, e as particularidades da região combinadas com as mudanças que estão ocorrendo na Gestão Pública. O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Unipampa possui duração de três anos, divididos em seis semestres, agrupados de forma interdisciplinar, o que possibilita uma formação focada no campo das públicas, sendo regida pelo descrito na 3ª Edição do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, que prevê: o Perfil profissional de conclusão; a Infraestrutura mínima requerida; o Campo de atuação, as ocupações contidas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e as possibilidades de prosseguimento de estudos na Pós-Graduação na área de Administração, entre outras. Além do ensino de qualidade, o curso prevê contribuir para o desenvolvimento da pesquisa, da extensão e da produção intelectual, despertando no futuro Tecnólogo em Gestão Pública a necessidade da conexão e interação com as políticas e práticas no campo das públicas possibilitando ainda o seu desenvolvimento e do contexto de atuação. O curso atende os dispositivos constantes da Constituição Federal do Brasil; da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); do Estatuto (Lei 11.640 de 11 de janeiro de 2008) e Regimento da Unipampa (RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE JUNHO DE 2010); do PDI (2019-2023) da Unipampa e do Decreto 9.235, de 15 de Dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós

graduação no sistema federal de ensino, que revogou o Decreto 5.773/2006 que criou a primeira Edição do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Esta revisão do Projeto representa uma atualização com base na autoavaliação do curso em função das mudanças na administração pública e uma necessidade de melhoria diante dos processos de avaliação na qual o curso é submetido periodicamente. Em síntese, o documento atual que se apresenta reflete um trabalho feito a muitas mãos, no decorrer de mais de um ano de atividades do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e demais colaboradores. O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública está composto pelos seguintes tópicos: contextualização, organização didático-pedagógica, ementário e gestão.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIPAMPA

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023), a criação da Universidade Federal do Pampa é marcada por intencionalidades, dentre essas o direito à educação superior pública e gratuita por parte dos grupos que historicamente estiveram à margem deste nível de ensino. Sua instalação em região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento edifica a concepção de que o conhecimento produzido neste tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas.

A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as intencionalidades da Universidade, que necessita ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolem as barreiras da regionalização, lançando-a cada vez mais para territórios globalizados. Esses compromissos foram premissas para a escolha dos valores balizadores do fazer da Instituição, bem como para a definição de sua missão e do desejo de vir a ser (visão de futuro) e passam, a seguir, a ser explicitados.

MISSÃO

A Unipampa, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

VISÃO

A Unipampa busca constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de contribuir na formação de cidadãos para atuar em prol da região, do país e do mundo.

VALORES

- ♣ Ética;
- ♣ Transparência e interesse público;
- ♣ Democracia;

- ♣ Respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais;
- ♣ Garantia de condições de acessibilidade;
- ♣ Liberdade de expressão e pluralismo de ideias;
- ♣ Respeito à diversidade;
- ♣ Indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- ♣ Ensino superior gratuito e de qualidade;
- ♣ Formação científica sólida e de qualidade;
- ♣ Exercício da cidadania;
- ♣ Visão multi, inter e transdisciplinar do conhecimento científico;
- ♣ Empreendedorismo, produção e difusão de inovação tecnológica;
- ♣ Desenvolvimento regional e internacionalização;
- ♣ Medidas para o uso sustentável de recursos renováveis; e
- ♣ Qualidade de vida humana (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2019).

A Fundação Universidade Federal do Pampa é resultado da reivindicação da comunidade da região, que encontrou guarida na política de expansão e renovação das Instituições Federais de Educação Superior, incentivada pelo Governo Federal desde a segunda metade da primeira década de 2000. Veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica - um extenso território, com problemas no processo de desenvolvimento, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior - a “Metade Sul” do Rio Grande do Sul. Veio ainda para contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de Ensino Superior gratuito e de qualidade nesta região, motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma Instituição Federal de Ensino Superior. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova Universidade.

Em 22 de novembro de 2005, esse consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da Educação Superior no Estado. Coube à UFSM implantar os campi nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiiana e São Gabriel e, à UFPel, os campi de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. As instituições componentes do consórcio foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da futura Instituição, sendo estes: câmpus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; câmpus Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras (Português e Espanhol), Licenciatura em Letras (Português e Inglês); câmpus Caçapava do Sul: Geofísica; câmpus Dom Pedrito: Zootecnia; câmpus Itaqui: Agronomia; câmpus Jaguarão: Pedagogia e Licenciatura em Letras (Português e Espanhol); câmpus Santana do Livramento: Administração; câmpus São Borja: Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e o Curso de Serviço Social; câmpus São Gabriel: Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; câmpus Uruguaiiana: Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia; totalizando 27 cursos de graduação.

Em setembro de 2006, as atividades acadêmicas tiveram início nos campi vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos campi vinculados à UFSM. Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições componentes do consórcio realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os campi. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA.

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova Universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados;

desenvolvimento profissional de docentes e técnico-administrativos em educação; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com lideranças comunitárias e regionais, sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei nº 11.640 cria a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu Art. 2º:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2008, p.1).

No momento de sua criação, a UNIPAMPA já contava com 2.320 alunos, 180 servidores docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação.

Ainda em janeiro de 2008, foi dado posse ao primeiro reitorado que, na condição pro tempore, teve como principal responsabilidade integrar os campi criados pelas instituições componentes do consórcio que deu início às atividades dessa Instituição, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa. Nessa gestão foi constituído provisoriamente o Conselho de Dirigentes, integrado pela Reitora, Vice-Reitor, Pró-Reitores e os Diretores de câmpus, com a função de exercer a jurisdição superior da Instituição, deliberando sobre todos os temas de relevância acadêmica e administrativa. Ainda em 2008, ao final do ano, foram realizadas eleições para a Direção dos campi, nas quais foram eleitos os Diretores, Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores Administrativos.

Em fevereiro de 2010, foi instalado o Conselho Universitário (CONSUNI), cujos membros foram eleitos ao final do ano anterior. Composto de forma a garantir a representatividade da comunidade interna e externa com prevalência numérica de membros eleitos, o CONSUNI, ao longo de seu primeiro ano de existência, produziu um amplo corpo normativo. Dentre outras, devem ser destacadas as Resoluções que regulamentam o desenvolvimento de pessoal; os afastamentos para a pós-graduação; os estágios; os concursos docentes; a distribuição de pessoal docente; a prestação de serviços; o uso de veículos; as gratificações relativas a cursos e concursos; as eleições universitárias; a colação de grau; o

funcionamento das Comissões Superiores e da Comissão Própria de Avaliação. Pela sua relevância, a aprovação do Regimento Geral da Universidade, ocorrida em julho de 2010, simboliza a profundidade e o alcance desse trabalho coletivo, indispensável para a implantação e consolidação institucional. Visando dar cumprimento ao princípio de publicidade, as reuniões do CONSUNI são transmitidas, ao vivo, pela Internet, para toda a Instituição, e as resoluções, pautas e outras informações são publicadas na página web.

Em novembro de 2022 a Unipampa possuía 70 cursos de graduação presencial, 7 cursos de graduação em Ensino a Distância (EaD), 23 Especializações, 20 mestrados e 05 doutorados. Nestes cursos, estão assim distribuídos o número de alunos: 10.392 estudantes de graduação presencial; 943 estudantes de graduação EaD; 880 estudantes de pós-graduação. Para tornar possível essa realidade de cursos, conta com o seguinte capital humano: 918 docentes; 902 técnico-administrativos e 319 terceirizados.

Figura 1 - Distribuição dos Campi da Unipampa pelo Rio Grande do Sul



Fonte: Adaptado do site da UNIPAMPA (<http://www.unipampa.edu.br/portal/universidade>)

1.2 CONTEXTO DA INSERÇÃO REGIONAL DO CÂMPUS E DO CURSO

A região onde a universidade está inserida está localizada na faixa da fronteira com o Uruguai e a Argentina chamada “Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul”. De acordo com o Ministério da Integração (2008), a intitulada

Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul conta com um território de aproximadamente 150.000 km² e possui, ao todo, 106 municípios que fazem fronteira com o Uruguai e a Argentina. Tomando-se o espaço de inserção da Unipampa, neste contexto, esta abarca três Conselhos Regionais de Desenvolvimento, os chamados COREDES, que são regiões geopolíticas do Estado do Rio Grande do Sul, a Região Fronteira Oeste (13 municípios), a Região da Campanha (7 municípios) e a Região Sul (22 municípios). No PDI, encontra-se o escopo da relevância da Unipampa para Região:

[...] a oferta de educação superior pública e gratuita, articulada com investimento sistemático em pesquisa e extensão pode contribuir significativamente para o desenvolvimento regional. A criação de uma universidade federal como estratégia para a promoção do desenvolvimento regional e da melhoria da qualidade de vida de sua população veio ao encontro dessa realidade de carência de oportunidades. Nesse ínterim, a Unipampa se preocupa, desde seu início, em contribuir para atender demandas regionais da melhor forma possível (Unipampa, 2019, p. 19). Desde sua criação, a Unipampa foi direcionada para oportunizar acesso à educação superior pública, gratuita, inclusiva e de qualidade, especialmente para comunidades que, historicamente, estiveram à margem desse direito. Sua instalação em região geográfica marcada por baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH, PIB e IDEB, por exemplo) reforça a convicção de que o conhecimento é potencializador de novas perspectivas. A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as aspirações da Universidade, que deve ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que possam extrapolar as barreiras da regionalização, lançando-a, cada vez mais, para territórios globalizados. Esses compromissos foram premissas para a escolha dos valores balizadores do fazer da Instituição bem como para a definição de sua missão e da sua visão. (Unipampa, 2019, p.19).

No entanto, a partir do estudo realizado na construção do Projeto Institucional os membros da comunidade acadêmica verificam que a região apresenta potencialidades tendo como relevância a sua posição em relação ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o desenvolvimento e ampliação do porto de Rio Grande, a abundância de solo de boa qualidade, os exemplos de excelência na produção agropecuária, as reservas minerais e a existência de significativas instituições de ensino e pesquisa (Unipampa, 2019). A cidade de Santana do Livramento – RS, Campus da Unipampa onde se insere o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, situa-se na fronteira Brasil/Uruguai a chamada “Fronteira da Paz” (FIGURA 2).

Figura 2 - Localização Geográfica de Santana do Livramento

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Santana_do_Livramento

O município tem como limites geográficos, as cidades de Rosário do Sul, ao norte; Bagé e Dom Pedrito, a leste; Quaraí, a oeste; e ao sul, em divisa seca (uma rua urbana) a cidade de Rivera, capital do Departamento de Rivera, da República Oriental do Uruguai. Segundo dados do Instituto Nacional de Estadística del Uruguay (INE, 2011), Rivera possui uma população de 103.447 habitantes, enquanto que Santana do Livramento, segundo dados estimados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), possui 76.321 habitantes, totalizando um agrupamento populacional de 185.911 habitantes, podendo ser considerado uma das 12 maiores cidades do estado do Rio Grande do Sul e entre as 3 maiores do Uruguai. As Figuras 3 e 4 demonstram esta conturbação entre cidades.

Figura 3 - Foto da linha imaginária que divide Rivera e Livramento



Fonte: Badra apud Meirelles (2006, p. 4)

Figura 4 - Foto aérea das cidades de Rivera-ROU e Santana do Livramento-BR



Fonte: Badra apud Meirelles (2006, p. 5)

A história do Rio Grande do Sul já contou com a economia desta região como sustentáculo da economia de todo o estado. Grandes movimentos políticos e econômicos surgiram neste espaço de grandes terras e de grande potencialidade agropecuária. No entanto, o mesmo modelo que garante a pujança regional é a causa do atraso social e econômico estabelecido contemporaneamente. O modelo da pecuária extensiva, da monocultura, do latifúndio, acompanhado de uma industrialização dependente do capital ou do mercado externo, perde espaço com a mudança da fronteira agrícola e com o acirramento das condições competitivas impostas pelo processo de abertura da economia (HOFF; SAN MARTIN; SOPEÑA, 2011).

A dualidade socioeconômica sul-norte singulariza a situação da Metade Sul, impondo grandes desafios para a superação dos condicionantes que dificultam o seu desenvolvimento. Com a produção industrial crescentemente irrelevante, a estrutura produtiva passou a depender, fortemente, dos setores primários e de serviços. Outros fatores, combinados entre si, têm dificultado a superação da situação atual: baixo investimento público per capita, que reflete a baixa capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional e alta dispersão urbana; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades; a distância dos polos desenvolvidos do estado, que prejudicam a competitividade, a atração de benefícios, dentre outros. Essa realidade econômica vem afetando fortemente a geração de empregos e os indicadores sociais, especialmente os relativos à educação e à saúde (PDI 2019-2023).

1.2.1 Perspectivas para a realidade regional

Ao buscar alternativas para gerar uma mudança no padrão produtivo regional, segundo dados da Secretaria da Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul (2015), divulgado no relatório Rumos, indica que a região possui potencialidades para setores como: a) indústria cerâmica por causa da presença da matéria-prima; b) cadeia de carnes integrada; c) vitivinicultura; d) extrativismo mineral: alta incidência de carvão e também de pedras preciosas (principalmente em Livramento, Quaraí e Barra do Quaraí); e) cultivo do arroz e soja; f) exploração da silvicultura; g) alta capacidade de armazenagem; e g) turismo

(atratividade por ser região de fronteira, que agrega muito à rede hoteleira, ainda tem potencial para o enoturismo, devido a existência das duas vinícolas e o turismo rural, além do comércio em *free shops*).

Dentre os setores com potencialidade, alguns merecem destaque por ser alvo de investimento público e privado. Um dos que deve ser destacado é o processo de industrialização de grãos oleaginosos para fins de biocombustível, como é o caso da soja e da produção de biodiesel, que já conta com planta instalada regionalmente. A produção de vinho vem se ampliando, com modificação na forma de inserção da produção regional na cadeia vitivinícola do estado. De um lado, a venda de matéria prima, principalmente de uvas brancas, se transformou na venda de produtos semimanufaturados, como é a entrega do suco da uva, ao invés da uva em grão, para transformação em espumantes na serra gaúcha. Por outro lado, a produção de vinhos também é feita localmente, com alguns destaques de qualidade na produção local.

Alguns frigoríficos vêm buscando instalar-se na região com foco na organização da cadeia produtiva e agregação de valor ao produto, o que vem acontecendo não só para a produção de carne bovina, mas também para a carne ovina. Outro destaque é a recente instalação do complexo eólico Cerro Chato, uma parceria da Eletrosul com a empresa Wobben, com 45 aerogeradores, com capacidade de geração de 90 MW, onde foram investidos R\$ 400 milhões.

Outro elemento importante é que na região de atuação da Unipampa está localizado o Aquífero Guarani, que se trata de um manancial gigante de águas subterrâneas, com extensão de 1.195.000 km². Esse Aquífero possui água de excelente qualidade, extraída através de poços artesianos e semi artesianos, utilizada no abastecimento de centenas de cidades de médio e grande porte. Sua importância é estratégica, uma vez que o volume aproveitável de água é de 40 km³/ano, superando em 30 vezes a demanda de cerca de 15 milhões de pessoas que vivem em sua área de ocorrência. Na prática, isso significa que o aquífero em questão tem uma reserva potencial para abastecer toda a população brasileira por cerca de 2.500 anos, tornando-se assim, de vital importância para as gerações futuras do Cone Sul e do Mundo (EMBRAPA, 2012).

1.2.2 Contexto educacional

O contexto regional que a Unipampa está inserida envolve diretamente seis coordenadorias regionais de educação, que são subdivisões utilizadas pela Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Em Santana do Livramento, está a sede da 19ª Coordenadoria, que abarca além da sede, mais quatro municípios circunvizinhos (Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul e São Gabriel). No total são aproximadamente 50 mil estudantes de nível básico, fundamental, médio e superior, distribuídos em instituições de ensino municipais, estaduais, federais e particulares desta região.

Além destes números, não se pode deixar de considerar o contexto educacional de Rivera-Uruguai, pelos aspectos fronteiriços já apresentados, com mais de 25 mil estudantes da educação inicial, primária, secundária e universitária. Todavia, vale destacar as peculiaridades do seu sistema educacional uruguaio, principalmente com a opção de concentrar a educação universitária em Montevidéu, obrigando a população a deslocar-se até a capital do seu país para aperfeiçoar-se. No entanto, com o Decreto nº 5.105, de 14 de junho de 2004, que estabelece o Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Oriental do Uruguai para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaiois, é permitida a todos os cidadãos Uruguaiois ou Brasileiros a frequência a estabelecimentos de ensino públicos ou privados.

Com todo este contexto educacional, é possível perceber que há elevada demanda de educação superior na região, comprovada pelos dados de estudantes no ensino fundamental e médio, bem como a possibilidade de que os vizinhos uruguaiois, também possam ingressar nos bancos universitários, aperfeiçoando a integração entre os dois países. Nas palavras de Gutierrez-Bottaro (2002, s/n):

Las ciudades fronterizas de Rivera y Santana do Livramento tienen, en conjunto, una población de 189.000 habitantes. Una característica muy peculiar de esta frontera es que no existe ningún obstáculo geográfico que separe a las ciudades. Están separadas (o unidas) solamente por una calle y por una plaza denominada 'Parque Internacional'.

Seguindo informações disponibilizadas por Guttierrez-Bottaro (2002) e utilizando os dados do IBGE, deu-se conta que este grupamento populacional pode ser considerado uma das 10 maiores cidades do Estado do Rio Grande do Sul e entre as 5 maiores do Urugua.

A Universidade, em Santana do Livramento, está sediada em um prédio próprio, sob o endereço: Rua Barão do Triunfo, nº 1048. Além do Curso de Tecnologia em Gestão Pública, o Campus conta com os cursos de Administração, Ciências Econômicas, Relações Internacionais e Direito. A proposta curricular construída prevê interligação entre os cursos ofertados, permitindo que o desenvolvimento das atividades ocorra interdisciplinarmente no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

O contexto regional no qual a Unipampa está inserida envolve diretamente seis coordenadorias regionais de educação, que são subdivisões utilizadas pela Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Em Santana do Livramento está a sede da 19ª Coordenadoria, que abarca além da sede, mais quatro municípios circunvizinhos (Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul e São Gabriel). No total são aproximadamente 72 mil estudantes de nível básico, fundamental, médio e superior, distribuídos em instituições de ensino municipais, estaduais, federais e particulares desta região. A taxa de escolarização é de 97,6%, e o município atualmente possui 53 escolas de ensino fundamental e 16 escolas de ensino médio, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Panorama da educação no Município de Santana do Livramento

Modalidade	Total de matrículas
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	97,6%
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública)	5,3
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública)	4,7
Matrículas no ensino fundamental	9.470
Matrículas no ensino médio	2.894
Docentes no ensino fundamental	604
Docentes no ensino médio	258
Número de estabelecimentos de ensino fundamental	53 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio	16 escolas

Fonte: Censo Escolar IBGE/ 2021.

Com todo este contexto educacional, é possível perceber que há elevada demanda de educação superior na região, comprovada pelos dados de estudantes nos ensino fundamental e médio, bem como a possibilidade de que os vizinhos uruguaios, também possam ingressar nos bancos universitários, aperfeiçoando a integração entre os dois países. O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública está sediado no município de Santana do Livramento que possui um quantitativo significativo de organizações públicas municipais, estaduais e federais.

O município, pela sua localização fronteiriça, possui um número expressivo de militares, órgãos de fiscalização aduaneira, e sedia órgãos de atuação regional como Tribunal de Contas, Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria da Fazenda Nacional, Coordenadoria Regional de Educação, Coordenadoria Regional do Instituto-Geral de Perícias do Estado, entre outras. Além disso, houve aumento do número de instituições de ensino superior, nos últimos anos, a partir das políticas públicas de expansão da educação superior para regiões com baixo índice de desenvolvimento.

Buscando conhecer as organizações públicas que atuam no município foi realizada uma pesquisa junto a quarenta e quatro organizações públicas locais (18 municipais, 13 estaduais, 13 federais) para levantar o número efetivo de servidores, visando demonstrar o potencial de demanda e empregabilidade para os Egressos do Curso Superior de Gestão Pública da Unipampa. No Quadro 2 apresenta o número de servidores/empregados públicos das organizações públicas de Santana do Livramento nas três esferas.

Quadro 2 - Servidores/Empregados Públicos das Organizações Públicas

Esferas	Servidores/Empregados públicos
Municipais	1.813
Estaduais	473
Federais	884
Total	3.170

Fonte: Elaborado com base nas informações fornecidas pelas organizações públicas.

A pesquisa também questionou aos responsáveis pelas organizações públicas o quantitativo de servidores necessários para viabilizar o atendimento

adequado à população santanense e da região. Muitas das organizações pesquisadas não informaram este quantitativo, mas verificou-se a necessidade de ampliação do número de servidores em algumas organizações, principalmente na área de segurança pública, organizações municipais. A Prefeitura Municipal de Santana do Livramento criou em 2012 o cargo de tecnólogo em gestão pública pela Lei nº 6.189 de 21 de maio de 2012. Destaca-se que o Quadro 3 apresenta a necessidade de profissionais de diversas áreas de formação – vagas a serem supridas pelas organizações públicas no município de Santana do Livramento – incluindo o tecnólogo em gestão pública.

Quadro 3 - Vagas a serem supridas pelas organizações públicas

Esferas	Servidores/Empregados públicos
Municipais	600
Estaduais	137
Federais	69
Total	806

Fonte: Elaborado com base nas informações fornecidas pelas organizações públicas.

Nesse sentido, o campus Santana do Livramento da Unipampa tem um papel fundamental no aperfeiçoamento de profissionais do ensino superior, visando a formação de mão de obra qualificada para o mundo do trabalho. O Superior de Tecnologia em Gestão Pública tem um impacto significativo na região, sendo que já formou cerca de 450 estudantes, beneficiando não só o município, mas também toda a metade sul do estado do Rio Grande do Sul e demais localidades do país.

O curso contribui para a formação qualificada dos discentes, por meio de estudos, pesquisas e extensão. O mundo tem enfrentado profundas transformações nos últimos anos, as mais visíveis são tecnológicas, afetando os modelos de gestão, que precisam ser repensados, exigindo profissionais capazes de compreender e agir criticamente sobre este ambiente.

Os formandos em Tecnologia em Gestão Pública da Unipampa deverão atuar com consciência crítica, de forma ética para o bom desempenho das organizações em que estiverem inseridos no intuito de qualificar as mesmas e ampliar a atuação. O Tecnólogo em Gestão Pública busca ser um agente

transformador com capacidade de adaptação às novas realidades e necessidades das organizações.

Além disso, durante o curso os acadêmicos deverão atuar em projetos de ensino, pesquisa e extensão, tendo como objeto de estudo o município e região, possibilitando que os resultados destes projetos levem alternativas de desenvolvimento ao ambiente que os cerca.

1.3 CONCEPÇÃO DO CURSO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública foi elaborado de acordo com a legislação em vigor com a seguinte identificação:

- a) Denominação: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
- b) Ato de Reconhecimento do Curso: Portaria nº 488, de 20 de dezembro de 2011.
- c) Número Vagas Oferecidas: 50 (cinquenta) por ano
- d) Conceito de Curso (CC): 4 (2011)
- e) Conceito Preliminar de Curso (CPC): 3 (2018)
- f) Turno: Noturno
- g) Carga Horária Total: 1770 horas
- h) Tempo mínimo para integralização: 06 semestres
- i) Tempo máximo para integralização: 12 semestres
- j) Unidade Acadêmica: Câmpus Santana do Livramento (Rua Barão do Triunfo, 1048 – Bairro Centro – Santana do Livramento, RS – 97573-634 - Fone (55)3967-1700 – <https://unipampa.edu.br/livramento/>)
- k) Identificação da Coordenadora do Curso: Angela Quintanilha Gomes, Graduada em Ciências Sociais (Bacharelado), com mestrado e doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Com o propósito de aprimorar e fortalecer os Cursos Superiores de Tecnologia (CST), o Ministério da Educação encarrega-se, periodicamente, da atualização do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST). Essa atualização, prevista no art. 5º, § 3º, inciso VI do Decreto nº 2006/5.773, e na Portaria nº 2006/1.024, é imprescindível para assegurar que a oferta desses cursos e a formação dos tecnólogos acompanhem a dinâmica do setor produtivo e as demandas da sociedade. Até o momento, foram disponibilizadas duas edições do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, a primeira em 2006, que elencou 98 denominações de cursos; e a segunda em 2010, que elevou o número de denominações para 113 e a Terceira que está sendo implementada no presente ano.

No sentido de dotar o processo de atualização de um caráter coletivo e participativo, a SERES instituiu, por meio da Resolução CC-PARES nº 1, de 24/01/2014, publicada no Diário Oficial da União de 27/01/2014, a Câmara Consultiva Temática — CCT de Atualização do Catálogo de Cursos Superiores de Tecnologia, composta de diversos segmentos envolvidos na oferta dos CST no país, os quais foram incumbidos da indicação de especialistas, posteriormente selecionados pelo MEC, para a avaliação das propostas de atualização do Catálogo.

A atualização do CNCST consistiu de uma construção coletiva que contou com a participação de professores, especialistas e pesquisadores, entidades representativas das instituições de educação superior, entidades de representação profissional, dentre outros, inclusive via consulta pública por meio da qual se acolheram inúmeras sugestões para o aprimoramento do documento. Desse trabalho resultou a revisão dos descritores dos 113 cursos já constantes do catálogo anterior, e o acréscimo de 21 novas denominações, totalizando 134 denominações de Cursos Superiores de Tecnologia a integrarem o novo CNCST.

Essa atualização possibilitou rever uma série de conceitos, informações e evoluções tecnológicas que permeiam a formação profissional do tecnólogo, o que resultou em um documento mais amplo e mais denso. Nesse sentido, em relação

à descrição dos eixos tecnológicos, o texto foi aprimorado e foram destacadas importantes informações relacionadas a um conjunto de oito eixos descritores a seguir conceituados:

- Denominação do curso: corresponde à denominação pela qual devem ser identificados os Cursos Superiores de Tecnologia ofertados pelas Instituições de Educação Superior.

- Eixo tecnológico: corresponde aos 13 eixos tecnológicos que estruturam a organização dos Cursos Superiores de Tecnologia.

- Perfil profissional de conclusão: corresponde ao elenco de ações que o egresso do Curso Superior de Tecnologia, no seu exercício profissional, é capaz de realizar.

- Infraestrutura mínima requerida: corresponde à infraestrutura mínima necessária para o funcionamento do curso.

- Carga-horária mínima: corresponde à carga horária mínima do curso, que no caso dos CST estabelecida em 1.600, 2.000 e 2.400 horas.

- Campo de atuação: corresponde aos locais em que o profissional poderá desempenhar suas atribuições.

- Ocupações CBO associadas: corresponde às ocupações constantes na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) associadas aos cursos oferecidos no catálogo. Trata-se de ocupações que o profissional graduado no Curso Superior de Tecnologia pode exercer ou tem relação direta com o perfil profissional do egresso, fornecendo perspectivas de inserção profissional.

- Possibilidades de prosseguimento de estudos na Pós-Graduação: corresponde às possibilidades de continuidade de estudos em cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, coerentes com o itinerário formativo do graduado. Nesta proposta foram indicadas as áreas de pós-graduação definidas pela CAPES. As possibilidades sinalizadas no Catálogo, no entanto, são meramente indicativas e não esgotam todo o leque de possibilidades de verticalização possíveis.

É importante destacar que o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, na medida em que relaciona os cursos superiores de tecnologia, trazendo informações essenciais sobre o perfil profissional do tecnólogo e sobre a organização da oferta do curso, visa, por um lado, subsidiar os procedimentos regulatórios referentes aos CST e, por outro, orientar estudantes, educadores, sistemas e redes de ensino, instituições ofertantes, entidades representativas de classe, empregadores e o público em geral acerca desses cursos.

Ao submeter esta nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia à sociedade brasileira, a partir da publicação da Portaria MEC nº 413, de 11 de maio de 2016, o MEC contribui para qualificar a oferta dos CST e formar profissionais cada vez mais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, as atividades próprias de cada curso tecnológico, com capacidade para utilizar, desenvolver ou adaptar tecnologias com a compreensão crítica das implicações daí decorrentes e das suas relações com o processo produtivo, o ser humano, o ambiente e a sociedade.

O Parecer CNE/CES nº 277/2006 demonstra que os cursos superiores de tecnologia se organizam por eixos temáticos. Nesses eixos há um agrupamento em grandes linhas temáticas, dentro das quais se agrupam os cursos. O eixo tecnológico de GESTÃO E NEGÓCIOS, compreende:

[...] tecnologias associadas a instrumentos, técnicas, estratégias e mecanismos de gestão. Abrange planejamento, avaliação e gestão de pessoas e de processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações e instituições públicas ou privadas, de todos os portes e ramos de atuação; busca da qualidade, produtividade e competitividade; utilização de tecnologias organizacionais; comercialização de produtos; e estratégias de marketing, logística e finanças. A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionado a: leitura e produção de textos técnicos; estatística e raciocínio lógico; línguas estrangeiras; ciência e tecnologia; tecnologias sociais e empreendedorismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional (CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA – CNCST, p. 36).

Complementarmente aos Pareceres já mencionados, entende-se oportuno considerar os princípios fundamentais contidos na Resolução CNE/CP nº 1, de

5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública foi criado em 2009, o qual foi avaliado pelo Ministério da Educação em 2011, obtendo conceito de curso 4. O Curso tem uma relação próxima com a comunidade por meio de projetos, principalmente, de extensão, com a participação da comunidade acadêmica inserida na realidade regional.

1.3.1 Justificativa

A Educação Profissional e Tecnológica recebeu destaque na LDB nº 9.394/1996 em seu Capítulo III. No artigo 39 especifica que: “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”.

Sendo assim, o curso de Tecnologia em Gestão Pública enquadra-se no § 2º (III) da referida legislação sendo considerado como um fator estratégico de competitividade e de desenvolvimento humano na nova ordem econômica e social (PARECER CNE/CP nº 29/2002). E no art. 2º da Resolução CNE/CP nº 01, no qual diz que a educação profissional e tecnológica ocorre “integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes” (2021, p. 1). É uma modalidade educativa no nível tecnológico, o qual corresponde a um curso de nível superior destinado aos egressos do Ensino Médio e Técnico.

De acordo com o PARECER CNE/CP nº 29/2002, a moderna organização do setor produtivo demanda do trabalhador competências que lhe garantam maior mobilidade dentro de uma área profissional, não se restringindo a formação somente de um posto de trabalho.

Ela é concebida, agora, como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade, que tanto modificam suas vidas e seus ambientes de trabalho. Para tanto, impõe-se a superação do enfoque tradicional da educação profissional, encarada apenas como preparação para a execução de um determinado conjunto de tarefas, em um posto de trabalho determinado. A nova educação profissional, especialmente a de nível tecnológico, requer muito mais que a formação técnica específica para um determinado fazer. Ela requer, além do domínio operacional de uma determinada técnica de trabalho, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico e do conhecimento que dá forma ao saber técnico e ao ato de fazer, com a valorização da cultura do trabalho e com a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões profissionais e ao monitoramento dos seus próprios desempenhos profissionais, em busca do belo e da perfeição (PARECER CNE/ CP nº 29/2002, p.19).

A Unipampa, no esforço de ampliar as ações em face de seu compromisso com a região onde está inserida, ampliou em 2009 a oferta dos seus cursos. Nesse contexto foi criado o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública no Campus de Santana do Livramento. A escolha deu-se pela identificação da demanda por profissionais aptos a trabalhar na área da gestão pública na região de abrangência da Universidade.

Assim sendo, o curso foi criado visando suprir esta necessidade e espera contribuir para a permanente qualificação e profissionalização dos gestores públicos no bioma Pampa gaúcho. Outro fator determinante foi a não existência de curso nesta área na região, os cursos mais próximos estão localizados nos municípios de Pelotas (ao sul do Estado) e São Vicente do Sul (centro do Estado). Neste sentido, pensando na expansão e na qualidade da educação, este projeto fundamenta-se e busca inspiração no artigo 3º da LDB referente aos princípios norteadores da Educação Escolar:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

O PDI (2019-2023) da Unipampa em sua página 25 e 26 também demonstra o interesse pelos princípios orientadores de excelência acadêmica, e gestão democrática e valorização da docência, visando à formação do indivíduo, que culmine no egresso participativo, responsável, crítico e criativo. No que tange o desenvolvimento sustentável da região é proporcionado pelo curso através dos seguintes Componentes Curriculares de Graduação: Planejamento do Desenvolvimento Regional Local, Desenvolvimento Regional Local e Responsabilidade Socioambiental.

Neste sentido, tais Componentes Curriculares visam apresentar o contexto regional numa perspectiva atual possibilitando a reflexão e aprendizado de práticas de planejamento e desenvolvimento sustentável no sentido econômico, social e ambiental. Dessa forma, o presente projeto afirma os princípios da educação, e, conforme o artigo 2º da LDB, almeja o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

1.3.2 Histórico do Curso

O projeto do curso foi aprovado pelo CONSUNI em 2008, iniciando suas atividades em março de 2009, pela iniciativa da Universidade Federal do Pampa de ampliar suas ações em face de seu compromisso com a região em ofertar mais cursos de formação superior a partir da análise do potencial de demanda e empregabilidade dos egressos do curso de Tecnologia. O curso formou a primeira turma em março de 2012 e possui doze turmas já formadas. Em 2011 ocorreu a avaliação para fins de reconhecimento em que o curso recebeu conceito de curso 4. A partir do processo de avaliação o NDE iniciou uma revisão do PPC em 2012. Para realizar a primeira revisão em 2013, a coordenação do Curso desenvolveu o projeto de ensino “Reorganização do PPC do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública”, contemplado com uma bolsa PBDA, com duração de maio de 2012 a dezembro de 2012, com o objetivo de analisar a organização didático-pedagógica do curso em questão, e propor um novo projeto pedagógico de acordo com as diretrizes nacionais e normas acadêmicas da Universidade.

A segunda versão do PPC entrou em vigência em 2013, tendo como uma das principais alterações o aumento da carga horária de 1710 horas para 1770 horas. Em 2015, os alunos realizaram a primeira prova do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) e em 2016, o NDE aprovou uma nova versão do PPC, com alteração da oferta semestral de alguns componentes curriculares. Em 2019, o NDE iniciou um novo processo de revisão do PPC, considerando o processo de auto avaliação do curso, que se deu a partir da análise do desempenho dos alunos na prova do ENADE 2015 e 2018, dos instrumentos de avaliação, dos componentes curriculares, da análise de estudos realizados pelo Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), da Pesquisa de Perfil dos Egressos, da necessidade de adequação à Política Nacional de Extensão e conforme a necessidade de implementação da resolução CNE/CP nº1/2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

1.4 APRESENTAÇÃO DO CURSO

1. Área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas
2. Nome do Curso: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
3. Titulação Conferida: Tecnólogo(a) em Gestão Pública
4. Código e-MEC: 405417
5. Modalidade: Tecnólogo
6. Turno funcionamento: Noturno
7. Endereço funcionamento: Rua Barão do Triunfo, 1048.
8. Regime Acadêmico: Semestral
9. Regime de matrícula: 135 horas (mínimo) e 450 horas (máximo) por semestre letivo
10. Modo de Ingresso: pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu), Ministério da Educação (MEC), utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos

candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). E, ainda, existe a possibilidade de ingresso por meio de editais complementares previstos no calendário acadêmico institucional, de acordo com a Resolução no 260/2019.

11. Período do Ingresso: 1º (primeiro) semestre

12. Carga Horária Total: 1770 horas

- I. Componentes Curriculares obrigatórios: 1320 horas
- II. Trabalho de Conclusão de Curso (obrigatório): 120 horas
- III. Componentes Curriculares Complementares de Graduação: 120 horas
- IV. Atividades Curriculares de Extensão Específicas: 150 horas
- V. Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas: 30 horas
- VI. Atividades Complementares de Graduação: 30 horas

13. Página web do curso:

<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/gestaopublica/>

1.4.1 Administração do câmpus Santana do Livramento

- Direção do Campus Santana do Livramento 2021-2024: Prof. Alexandre Vicentine Xavier (Professor)
- Coordenador Acadêmico: Fernando Pedro Meinero (Professor)
- Coordenador Administrativo: João Timóteo de Los Santos (Técnico-Administrativo em Educação)

Atualmente, o Campus conta com um corpo docente formado por 68 professores com dedicação exclusiva, a maior parte deles com Doutorado, corpo técnico- administrativo com 31 servidores e corpo discente com cerca de 1200 alunos matriculados. Os órgãos colegiados do campus são o Conselho do Campus, as comissões de ensino, pesquisa e extensão, regidos pela Resolução nº 05 de

2010 do CONSUNI. Além dessas comissões, o Campus possui comissões específicas, como a comissão local de avaliação e a comissão local de infraestrutura.

O Curso superior de Tecnologia em Gestão pública possui em sua estrutura de funcionamento o NDE, a Comissão do Curso e a Coordenação do Curso. O NDE, segundo Regimento Interno aprovado em 2013, é constituído por 05 (cinco) professores, incluindo os membros natos, pertencentes ao corpo docente do Curso, que ministram componentes curriculares regularmente no Curso e com comprometimento com o desenvolvimento do PPC. O art. 3º regulamenta as atribuições do NDE.

A Comissão do Curso, segundo art. 98, da Resolução nº 5 de 2010 do CONSUNI, é composta por pelo a) o Coordenador de Curso; b) os docentes que atuam no Curso; c) representação discente eleita por seus pares; d) representação dos servidores técnico-administrativos em educação atuante no Curso, eleita por seus pares. O Regimento da Comissão do Curso foi aprovado em outubro de 2010. As atribuições da comissão estão definidas no art. 8º do respectivo Regimento. As competências do Coordenador de curso estão definidas pelo art. 105 da Resolução nº 10 de 2010. O Coordenador de Curso e seu substituto serão eleitos para um mandato de 2 (dois) anos. A seguir, no Quadro 4 são apresentados os Cursos atualmente oferecidos no Campus Santana do Livramento, bem como seus atos autorizativos.

Quadro 4 - Cursos do Campus Santana do Livramento e seus atos autorizativos

Cursos do Campus	Atos Autorizativos
Administração	Reconhecido pela Portaria nº 1.148, de 20 de maio de 2011, publicada no DOU de 23/05/2011. Portaria de Renovação nº 705, de 18 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 19/12/13.
Relações Internacionais	Reconhecido pela Portaria nº 664, de 12 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 13/12/2013; Portaria nº 270, de 03 de abril de 2017, de Renovação automática de reconhecimento, publicada no DOU de 04/04/2017.
Tecnólogo em Gestão Pública	Reconhecido pela Portaria nº 488, de 20 de dezembro de 2011, publicada no DOU de 22/12/2011.

Cursos do Campus	Atos Autorizativos
Ciências Econômicas	Ata da 7ª Reunião do Conselho de Dirigentes da Unipampa - de 9 de julho de 2009.
Direito	Autorizado pela Portaria nº 332, DE 5 DE MAIO DE 2015, publicada no DOU de 05/05/2015.
Especialização em Desenvolvimento de Regiões de Fronteira	Renovada pela Ata nº 50 da 50ª Reunião Ordinária do CONSUNI da Unipampa.
Especialização em Gestão Pública	Ata nº 50 da 50ª Reunião Ordinária do CONSUNI da Unipampa.
Especialização em Gestão Estratégica de Pequenas e Médias Empresas	Ata nº 50 da 50ª Reunião Ordinária do CONSUNI da Unipampa.
Mestrado em Administração	Ata nº 51 da 51ª Reunião Ordinária do CONSUNI da Unipampa.
Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas	Ata nº 50 da 50ª Reunião Ordinária do CONSUNI da Unipampa.

Fonte: Secretaria Acadêmica do Campus Santana do Livramento.

1.4.2 Funcionamento do Curso

No Quadro 5, são apresentadas as distribuições de carga horária em Componentes Curriculares Obrigatórios e Componentes Curriculares Complementares de Graduação, Atividades Complementares de Graduação, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Curriculares de Extensão Específicas e Vinculadas.

Quadro 5 - Distribuição da carga horária total do Curso

Componentes curriculares obrigatórios de graduação (1320 CC + 120 TCC)	Horária 1440	Créditos 81,3%
Componentes Curriculares	1320	74,6%
Trabalho de Conclusão de Curso	120	6,7%
Componentes Curriculares Complementares de Graduação	120	7%
Atividades Curriculares de Extensão	180	10%
Atividades Curriculares de Extensão Específicas	150	8,4%
Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas	30	1,6%
Atividades Complementares de Graduação	30	1,7%
Total	1770	100%

O Calendário Acadêmico é definido anualmente pela instituição, conforme Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 253, de 12 de setembro de 2019. O ano acadêmico compreende dois períodos letivos regulares, com duração mínima de 100 dias letivos cada um.

A carga horária total do curso é de 1770 horas, sendo 1440 de componentes curriculares obrigatórios, 120h de componentes curriculares complementares, 180h de atividades curriculares de extensão e 30h de atividades complementares de graduação. Quanto à carga horária semestral, a mínima do curso é de 120 e a carga horária máxima semestral é de 450 horas.

1.4.3 Formas de Ingresso

O preenchimento das vagas no curso atenderá aos critérios estabelecidos para as diferentes modalidades de ingresso da Universidade, observando as normas para ingresso no ensino de graduação na Unipampa, Resolução nº 260, de 11 de novembro de 2019. A seguir são apresentadas as formas de ingresso:

- I. Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC);
- II. Chamada por Nota do ENEM;
- III. Ingresso via edital específico.

O preenchimento de vagas ociosas será realizado via Processo Seletivo Complementar ou via editais específicos aprovados pelo Conselho Universitário.

1. Do ingresso via Sistema de Seleção Unificada (SiSU):

- I. O Sistema de Seleção Unificada – SiSU é o sistema um Sistema informatizado gerenciado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de Ensino superior que dele participarem.

II. O ingresso via SiSU é regulado pelo Ministério da Educação (MEC) e por editais internos da UNIPAMPA.

III. A participação da UNIPAMPA no SiSU será formalizada semestralmente por meio da assinatura de Termo de Adesão, que observará o disposto em edital específico do MEC.

2. O ingresso via chamada por nota do ENEM pode ocorrer:

I. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, com oferta de parte das vagas anuais autorizadas, antes do processo de ingresso via SiSU;

II. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, para oferta de vagas ociosas, antes do processo de ingresso via SiSU;

III. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, para oferta de vagas não preenchidas via SiSU;

IV. Para ingresso no semestre letivo regular seguinte ao início do Curso, antes do Processo Seletivo Complementar.

3. Do ingresso via edital específico:

I. Cursos de graduação criados mediante acordos, programas, projetos, pactos, termos de cooperação, convênios, planos de trabalho ou editais com fomento externo podem ter processos de ingresso distintos dos demais, em atendimento a calendários diferenciados ou necessidades de seleção particulares.

4. Ações afirmativas institucionais:

I. Ação Afirmativa para Pessoa com Deficiência: Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.

II. Ação Afirmativa para Pessoas autodeclaradas Negras (preta e parda): Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.

Podem ser criadas outras ações afirmativas para ingresso nos cursos de graduação, desde que autorizadas pelo Conselho Universitário.

5. Do Processo seletivo complementar:

O Processo Seletivo Complementar é promovido semestralmente, para ingresso no semestre subsequente, visando o preenchimento de vagas ociosas geradas em função de abandonos, cancelamentos e desligamentos. É destinado aos estudantes vinculados a instituições de ensino superior, egressos de cursos interdisciplinares, aos portadores de diplomas que desejam ingressar na UNIPAMPA, aos ex-discentes da UNIPAMPA, em situação de abandono, cancelamento ou que extrapolam o prazo máximo de integralização do curso e que desejam reingressar e aos ex-discentes de instituições de ensino superior interessados em concluir sua primeira graduação.

São modalidades do Processo Seletivo Complementar:

- I. Segundo ciclo de formação - é a modalidade de Processo Seletivo complementar para diplomados ou concluintes de cursos interdisciplinares que permite a continuidade da formação em um dos demais cursos de graduação oferecidos pela UNIPAMPA;
- II. Reingresso - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para discentes da UNIPAMPA em situação de abandono, cancelamento ou desligamento há, no máximo, 04 (quatro) semestres letivos regulares consecutivos;
- III. Conclusão da Primeira Graduação - é a categoria de Processo Seletivo Complementar para discentes de instituições de ensino superior, em situação de abandono ou cancelamento, que buscam concluir sua primeira graduação;
- IV. Reopção de curso - é a modalidade de Processo Seletivo Complementar mediante a qual o discente, com vínculo em curso de graduação da UNIPAMPA, pode transferir-se para outro curso de graduação ou outro turno de oferta de seu Curso de origem na UNIPAMPA;

V. Transferência voluntária - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar na qual o discente regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação reconhecido de outra Instituição de Ensino Superior (IES), pública ou privada e credenciada conforme legislação, pode solicitar ingresso em Curso de graduação da UNIPAMPA;

VI. Portador de diploma - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para diplomados por Instituições de Ensino Superior do País, credenciadas conforme legislação, ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma do art. 48 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

6. As outras formas de ingresso na Unipampa compreendem as seguintes modalidades:

I. Transferência Ex-officio - é a forma de ingresso concedida a servidor público federal civil ou militar, ou a seu dependente estudante, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do câmpus pretendido ou município próximo, na forma da Lei nº 9.536, 11 de dezembro de 1997 e do Parágrafo único do Art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

II. Programa de Estudantes-Convênio - conforme Decreto 7.948, de 12 de março de 2013, oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais;

III. Matrícula de Cortesia - consiste na admissão de estudantes estrangeiros, funcionários internacionais ou seus dependentes, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06 de Junho de 1984, e Portaria MEC nº 121, de 02 de Outubro de 1984, somente é concedida a estudante estrangeiro portador de visto diplomático ou oficial vindo de país que assegure o regime de reciprocidade;

O Conselho Universitário pode autorizar outros processos seletivos, além dos descritos.

7. Dos estudos temporários:

Os estudos temporários caracterizam a participação de estudantes em componentes curriculares de graduação, mediante Plano de Estudo devidamente aprovado. Podem ser realizados conforme as seguintes modalidades:

- I. Regime Especial de Graduação - A matrícula no Regime Especial é permitida aos Portadores de Diploma de Curso Superior, discentes de outra Instituição de Ensino Superior e portadores de Certificado de Conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 (sessenta) anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica;
- II. Mobilidade Acadêmica Intrainstitucional – permite ao discente da UNIPAMPA cursar temporariamente componentes curriculares em câmpus distinto daquele que faz a oferta do Curso ao qual o discente está vinculado;
- III. Mobilidade Acadêmica Interinstitucional - permite ao discente de outra IES cursar componentes curriculares na UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária; e permite ao discente da UNIPAMPA cursar componentes curriculares em outras IES na forma de vinculação temporária.

O discente com deficiência que ingressar na UNIPAMPA, por meio de ações afirmativas, de acordo com a Resolução CONSUNI 328/2021, passará por uma entrevista, no ato de confirmação da vaga, com a finalidade de identificar as tecnologias assistivas necessárias às suas atividades acadêmicas. Após o ingresso do discente com deficiência, a UNIPAMPA deverá nomear uma equipe multidisciplinar para realização de avaliação biopsicossocial.

Os discentes que não tenham ingressado por ações afirmativas ou que não tenham informado a demanda por acessibilidade pedagógica, no momento do ingresso na instituição, poderão fazê-lo a qualquer tempo, mediante solicitação junto à interface do NInA.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO

2.1.1 Políticas de Ensino

A estrutura curricular do curso é flexível por meio da oferta de componentes curriculares complementares e variado número de atividades que podem contar-se como ACGs (Atividades Complementares de Graduação). Neste sentido, busca-se levar o aluno a aprender a aprender, a ter capacidade de construir e reconstruir o seu conhecimento através de si mesmo, de seu contato com a realidade, com a teoria e com os outros, como forma de tornar-se cidadão, livre, autônomo, consciente, crítico e autocrítico, participativo e comprometido consigo e com seu entorno.

Além disso, o aprendizado precisa estar carregado da ideia de que a prática e a teoria são faces de uma mesma realidade e que o conhecimento teórico, fora da prática, não tem capacidade de mudança da realidade estabelecida. Salienta-se que ensino, pesquisa e extensão precisam ser pensados como elementos integrados do processo de aprendizagem, sendo possível pensar-se ensino com pesquisa, ensino com extensão e pesquisa com extensão ou extensão com pesquisa.

Neste processo, é necessário que o aprendizado seja profundo, adequado e consequente. Que se supere o tecnicismo, mas não se abandone a cientificidade. Que se busque a interdisciplinaridade como uma concepção que reflita o entendimento de mundo e a capacidade de trabalho em equipe. Assim, a interdisciplinaridade também é diretriz fundamental do curso.

Os professores envolvidos com as atividades acadêmicas no Campus acreditam que a educação é um direito do indivíduo e que o conhecimento é um caminho sólido para o desenvolvimento da pessoa e da sociedade. A sua qualificação permanente decorre de uma política no âmbito da gestão de pessoas de estímulo aos estudos de Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado. No curso são desenvolvidos alguns Projeto de Ensino:

- Auxiliando a Coordenação no Ensino e Aprendizagem dos Alunos;

- Calourada;
- Conhecimento codificado: normas e noções acadêmicas;
- Grupo de Estudos sobre Organizações e Desenvolvimento;
- Monitoria em Contabilidade e Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis;
- Oficina Rumo ao sucesso nos estudos.

2.1.2 Políticas de Pesquisa

Os alunos serão estimulados a participar em projetos de pesquisa na área de gestão pública desenvolvidos pelos professores do campus. Os projetos são registrados no Sistema Integrado de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIPPEE). Para registros e acompanhamento dos Projetos a Unipampa também possui a plataforma SAP - Sistema Acadêmico de Projetos, que funciona como módulo no GURI.

Destaca-se que, havendo edital de apoio, realiza-se uma seleção de bolsistas de pesquisa e/ou extensão, e os que não são contemplados participam como voluntários. Os critérios para classificação dos projetos são, além dos requisitos, objetivos do Edital correspondente, a produtividade de quem propõe o projeto, de tal forma que se incentiva a produtividade em pesquisa e extensão.

Estimula-se que os resultados da pesquisa sejam publicados no Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE), que se realiza todos os anos, organizado pela Unipampa, bem como eventos externos, nacionais e internacionais. No curso são desenvolvidos alguns Projetos de Pesquisa:

- As configurações organizacionais e a capacidade de absorver informações externas: relações e intervenções;
- As políticas públicas brasileiras de Educação Superior e de Ciência & Tecnologia e a produção do neoliberalismo acadêmico nas últimas décadas;

- Estudo sobre normatização de um instrumento de autoavaliação de cursos em uma Universidade Federal;
- O olhar do universitário quanto à acessibilidade para pessoa com deficiência na Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento;
- Laboratório de Controle Social.

2.1.3 Políticas de Extensão

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Na Unipampa, as Resoluções CONSUNI/UNIPAMPA Nº 332/2021 e Nº 317/2021 regulamentam, respectivamente, a prática extensionista e a inserção da extensão nos Cursos de Graduação, de acordo com princípios conceituais definidos pela Política Nacional de Extensão e pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024). Nessas concepções, a extensão assume o papel de promover a relação dialógica com a comunidade externa, pela democratização do acesso ao conhecimento acadêmico, bem como, pela realimentação das práticas universitárias a partir dessa dinâmica.

Além de revitalizar as práticas de ensino, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso como para a renovação do trabalho docente e técnico-administrativo, essa articulação da extensão gera novas pesquisas, pela aproximação com novos objetos de estudo, garantindo a interdisciplinaridade e promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A Extensão Universitária é um processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do

estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade. A prática extensionista deve ser centrada no protagonismo do discente e deve promover a formação integral e cidadã com o intuito de formar egressos conscientes de sua responsabilidade social e capazes de atuar de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e democrática. A Política de Extensão e Cultura da UNIPAMPA é pautada pelos seguintes princípios:

- Valorização da extensão como prática acadêmica;
- Impacto e transformação: visando a mitigação de problemas sociais e o desenvolvimento da região;
- Interação dialógica: propiciando o diálogo entre a Universidade e a comunidade externa (movimentos sociais, sociedade civil organizada, organizações governamentais e não governamentais, instituições públicas e privadas), entendido numa perspectiva de mão dupla de compartilhamento de saberes;
- Integralização do Plano Nacional de Educação;
- Interdisciplinaridade: as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, cursos, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição;
- Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: as ações de extensão devem integrar todo o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. As ações indissociáveis devem gerar aproximação com novos objetos de pesquisa, revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do egresso como para a renovação do fazer acadêmico;
- Incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, que propiciem o desenvolvimento e livre acesso à arte na região em suas variadas expressões;
- Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional;
- Contribuição para a formação profissional e cidadã dos discentes.

Os alunos serão estimulados a desenvolver em conjunto com docentes do Curso projetos de extensão. Os projetos de extensão poderão envolver uma intervenção em uma organização pública ou social, seminários, palestras, ciclos de estudos, cursos de capacitação, entre outros, que tenham como foco a comunidade externa da Universidade. Esses projetos devem ser aprovados pela Comissão Local de Extensão e registrados no GURI Sistema Acadêmico de Projetos (SAP). No curso são desenvolvidos alguns Projetos de Extensão:

- A Unipampa contribuindo na Inclusão digital para a melhor idade, Adultos e Pessoas fora do Mercado de Trabalho das cidades de Santana do Livramento e Rivera-ROU;
- Cine Pampa;
- Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local (APL) do Leite em Sant`Ana do Livramento;
- Despertando a atitude empreendedora: uma análise em escolas públicas de ensino médio;
- Educação para a Sustentabilidade Financeira;
- Incentivapampa;
- Modernização Administrativa de Órgãos Públicos Municipais;
- Observatório da Laicidade do Estado;
- Observatório de Uso de Redes Sociais na Política;
- Participação na Constituição e no Acompanhamento do Observatório Social de Santana do Livramento;
- Projeto AUMIGOS auxiliando os animais de Santana do Livramento;
- Violência contra a Mulher: Tem legislação, tem que ter Punição;
- Ações de Controle Social.

Destaca-se que havendo edital de apoio, realiza-se uma seleção de bolsistas de pesquisa e/ou extensão, e os que não são contemplados participam como voluntários. Os critérios para classificação dos projetos são, além dos requisitos, objetivos do Edital correspondente, a produtividade de quem propõe o projeto, de tal forma que se incentiva a produtividade em pesquisa e extensão.

2.2 OBJETIVOS DO CURSO

Para alcançar o perfil estabelecido e estar em consonância com os postulados legais de um curso de Tecnologia, definiram-se os seguintes objetivos:

a) Objetivo Geral:

Formar profissionais generalistas, humanistas com capacidade de planejamento, implementação e gerenciamento de programas, projetos e políticas públicas, e de adaptação às novas realidades e necessidades das organizações com responsabilidade social e ética profissional.

b) Objetivos Específicos:

- a) Desenvolver competências profissionais, fundamentadas na ciência, na tecnologia, na cultura e na ética, com vistas ao desempenho profissional.
- b) Formar profissionais aptos a atuar no planejamento, implementação e gerenciamento de programas, projetos e políticas públicas.
- c) Incentivar o desenvolvimento da capacidade de empreender e de inovar na gestão pública.
- d) Desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de programas, projetos e políticas públicas.
- e) Propiciar a compreensão na gestão pública dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da incorporação de tecnologias.
- f) Compreender o processo de internacionalização das políticas públicas e seus reflexos na gestão pública.

2.3 PERFIL DO EGRESSO

O perfil do egresso da Unipampa tem uma formação acadêmica generalista e humanística, sendo que:

Unipampa, como universidade pública, tem o papel de oportunizar uma sólida formação acadêmica generalista, emancipatória e humanística em seus cursos de formação. Esse papel inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social do conhecimento, competências, habilidades e valores reconstruídos na vida universitária e a habilitação necessária para se inserirem em seus respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional, nacional e internacional, sustentável, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática (Unipampa, 2019, p. 27).

Sendo o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública uma das oportunidades educacionais da instituição. Além das competências do perfil do egresso da Unipampa, espera-se que o Tecnólogo em Gestão Pública tenha capacidade de planejamento, implementação e gerenciamento de programas, projetos e políticas públicas. O que vai ao encontro do estabelecido no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST, p. 44) que afirma:

Diagnostica o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública; Desenvolve e aplica inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública; Planeja, implanta, supervisiona e avalia projetos e programas de políticas públicas voltados para o desenvolvimento local e regional; Aplica metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional; Planeja e implanta ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão; Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação.

O Tecnólogo em Gestão Pública buscará ser um agente transformador com capacidade de adaptação às novas realidades e necessidades das organizações com responsabilidade social e ética profissional. Este perfil será alcançado mediante as atividades de ensino, pesquisa, extensão, além de atividades complementares que serão desenvolvidas durante a integralização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

2.3.1 Campos de Atuação Profissional

O Tecnólogo em Gestão Pública poderá atuar nas organizações públicas das esferas federal, estadual e municipal e em instituições privadas e de interesse

social. Ou seja, organizações relacionadas ao poder executivo, legislativo, judiciário, ministério público, defensoria pública, além de fundações, autarquias e empresas públicas.

2.3.2 Habilidades e Competências

As competências a serem desenvolvidas pelo tecnólogo do curso, além das já citadas no perfil do egresso são: capacidade de utilizar dados científicos na atuação profissional; capacidade de gerir de forma ética e transparente; capacidade de aplicar os aspectos legais; aptidão para planejar, implementar e gerenciar programas, projetos e políticas públicas; capacidade de desenvolver visão sistêmica, por meio da compreensão dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da incorporação de tecnologias; capacidade de comunicação, trabalho em equipe e liderança.

2.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A seguir, visualiza-se no Quadro 6 as informações acerca da organização curricular do Curso.

Quadro 6 - Organização Curricular do Curso

Componentes curriculares obrigatórios de graduação (1320 CC + 120 TCC)	Horária 1440	Créditos 81,3%
Componentes Curriculares	1320	74,6%
Trabalho de Conclusão de Curso	120	6,7%
Componentes Curriculares Complementares de Graduação	120	7%
Atividades Curriculares de Extensão	180	10%
Atividades Curriculares de Extensão Específicas	150	8,4%
Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas	30	1,6%
Atividades Complementares de Graduação	30	1,7%
Total	1770	100%

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 – 2023), a UNIPAMPA tem compromisso com a atualização permanente das propostas curriculares de seus cursos com vistas a assegurar que o egresso tenha um perfil

adequado às exigências atuais do mundo do trabalho, mediante ação pedagógica e gestão acadêmico-administrativa articulada e contextualizada.

2.4.1 Requisitos para integralização curricular

A integralização curricular é feita pelo sistema de hora-aula, observados os limites mínimos e máximos de componentes curriculares por semestre (120h e 480h, respectivamente). Cada crédito significa 15 horas-aula. Considera-se cumprido o currículo mínimo quando o aluno tiver obtido o total de horas-aula correspondentes ao somatório dos créditos dos componentes curriculares obrigatórios, defendido o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), os CCCGs e as ACGs.

Além disso, como requisito para a integração curricular está a realização do ENADE com a participação obrigatória dos estudantes que estiverem habilitados. Com orientação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o ENADE é realizado trienalmente e é previsto legalmente pela Lei nº 10.861/2004.

De acordo com a Resolução nº 29 (CONSUNI), de 28 de abril de 2011, art. 66, considera-se Modalidade Especial de Oferta de Componente Curricular para discente Provável Formando a excepcional oferta de componente curricular com programa de estudos e trabalhos acadêmicos sob orientação, acompanhamento, supervisão e avaliação docente. Destaca-se que Provável Formando é o discente regularmente matriculado e com possibilidade de conclusão do Curso no final do semestre de referência.

2.4.2 Matriz curricular

A matriz curricular do curso, contendo os componentes curriculares, cargas horárias e número de créditos, é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - Matriz Curricular do Curso

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
1	SL0040	Metodologia Científica		60		60	4
1	SL4052	Teoria do Estado e Ciência Política		60		60	4
1	SL4053	Administração Geral		60		60	4
1	SL4054	Sociologia		60		60	4
1	SL4063	Economia		60		60	4
2	SL4056	Gestão com Pessoas no Setor Público		60		60	4
2	SL2 002	Gestão de Processos		60		60	4
2	SLGP 201	Administração Pública		60		60	4
2	SLGP 302	Direito Constitucional		60		60	4
2	SLGP3 04	Sistemas de Informação no Setor Público		60		60	4
3	ADM 001	Comportamento Organizacional		60		60	4
3	ADM 004	Estatística		60		60	4
3	SL2004	Políticas Públicas		60		60	4
3	SLGP 303	Planejamento e Orçamento Governamental		60		60	4
3	SLGP305	Direito Administrativo	Direito Constitucional	60		60	4
4	SL4082	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	Políticas Públicas	60		60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
4	SL4057	Gestão de Projetos no Setor Público		60		60	4
4	SLGP4 02	Contabilidade Governamental	Planejamento e Orçamento Governamental	60		60	4
4	SLGP4 03	Direito Tributário		60		60	4
4	SL4093	Gestão de Compras		30		30	2
5	SL4060	Gestão Estratégica no Setor Público		30	30	60	4
5	SL4061	Planejamento em Pesquisa (TCC)	Metodologia Científica e 60 créditos de Componentes Curriculares Obrigatórios	60		60	4
5	SL4083	Sustentabilidade Socioambiental na Gestão Pública		60		60	4
5		Componentes Curriculares Complementar de		60		60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
		Graduação (CCCG)					
6	SL4055	Ética na Gestão Pública		30		30	2
6	SL4062	Pesquisa Aplicada (TCC)	Planejamento em Pesquisa	60		60	4
6	SL4084	Governança e Controle Social		30		30	2
6		Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCG)		60		60	4
		Total Componentes Curriculares		1560			
		Atividades Curriculares de Extensão Específicas - ACEE					
		Atividades Complementares de Graduação (ACG)		30			
		Total do Curso		1590	180	1770	118
CARGA HORÁRIA TOTAL DE COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES						120	8
CARGA HORÁRIA TOTAL DE ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO						180	12
Atividades Curriculares de Extensão Específicas						150	10
Unipampa Cidadã (ACEE)						90	6

Semes tre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré- requisit os	CH - Teórica	CH - Extensão	CH - Total	Crédito s
						60	
						30	2
						30	2
						1770	

Requisitos para a Láurea Acadêmica

Conforme previsto na Resolução nº 29 (CONSUNI), de 28 de abril de 2011, no art. 76, a Láurea Acadêmica é menção conferida ao discente que concluir o curso com desempenho acadêmico excepcional. Além do exigido nos incisos I, II, III e IV do art. 76, será concedido a Láurea Acadêmica para o discente que obtiver média aritmética igual ou superior a 8,0 (oito) e tiver integralizado o curso no período regular, ou seja, em 6 (seis) semestres.

2.4.3 Abordagem dos Temas Transversais

Os componentes curriculares poderão abordar temas contemporâneos da gestão pública, resgatar seus antecedentes históricos, de modo a discutir e compreender seus impactos na gestão pública. Os temas transversais que podem ser abordados são: erradicação da pobreza, saúde, educação, relações étnico-raciais, diversidade, desenvolvimento sustentável, inovação, dentre outros.

A matriz curricular do PPC busca contemplar os temas de Educação Ambiental, Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos, com a oferta de componentes curriculares obrigatórios e complementares de graduação que se relacionem com os referidos temas, como: Políticas Públicas, Direito e Sociedade, Seminários de Pesquisas em Políticas Públicas, Sustentabilidade Socioambiental na Gestão Pública, Desenvolvimento Regional e Local, Planejamento do Desenvolvimento Regional e Local, Direito Constitucional, Tópicos emergentes em Gestão Pública. Além desses componentes curriculares também podem ser trabalhados em projetos de ensino, pesquisa e extensão, inclusive buscando projetos que possam ser desenvolvidos interdisciplinarmente.

Atualmente, todos os campi contam com a presença dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) podendo ser composto por docentes, técnicos, discentes e representações das comunidades e membros do Movimento Social Negro e Indígena local. Os NEABIs contam com o apoio e a articulação da Assessoria de Diversidade, Ações Afirmativas e Inclusão (ADAFI), buscando promover ações transversais de equidade junto aos órgãos da administração

superior, comissões, órgãos complementares e suplementares, pró-reitorias e unidades universitárias.

2.4.4 Flexibilização Curricular

A flexibilidade está contemplada nos componentes curriculares complementares de graduação do curso e em outros componentes curriculares ofertados por outros cursos, que tenham afinidade com a gestão pública, que poderá ser realizado o aproveitamento. Destaca-se que o aluno poderá matricular-se em componentes curriculares ofertados por outros cursos e solicitar o aproveitamento por: Tópicos em Administração I e II, Tópicos em Direito I e II, Tópicos em Economia I e II, Tópicos em Relações Internacionais I e II. Outros aspectos da flexibilidade são contemplados pela mobilidade acadêmica nacional e internacional, mobilidade entre os Campi, bem como a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Na flexibilidade está presente a interdisciplinaridade desenvolvida por meio de projetos de ensino que reúna mais de um componente curricular, nos quais são trabalhados os conteúdos dos componentes curriculares aliando a teoria à prática. Nos projetos de ensino são desenvolvidas atividades como visitas técnicas, resolução de problemas, seminários. São promovidos eventos por meio de projetos de extensão como o Ciclo de Estudos de Aprofundamento em Gestão Pública, os Seminários de Práticas em Gestão Pública. Os projetos de ensino, pesquisa e extensão são elementos que contribuem para a flexibilidade e promovem a interdisciplinaridade.

Para articular os projetos será implementado o Núcleo de Gestão Pública da Unipampa. O Núcleo visa ser um espaço de referência para o atendimento das demandas municipais e regionais referentes à gestão pública; através do desenvolvimento de projetos que articule extensão, ensino e pesquisa do Curso, incluindo um maior número de discentes; bem como através da articulação de parcerias internas e externas para o desenvolvimento de projetos de forma interdisciplinar.

A concepção de formação acadêmica indicada no Projeto Pedagógico Institucional (PDI 2019-2023) requer que os cursos, por meio de seus projetos pedagógicos, articulem ensino, pesquisa e extensão e contemplem, dentre outros princípios, a flexibilização curricular, entendida como processo permanente de qualificação dos currículos, de forma a incorporar os desafios impostos pelas mudanças sociais, pelos avanços científico e tecnológico e pela globalização, nas diferentes possibilidades de formação (componentes curriculares obrigatórios, eletivos, atividades curriculares de extensão e atividades complementares).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 – 2023) propõe a flexibilização curricular e a oferta diversificada de atividades complementares como princípio metodológico, com a finalidade de incentivar a autonomia do estudante, através do desenvolvimento de ações que deverão promover o uso de recursos inovadores, na possibilidade de criar diferentes desenhos de matriz curricular, superando a perspectiva disciplinar dos conteúdos.

Também, nos projetos pedagógicos dos cursos, a flexibilização curricular deve prever critérios que deverão permear as áreas curriculares de conhecimento, e estas deverão estar organizadas em atividades e projetos que promovam associação de novas experiências com aquelas estabelecidas na integralização mínima prevista na matriz curricular, promovendo a inserção da extensão como princípio de ensino, propondo assim a progressiva concretude da inserção das ações de extensão nos cursos de graduação, conforme a meta 12.7 do Plano Nacional da Educação e a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 317/2021.

2.4.4.1 Componentes Curriculares Complementares de Graduação

A seguir, apresenta-se na Tabela 2 os Componentes Curriculares Complementares de Graduação. A partir da oferta dos referidos componentes curriculares, a escolha dos mesmos é de responsabilidade do discente. Vale salientar, que a carga-horária mínima é 120 horas.

Tabela 2 - Componentes Curriculares Complementares de Graduação do Curso

Se mes tre	Código	Nome	Pré-requisito	CH - Total	Créditos
	SLGP603	Análise das Demonstrações do Setor Público	Contabilidade Governamental	30	02
	SLGP505	Auditoria Governamental		60	04
	SL4085	Comunicação Pública		30	02
	SL4078	Contabilidade Geral		60	04
	SL4045	Controle da Administração Pública	Direito Administrativo, e Direito Constitucional	30	02
	SL4064	Desenvolvimento Regional e Local		60	04
	SL2053	Direito e Sociedade	Sociologia	60	04
	SL0054	Economia no Setor Público		60	04
	SL4066	Gestão de Convênios		30	02
	SL4069	Gestão de Custos no Setor Público		30	02
	SL2005	Gestão de Fundos Especiais	Planejamento e Orçamento Governamental	30	02
	SL4092	Gestão de Patrimônio		30	02
	SL4090	Gestão de Políticas Públicas em áreas de fronteira		30	02
	ADM76	Gestão do Terceiro Setor		30	02
	SL4086	Gestão em Educação		30	02
	SL4007	Gestão em Gênero e Sociedade		30	02
	SL4088	Gestão em Saúde		30	02

Se mes tre	Código	Nome	Pré-requisito	CH - Total	Créditos
	SL2054	Gestão Pública e Relações Internacionais		30	02
	SL4091	Gestão da Qualidade		30	02
	SL4068	Inovação e Empreendedorismo no Setor Público		60	04
	SL2011	LIBRAS		60	04
	SL4059	Licitações e Contratos Administrativos		30	02
	037106	Matemática Financeira		60	04
	SL4065	Planejamento do Desenvolvimento Regional e Local		30	02
	SL4040	Processo Administrativo Disciplinar	Direito Administrativo	30	02
	SL4070	Redação Oficial		30	02
	SL4089	Relações Institucionais e Governamentais		30	02
	SL4042	Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas		30	02
	SL4071	Tópicos Emergentes em Gestão Pública		60	04
	SL2009	Transparência e Cidadania		30	02
	ADM025	Tópicos em Administração I		60	04
	ADM 080	Tópicos em Administração II		30	02
	SL4072	Tópicos em Direito I		60	04
	SL4073	Tópicos em Direito II		30	02
	SL4074	Tópicos em Economia I		60	04
	SL4075	Tópicos em Economia II		30	02

Se mes tre	Código	Nome	Pré-requisito	CH - Total	Créditos
	SL4076	Tópicos em Relações Internacionais I		60	04
	SL4077	Tópicos em Relações Internacionais II		30	02

Os discentes poderão cursar, além dos componentes complementares de graduação do curso, outros componentes curriculares, ofertados por outros cursos, que tenham afinidade com a Gestão Pública, e podem ser validados pelos componentes curriculares Tópicos em Administração I e II, Tópicos em Direito I e II, Tópicos em Economia I e II e Tópicos em Relações Internacionais I e II. O somatório dos Componentes Curriculares Complementares de Graduação cursados em outros cursos não poderão ultrapassar 120 horas (8 créditos).

2.4.4.2 Atividades Complementares de Graduação

As Atividades Complementares de Graduação (ACG) são definidas na Resolução nº 29/2011 do CONSUNI. em seu Art.51 como “atividades desenvolvidas pelo discente, no âmbito de sua formação acadêmica, com o objetivo de atender ao perfil do egresso da Unipampa e do respectivo curso de graduação, bem como à legislação pertinente”. Artigos n. 103-115 (Título IX);

Conforme a Resolução nº 29/2011, em seu Título IX, art. 103-115, as ACGs são classificadas em quatro grupos: Ensino; Pesquisa; Extensão; e Culturais, Artísticas, Sociais e de Gestão. Assim, o aluno deve realizar 30h de ACGs ao longo do Curso. A regulamentação das ACG com a definição dos critérios para aproveitamento e equivalências de carga horária é de responsabilidade da Comissão de Curso, conforme prevê as normas da Universidade, a qual emitirá norma regulamentando para os quatro grupos.

Para obter o registro das atividades complementares de graduação no histórico, o discente deve encaminhar o comprovante da atividade à Comissão de Curso. Esta tem a função de deliberar quanto à adequação do documento e a

abrangência das atividades quanto ao tipo (ensino; pesquisa; extensão; e culturais, artísticas, sociais e de gestão), deferindo ou não. O parecer da Comissão de Curso é encaminhado à Secretaria Acadêmica para registro no histórico do discente, e posteriormente arquivado, devendo ser dado ciência ao discente. O Apêndice D apresenta o Regulamento para os critérios de aproveitamento e as equivalências da carga horária nas Atividades Complementares de Graduação no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Tabela 3 - Atividades Complementares de Graduação

Atividades	Discriminação	Carga horária individual máxima por certificação*	Carga horária máxima	Documentos comprobatórios
GRUPO I - ATIVIDADES DE ENSINO				
Componente curricular de graduação.	Histórico do curso	Áreas afins do curso: 30 horas Outras áreas: 15 horas	30 horas	Comprovante de aprovação nos componentes curriculares
Cursos nas áreas do perfil do egresso.	Cursos de língua estrangeira, informática, cursos de gestão em áreas afins, redação.	03	30	Certificado/Atestado
Monitorias em componentes curriculares.	Monitorias	10	30	Certificado/Atestado
Participação em projetos de ensino.	Participação na equipe de trabalho e também como	Participação na equipe de trabalho: 3 Participação	30	Certificado/Atestado

Atividades	Discriminação	Carga horária individual máxima por certificação*	Carga horária máxima	Documentos comprobatórios
	público-alvo	como público-alvo:3		
Participação como ouvinte em eventos.	Ouvinte em palestras, minicursos e workshops. Áreas afins ao curso.	03	30	Certificado/Atestado
Organização de eventos de ensino.	Participação na equipe organizadora do evento.	03	30	Certificado/Atestado
Visitas técnicas	Visitas em organizações guiadas por professor	03	30	Certificado/Atestado
Outras atividades de ensino com aderência ao curso	Demais atividades de ensino relacionadas ao curso	02	20	Certificado/Atestado
GRUPO II - ATIVIDADES DE PESQUISA				
Participação em projetos de pesquisa.	Projeto de pesquisa científica institucionalizado	10	30	Certificado/Atestado
Publicação de pesquisa em evento científico				

Atividades	Discriminação	Carga horária individual máxima por certificação*	Carga horária máxima	Documentos comprobatórios
ou de referência acadêmica na área:				
- resumo.	eventos, seminários, periódicos, jornadas acadêmicas.	03	30	Certificado/atestado/carta de aceite/resumo publicado
- resumo expandido.	eventos, seminários, periódicos, jornadas acadêmicas.	05	30	Certificado/atestado/carta de aceite/resumo publicado
- artigo completo.	eventos, seminários, periódicos, jornadas acadêmicas.	10	30	Certificado/atestado/carta de aceite/resumo publicado
- capítulo de livro.	livro	15	30	Certificado/atestado/carta de aceite/resumo publicado
- livro.	livro	30	30	Certificado/atestado/carta de aceite/resumo publicado
Participação em eventos de pesquisa	participação como ouvinte	03	30	Certificado/atestado

Atividades	Discriminação	Carga horária individual máxima por certificação*	Carga horária máxima	Documentos comprobatórios
nacional				
Participação em eventos de pesquisa internacional	participação como ouvinte	02	20	Certificado/atestado
Apresentação de trabalhos acadêmicos em eventos	participação como pesquisador, apresentando artigo/resumos	03	30	Certificado/atestado
GRUPO III - ATIVIDADES DE EXTENSÃO				
Estágios e práticas não obrigatórias.	Estágio não obrigatório na comunidade, empresas e organizações.	3	30	Certificado/Atestado/ Contrato/ Relatórios
Participação em projetos e/ou atividades de extensão	Projeto de extensão institucionalizado	10	30	Certificado/Atestado/ Relatórios
Organização e/ou participação em eventos	Eventos, seminários, periódicos, jornadas acadêmicas e semana	03	30	Certificado/Atestado

Atividades	Discriminação	Carga horária individual máxima por certificação*	Carga horária máxima	Documentos comprobatórios
	acadêmica.			
Publicação de atividade de extensão ou publicação de material pertinente à extensão em referência acadêmica:	Publicação dos resultados das atividades de extensão institucionalizadas.			Certificado/Atestado
- resumo.	eventos, seminários, periódicos, jornadas acadêmicas.	03	30	Certificado/atestado
- resumo expandido.	eventos, seminários, periódicos, jornadas acadêmicas.	05	30	Certificado/atestado
- artigo completo.	eventos, seminários, periódicos, jornadas acadêmicas.	10	30	Certificado/atestado
- capítulo de livro.	livro	15	30	Certificado/atestado
- livro	livro	03	30	Livro
- Participação	Áreas afins ao	03	30	Certificado/atestado

Atividades	Discriminação	Carga horária individual máxima por certificação*	Carga horária máxima	Documentos comprobatórios
em eventos de extensão Unipampa	curso			ado
-Participação em eventos de extensão externos	Áreas afins ao curso Outras áreas	02 02	20 10	
- Ministração de cursos e minicursos	Curso ministrado em atividades afins ao Curso	03	30	Certificado/atestado
- Ministração de conferências, palestras, mesas redondas	Conferências, palestras, mesas redondas ministrados em atividades afins ao Curso	02	20	Certificado/atestado
GRUPO IV - ATIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS, SOCIAIS E DE GESTÃO				
Organização ou participação ou premiação em atividades cultural, social ou artística.	Eventos Unipampa Eventos Externos	03 02	30 20	Certificado e comprovante de participação
Premiação referente a trabalho acadêmico, de ensino, pesquisa, de extensão ou de	Premiação	03	30	Certificado/Atestado

Atividades	Discriminação	Carga horária individual máxima por certificação*	Carga horária máxima	Documentos comprobatórios
cultura (na área)				
Participação na organização de campanhas beneficentes, educativas, ambientais, entre outras.	Organização de campanhas	03	30	Certificado/Atestado
Premiação referente a trabalho acadêmico de ensino, de pesquisa, de extensão ou de cultura (outras áreas)	Premiação	03	30	Certificado/Atestado
Representação discente em órgãos colegiados	Representação em órgãos colegiados	10	30	Certificado/Atestado
Representação discente em diretórios acadêmicos.	Representação em diretórios acadêmicos	05	30	Certificado/Atestado
Participação, como bolsista, em atividades de gestão acadêmica.	Bolsista	10	30	Certificado/Atestado

Atividades	Discriminação	Carga horária individual máxima por certificação*	Carga horária máxima	Documentos comprobatórios
Participação em estágios não obrigatórios.	Contrato de estágio	10	30	Certificado/Atestado
Mesário Universitário (Convênio entre TRE-RS e UNIPAMPA)	Mesário Universitário (convênio n. 05/2012 - UNIPAMPA e TRE/RS)	30	30	Certificado/Atestado do TRE-RS
Participação em Empresa Júnior	Participação em projetos de consultoria	03	30	Certificado/Atestado
Trabalho voluntário em escolas, ONGs, entre outros	Trabalho voluntário	03	30	Certificado/Atestado
Participação em atividades de iniciação ao trabalho técnico profissional e de gestão acadêmica	Participação em projetos de gestão da Unipampa	03	30	Certificado/Atestado

2.4.4.3 Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica nacional e internacional permite aos alunos de graduação cursar componentes curriculares em outras IES do País e do exterior. Ao aluno em mobilidade é garantido o vínculo com a instituição e curso de origem assim como o aproveitamento do(s) componente(s) curricular(es) registrados em

seu histórico acadêmico (carga horária, frequência e nota). Entre os programas de mobilidade da instituição, estão: BRACOL, BRAMEX, CAPES-BRAFITEC e Andifes/Santander.

Os programas BRACOL (Brasil-Colômbia) e BRAMEX (Brasil-México) têm como principais objetivos fortalecer a internacionalização da atividade acadêmica, criar frentes de colaboração e reciprocidade, com o objetivo de abrir a Universidade para o mundo. Busca-se como resultado aproximar as pessoas da ciência, fortalecer o intercâmbio bilateral e propiciar aos estudantes indicados a oportunidade de acesso às culturas estrangeiras bem como contrastar com a experiência própria, adquirir uma visão mais rica e universalista da realidade e promover uma maior integração entre Brasil, Colômbia e México. Respaldados pela Instrução Normativa Unipampa Nº 33 de 23 de dezembro de 2021, que estabelece os procedimentos internos para a mobilidade acadêmica de discente de graduação, no âmbito da Universidade Federal do Pampa, nas modalidades de mobilidade acadêmica internacional: *outgoing*, *incoming* e virtual ou em cidades de fronteira.

O programa CAPES - BRAFITEC consiste em projetos de parcerias universitárias em todas as especialidades de engenharia, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio em ambos os países participantes e estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive à equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes.

O Programa Andifes/Santander de Mobilidade Acadêmica foi instituído mediante convênio assinado pelos respectivos representantes e permite que alunos de uma instituição cursarem componentes curriculares em outra instituição, de acordo com requisitos estabelecidos no convênio. O edital é voltado para mobilidade realizada em Instituições Federais de Educação Superior (IFES) em unidade federativa diferente da instituição de origem. Há também a mobilidade acadêmica intrainstitucional que permite ao discente da Unipampa cursar temporariamente componentes curriculares em campus distinto daquele que faz a oferta do Curso ao qual o discente está vinculado, conforme Resolução CONSUNI/Unipampa n. 260/2019.

2.4.4.4 Aproveitamento de Estudos

Conforme o art. 62 da Resolução 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o aproveitamento de estudos é o resultado do reconhecimento da equivalência de componente curricular de curso de graduação da UNIPAMPA, com um ou mais componentes curriculares cursados em curso superior de graduação” (UNIPAMPA, 2011, p. 12). O aproveitamento de estudos deve ser solicitado à Comissão de Curso e deferido pelo Coordenador de Curso.

Os procedimentos e regras para aproveitamento de estudos seguem a Resolução 29, de 28 de abril de 2011. Em seu Art. 62, § 1º: “a equivalência de estudos, para fins de aproveitamento do componente curricular cursado, só é concedida quando corresponder a no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e a 60% (sessenta por cento) de identidade do conteúdo do componente curricular de curso da UNIPAMPA” (UNIPAMPA, 2011, p. 12).

2.4.5 Migração curricular e equivalências

Na perspectiva de ofertar uma formação contemporânea, será facultado aos discentes pertencentes à matriz curricular anterior, a migração através da equivalência correspondente que será formalizada através da anuência registrada em formulário próprio e arquivada no histórico escolar pela Secretaria Acadêmica.

Na tabela 4 constam como serão aproveitados os componentes curriculares cursados (medida resolutiva) que não forem mais ofertados no Curso que está vigorando e como está planejada a realização de componentes curriculares em semestres diferentes do PPC, atualmente em vigor.

No **quarto semestre** foram alterados os componentes curriculares Gestão de Materiais e Patrimônio e Licitações e Contratos Administrativos para componentes curriculares complementares de graduação; e incluído como componente curricular obrigatório a disciplina de Gestão de Compras de 30h.

No **quinto semestre** foi alterado o componente curricular Gestão Estratégica no Setor Público que passou a ser ofertado na modalidade Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV). O Componente Curricular Complementar de Graduação (CCCG) Qualidade no Setor Público (30h) passou para Gestão da Qualidade de 30h. Assim, as alterações que foram realizadas na Matriz Curricular permitem que os alunos possam cursar os componentes curriculares de acordo com a oferta regular do Curso.

Na Tabela 4 constam os componentes curriculares da versão anterior do currículo e as medidas resolutivas (*se necessárias*) para aproveitamento dos componentes no processo de migração curricular para a nova matriz.

Tabela 4 - Migração curricular (medidas resolutivas)

Componente Curricular - Semestre	Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutiva
4º	SL4058	Gestão de Materiais e Patrimônio	30	O componente curricular passará a ser ofertado como CCCG	Cursar "Gestão de Patrimônio".
4º	SL4059	Licitações e Contratos Administrativos	30	O componente curricular passará a ser ofertado como CCCG	Não se aplica
5º	SL4060	Gestão Estratégica no Setor Público	60	O componente curricular passará a ser	Cursar "Gestão Estratégica no Setor Público"

Componente Curricular - Semestre	Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutiva
				ofertado no formato de ACEV	
4º	SL4093	Gestão de Compras	30	O componente curricular foi inserido na matriz obrigatória	Cursar "Gestão de Compras"
CCCG	SL4067	Qualidade no Setor Público	30	O componente curricular mudou de nome "Gestão da Qualidade"	Não se aplica

2.4.6 Estágios Obrigatórios ou Não Obrigatórios

Por meio do estágio, os estudantes podem aprender as competências próprias da atividade profissional, objetivando seu desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho. Conforme Art. 130 da Resolução nº 29 (CONSUNI), de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas:

O Estágio Curricular Obrigatório é um componente da matriz curricular previsto no Projeto Pedagógico do Curso ou regulamentação específica aprovada pela Comissão de Curso, em consonância com as normas da Unipampa, com a Lei nº 11.788/2008 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais (Unipampa, 2011, p. 21).

A Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 329, de 04 de novembro de 2021 dispõe sobre as normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente é a Unipampa.

De acordo com o seu Art. 1º:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em Instituições de Educação Superior, seguindo os preceitos estabelecidos pela Lei nº11.788/2008 em sua integralidade.

Conforme o Art. 4º, da Resolução 329, "O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso":

§ 1º Estágio Curricular Obrigatório é um componente da matriz curricular previsto no Projeto Pedagógico do Curso, com regulamentação específica aprovada pela Comissão de Curso, em consonância com as normas da UNIPAMPA, com a Lei nº 11.788/2008 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, fora da carga horária regular e obrigatória, podendo ou não ser aproveitado como parte da integralização curricular.

§ 3º É de responsabilidade da UNIPAMPA assegurar a oportunidade do estágio curricular obrigatório aos discentes.

Conforme Art. 10 da Lei nº 11.788/2008, referente a jornada de atividade em estágio, será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;
II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

De acordo com o Art. 10, § 1º da Lei nº 11.788/2008, o estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais. O estágio objetiva a contextualização curricular, o aprendizado técnico e o desenvolvimento de competências próprias à futura atividade profissional do educando, visando o seu desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho. Assim, no Curso de Gestão Pública da Unipampa os discentes têm a possibilidade de realizar estágio como atividade extracurricular, sendo uma atividade não-obrigatória. Tais atividades podem ser utilizadas para o aproveitamento de Atividades Complementares de Graduação.

2.4.7 Práticas Profissionais

O PPC do curso de Tecnologia em Gestão Pública não prevê a obrigatoriedade das práticas profissionais, pois considera-se que a articulação entre os conteúdos teóricos e a prática deve se dar transversalmente ao longo do curso. O perfil predominante dos discentes é de profissionais já atuantes no mundo do trabalho, situação que já proporciona práticas reais de vida e trabalho junto a organizações nos variados setores e níveis.

2.4.8 Trabalho de Conclusão de Curso

Conforme Art. 116 da Resolução 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o Trabalho de Conclusão de Curso, doravante denominado TCC, também entendido como Trabalho de Curso, é um componente curricular dos cursos de graduação da Universidade, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos”. (Unipampa, 2011, p. 20). O Apêndice A apresenta o Regulamento para a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Adicionalmente, destaca-se os artigos nº 19 e nº 20 da Resolução CONSUNI/Unipampa nº 328/2021 que tratam do trabalho de conclusão de curso no contexto das Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico

dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência no âmbito da Universidade Federal do Pampa.

O artigo nº 19 e nº 20 estabelece que será facultado ao discente surdo, a entrega da versão final do seu trabalho de conclusão de curso de graduação em Língua Brasileira de Sinais e/ou Língua Portuguesa, enquanto segunda língua, com inserção de “notas do(a) tradutor(a) de Língua Brasileira de Sinais”. No parágrafo único, é reconhecido que a língua portuguesa escrita é a segunda língua das pessoas surdas usuárias de LIBRAS, seus trabalhos de conclusão de curso poderão conter notas de rodapé que indiquem a tradução realizada por profissional tradutor de Língua Brasileira de Sinais.

2.4.9 Inserção da extensão no currículo do curso

De acordo com a Resolução CONSUNI/Unipampa nº 317/2021, o curso insere atividades de extensão do currículo. A partir disso, as 180 horas deverão ser desenvolvidas em atividades curriculares de extensão específicas e vinculadas, sendo o Programa Unipampa Cidadã com 90 horas, o Programa de Extensão “Gestão Pública” com 60 horas, e a oferta de 30h em atividades vinculadas ao componente curricular de Gestão Estratégica no Setor Público. O detalhamento do desenvolvimento das Atividades Curriculares de Extensão no curso é feito no Regulamento da Inserção da Extensão (Apêndice E).

2.5 METODOLOGIAS DE ENSINO

A ação pedagógica do docente será mediadora da aprendizagem, estimulando a reflexão crítica e o livre pensar, como elementos constituidores da autonomia intelectual dos estudantes. Assim, o discente é percebido como participante ativo, efetivo e protagonista, junto com o professor no processo ensino aprendizagem. Para o docente, requer-se então, uma prática pedagógica inovadora, inclusiva, centrada na realidade do educando, do contexto social, econômico, educacional e político da região onde a Universidade está inserida.

Para tanto, faz-se necessário, uma pedagogia que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional; uma prática que articule o ensino, a pesquisa e a extensão, como base da formação acadêmica, desafiando os sujeitos envolvidos a compreender a realidade e a buscar diferentes possibilidades de transformá-la.

Serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem, como: aulas expositivo-dialogadas, seminários, debates, resolução de exercícios, estudos dirigidos, simulações computacionais, investigação científica, resolução de problemas, estudos de caso, projetos de ensino, visitas técnicas, aulas semipresenciais com suporte das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e uso da plataforma Moodle Unipampa.

No Moodle, os materiais didáticos referem-se aos recursos que são utilizados para a disponibilização de conteúdo dentro do ambiente virtual, sejam textos, imagens, hiperlinks, apresentações em slides, materiais audiovisuais, dentre outros. Os materiais didáticos podem ser documentos arquivados no servidor do Moodle, conteúdos em sites externos, ou criados no próprio Moodle, com o uso dos recursos e ferramentas disponibilizados pelo ambiente.

Os materiais didáticos utilizados na plataforma Moodle devem: ser disponibilizados em formato digital no Moodle, considerando o princípio da economicidade e o dinamismo do conhecimento; respeitar orientações quanto a acessibilidade, considerando as diferenças e contextos dos estudantes; e incluir a identificação de autoria e respeitar os direitos de propriedade intelectual, não sendo permitido o uso de material intelectual de terceiros sem o direito de uso expresso.

Em conformidade com a Resolução nº 328/2021, as estratégias de ensino estão em conformidade com a acessibilidade pedagógica refere-se à eliminação de barreiras vislumbradas no processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, será possibilitado aos discentes com deficiência a produção das atividades acadêmicas, acessíveis, tais como: prova ampliada, prova em Braille, Soroban, LIBRAS tátil, auxílio de leitor, tradução/interpretação em LIBRAS, auxílio para transcrição, fácil acesso, apoio para orientação e mobilidade, audiodescrição, comunicação

alternativa, bem como todo o tipo de recurso que reduza as barreiras de acessibilidade.

2.5.1 Interdisciplinaridade

Os docentes que ministram os componentes curriculares no Curso são estimulados a desenvolver projetos de ensino interdisciplinares envolvendo no mínimo dois componentes curriculares por semestre. Os projetos buscam aliar a teoria trabalhada na sala de aula com as práticas vivenciadas nas organizações públicas. A interdisciplinaridade é desenvolvida por meio de projetos de ensino que reúnam mais de um componente curricular, nos quais são trabalhados os conteúdos dos componentes curriculares aliando a teoria à prática. Nos projetos de ensino são desenvolvidas atividades como visitas técnicas, resolução de problemas, seminários, dentre outros. Destaca-se ainda, que as ACGs, atividades de extensão e estágios não obrigatórios podem contribuir para a formação interdisciplinar.

O Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do INEP concebe a interdisciplinaridade como “Concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento.” (p. 47).

De acordo com o PDI 2019-2023, a interdisciplinaridade é um dos princípios que pautam a Política de Extensão e Cultura da UNIPAMPA, em que “as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, cursos, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição” (p. 32).

No mesmo documento, consta que, na organização didático-pedagógica dos cursos de graduação, a interdisciplinaridade e a flexibilização curricular sejam desenvolvidas “a partir de atividades em projetos de ensino e de aprendizagem ou eixos que integram os componentes curriculares. Nesse aspecto, as atividades complementares de graduação, projetos, estágios, aproveitamentos de estudo,

atividades de extensão, de pesquisa, atividades práticas, além de proporcionarem a relação teoria e prática, apresentam flexibilidade ao currículo, buscando garantir a formação do perfil do egresso generalista e humanista” (p. 47).

2.5.2 Práticas Inovadoras

As práticas inovadoras serão incentivadas através das próprias de flexibilização curricular da matriz do curso, na interdisciplinaridade, na educação inclusiva, na internacionalização, na curricularização da extensão com foco na relação entre teoria e prática e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Unipampa, 2019; WAGNER; DA CUNHA, 2019).

Serão estimuladas no curso atividades interdisciplinares e a flexibilização curricular através de práticas que envolvam mais de um componente curricular, seminários técnicos com profissionais que atuam na área pública, viagens de estudos para visita técnica em órgãos públicos, trabalhos práticos em organizações públicas, atividades complementares de graduação, bem como a proposição de projetos para a área pública e social. Além disso, a reorganização das disciplinas da matriz curricular pretende colaborar para a superação do isolamento e a fragmentação do conhecimento.

A inovação também está na perspectiva da educação inclusiva, por meio das políticas educacionais de ações afirmativas que possibilitam o acesso ao Curso de diferentes grupos sociais, pessoas com necessidades especiais e pessoas economicamente desfavorecidas. Nesse contexto, impõe-se desafios de adaptação metodológica informacional, que garantam o acesso ao conhecimento e às condições para que ensino, pesquisa e extensão aconteçam para todos de forma igualitária (WAGNER; Da CUNHA, 2019).

A internacionalização, embora tímida, vem crescendo através da disponibilidade de vagas para discentes uruguaios, de projetos institucionais com Universidades Uruguaias, da possibilidade de integralização curricular com atividades complementares realizadas em outros países, inclusão nessa matriz curricular do CCCG Gestão de Políticas Públicas em áreas de fronteira também constitui uma estratégia para futuros projetos e estudos internacionais.

A curricularização da extensão, segundo Wagner e Da Cunha (2019), apresenta-se como um aspecto de inovação e a proposta do Curso está descrita nos itens Inserção da extensão no currículo do curso e no Apêndice E – Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão Específicas e Vinculadas.

Considerando as práticas pedagógicas inovadoras previstas no capítulo Inovações pedagógicas e avanços tecnológicos, do PDI 2019-2023 da Unipampa, o Curso se propõe com a promoção de tecnologias, pedagogias e metodologias ativas. As tecnologias disponibilizadas institucionalmente e previstas no PPC do Curso, em especial a plataforma Moodle, contemplam as possibilidades do uso inovações, com caráter interdisciplinar, como fóruns eletrônicos, salas de bate-papo, blogs, correspondências eletrônicas, softwares específicos, entre outros elementos.

A respeito das práticas de inovação relacionadas com as metodologias ativas, uma das ações incentivadas institucionalmente é o uso de novos desenhos de organização da aula, como a sala de aula invertida.

Segundo o PDI 2019-2023, um dos objetivos da organização acadêmica na Instituição é “investir na inovação pedagógica que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos, usando novas práticas” (p. 39-40).

Além disso, o documento indica também, como princípio metodológico da organização didático-pedagógica da graduação, “promover práticas pedagógicas inovadoras e metodologias ativas, a fim de favorecer a aprendizagem com foco no aluno, suas vivências, experiências, dificuldades e potencialidades” (p. 44). E ainda, consta que “Os PPCs de muitos cursos mencionam, de forma explícita, tecnologias de ensino inovadoras, com caráter interdisciplinar, como fóruns eletrônicos, salas de bate-papo, blogs, correspondências eletrônicas, softwares específicos, entre outros elementos”, bem como o PDI menciona “a proposição da internacionalização do currículo para qualificação da educação em uma instituição de fronteira” (p. 48) como uma política inovadora de ensino.

2.5.3 Acessibilidade Metodológica

No âmbito institucional, a Resolução CONSUNI/Unipampa Nº 328/2021 orienta os procedimentos referentes à acessibilidade no âmbito das atividades acadêmicas, científicas e culturais da Unipampa, a instituição de percursos formativos flexíveis, a certificação e a diplomação para discentes com deficiência e com altas habilidades/superdotação.

Há também acerca da acessibilidade metodológica, os NuDE e as Comissões de Acessibilidade que se constituem como extensões do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA) que tem como objetivo promover uma educação inclusiva que garanta ao aluno com deficiência e com necessidades educacionais especiais o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico na Unipampa¹.

Sendo assim, os estudantes do Curso contam com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), adequado ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência durante seu percurso acadêmico. O AEE é indispensável para a formação do aluno com deficiência, pois é uma forma complementar de educação e está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional desde o ano de 1996. Na Unipampa, ele inicia-se com a manifestação do interesse do aluno ao Interface NInA do Campus, em receber atendimento. A acessibilidade metodológica se materializa em sala de aula por meio de diversificadas práticas pedagógicas que os professores realizam, como adaptações no plano de ensino e no PPC. Outros exemplos:

- Prova aumentada;
- Leitura da prova;
- Atuação de um intérprete de LIBRAS nas aulas;
- Exercícios de reforço e recuperação;
- Uso de PowerPoint cujo arquivo é disponibilizado em

¹ Informações atualizadas consultar o site institucional: <https://unipampa.edu.br/portal/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

plataforma;

- Permissão de gravação de aula;
- Possibilidade de aplicar prova oral;
- Apoio de alunos monitores.

Conforme o Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação Superior com enfoque em Acessibilidade, acessibilidade metodológica (também conhecida como pedagógica) caracteriza-se pela ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.

Nesse sentido, os recursos (textos físicos e digitais, slides, vídeos, filmes, etc.), bem como as técnicas e procedimentos (dinâmicas interativas, instrumentos avaliativos, apresentação de trabalhos, etc.) devem ser concebidos em formatos acessíveis, tendo ou não estudantes com deficiência, seguindo os princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA).

Os princípios do DUA são: Proporcionar múltiplos meios de envolvimento - estimular o interesse dos alunos e motivá-los para a aprendizagem recorrendo a formas diversificadas; proporcionar múltiplos meios de representação - apresentar a informação e o conteúdo em diferentes formatos para que todos tenham acesso; proporcionar diversos meios de ação e expressão - permitir formas alternativas de expressão e de demonstração das aprendizagens, por parte dos alunos.

No âmbito institucional, a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 328/2021 orienta os procedimentos referentes à acessibilidade no âmbito das atividades acadêmicas, científicas e culturais da UNIPAMPA, a instituição de percursos formativos flexíveis para discentes com deficiência e discentes com altas habilidades/superdotação.

A acessibilidade pedagógica de que trata esta resolução, conforme o capítulo II, refere-se à eliminação de barreiras vislumbradas no processo de ensino e aprendizagem, especialmente por meio de:

I - adaptações razoáveis: são consideradas, na perspectiva do aluno, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que pessoa com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

II - garantia de recursos de tecnologia assistiva ou ajuda técnica compreendidos como: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

III - reconhecimento da LIBRAS como língua oficial das pessoas pertencentes à comunidade surda.

IV - o Braille como sistema de escrita utilizado por pessoas com deficiência visual.

Ainda, segundo a referida resolução, ao discente com deficiência será garantida a flexibilidade do percurso formativo, no que diz respeito à escolha de componentes curriculares a serem cursados e a certificação destas escolhas ao final do percurso formativo trilhado, as orientações sobre o percurso formativo flexível deverão ser registradas na pasta do discente.

O discente com altas habilidades/superdotação poderá ter abreviada a duração dos seus cursos, conforme o artigo 64 da Resolução

CONSUNI/UNIPAMPA nº 29/2011. Também poderá cursar componentes curriculares para aprofundamento, no próprio curso ou outro curso de graduação (através de mobilidade acadêmica), incluindo componentes que estejam fora do semestre seriado. A escolha de componentes curriculares deverá considerar, prioritariamente, as habilidades do(a) discente. O discente que optar pelo percurso formativo flexível terá garantida a quebra de pré-requisito.

Para os discentes com déficit cognitivo e discentes com deficiência múltipla poderá ser conferida certificação específica, a partir das habilidades desenvolvidas e aprendizagens construídas com base na avaliação dos pareceres do percurso formativo flexível.

2.5.4 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino e aprendizagem

As TICs permitem um amplo acesso dos acadêmicos a diferentes tipos de conteúdos (*google meet, youtube*, repositórios de bases de dados, arquivos no formato Portable Document Format (PDF), áudios, gamificação etc.) disponibilizados nos componentes curriculares e nas suas respectivas atividades, contribuindo no processo de ensino e aprendizagem e com a execução do PPC.

Por meio de um login único (matrícula do aluno), estes podem acessar o sistema o Gestão Unificada de Recursos Institucionais (GURI), disponível em <https://guri.unipampa.edu.br/>. O sistema tem desenvolvimento próprio da Unipampa, por meio do Departamento de Tecnologia de Informação e Comunicação (DTIC). Neste ambiente os alunos consultam os planos de ensino, controlam suas frequências, podem acompanhar o lançamento de notas de cada disciplina, podem inscrever-se em eventos e imprimir certificados de participação. Também é uma importante ferramenta na comunicação entre docentes e secretaria acadêmica, sendo muito útil na elaboração de relatórios.

Os professores têm à disposição a plataforma Moodle. O acesso ao Moodle é via usuário e senha do aluno. O Moodle é usado como apoio ao ensino presencial, é possível postar material de aula, material complementar, leituras, exercícios, links de acesso a legislação, entre outros conteúdos necessários. Ainda, o Sistema de

Informação para Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIPPEE), permite tanto aos professores, técnicos e alunos o acompanhamento da tramitação dos diversos projetos que estão sendo implementados na Universidade. Cada sala de aula do Campus é equipada com computador e acesso à rede de internet e projeto multimídia, podendo os docentes ministrar diretamente a partir dos principais sistemas de comunicação, como o Moodle, seus conteúdos, facilitando assim o processo de ensino-aprendizagem do discente.

2.6 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Quanto à verificação da aprendizagem, conforme a metodologia proposta, acredita-se na avaliação como processual, cumulativa e contínua, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, utilizados nos processos de ensino e aprendizagem, atendem à concepção do curso, de oportunizar o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva, e resultam em informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, com mecanismos que garantam sua natureza formativa, sendo adotadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas. Sendo assim, a aprovação nas atividades do Curso dependerá do resultado das avaliações efetuadas ao longo do seu período de realização, na forma prevista nos planos de ensino dos docentes. Conforme a Resolução nº 29/2011 do CONSUNI em seu art.59, parágrafo 6º, estará aprovado o discente que alcançar a nota final mínima de 6 (seis) nas atividades de ensino, incluídas as atividades de recuperação, além de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular.

Como citado no parágrafo anterior, na Unipampa, conforme redação do art. 61, da Resolução nº 29/2011 do CONSUNI, a todo discente é assegurada a realização de atividades de recuperação de ensino, em uma visão de avaliação contínua e diagnóstica. Essas atividades devem ser oferecidas ao longo do semestre, conforme plano de ensino do respectivo componente curricular. Destaca-se ainda que existe diálogo com servidores do NuDE do campus e do NInA, de modo a organizar estratégias didáticas e instrumentos avaliativos flexíveis, que

considerem as diferenças de desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades. Tendo em vista que, conforme legislação e orientações institucionais como a Resolução CONSUNI/Unipampa Nº 328/2021 é previsto instrumento avaliativo incluso, que considere as adaptações metodológicas e de conteúdo estabelecidas no currículo dos alunos com deficiência, considerando as diferenças de desenvolvimento e aprendizagem.

O Plano de Desenvolvimento Institucional apresenta que “A avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem é entendida como um trabalho pedagógico contínuo e cumulativo, com prevalência de aspectos qualitativos sobre quantitativos. O conceito de avaliação como reflexão crítica sobre a prática, necessária à formação de novas estratégias de planejamento, é percebido como interativo, crítico, reflexivo e democrático. A concepção de avaliação acompanha os princípios metodológicos, portanto a avaliação considera que o aluno é partícipe do processo de aprendizagem, de modo a ser uma estratégia que possibilite o diagnóstico das dificuldades e a construção das aprendizagens.” (p. 45)

2.7 APOIO AO DISCENTE

No PDI é descrito a Política de Assistência Estudantil e Comunitária, considerada de extrema importância por viabilizar o acesso ao Ensino Superior Público Federal, por promover a permanência e a conclusão de curso pelos acadêmicos, a formação ampla e qualificada, bem como por combater as desigualdades sociais e regionais e a retenção. As políticas desenvolvidas na Unipampa programas gerenciados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), são baseadas no que foi estabelecido pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do MEC (Decreto nº 7.234/2010), pelo PDI e pelas demais legislações pertinentes.

Entre os programas e ações de assistência estudantil estão: Plano de Permanência composto pelo programa de moradia estudantil, programa de apoio ao transporte, programa de auxílio creche, programa de alimentação subsidiada;

Programa de ações afirmativas; Programa de bolsas de desenvolvimento acadêmico; Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos (PAPE); Programa de Apoio ao Ingressante; Programa de Apoio Social e Pedagógico (PASP). Cada campus conta com o NuDE, formado por uma equipe multiprofissional constituída por Pedagogo, Psicólogo, Assistente Social e Técnico em Assuntos Educacionais no âmbito dos NuDE, a fim de garantir a execução e articulação das ações de acessibilidade e inclusão, das atividades de cultura, lazer e esporte, das ações de acompanhamento aos cotistas, das políticas de ações afirmativas e dos demais projetos.

Dentre as formas de apoio aos discentes na Unipampa, a possibilidade de usufruir dos serviços de tradução e interpretação entre a língua portuguesa e outros idiomas, conforme a Instrução Normativa Unipampa Nº 35, 23 de dezembro de 2021, que estabelece os fluxos e procedimentos internos dos referidos processos. Cabe ressaltar que há a Resolução CONSUNI/Unipampa Nº 240/2019, referente ao tempo máximo de integralização curricular, a qual prevê, no art. 5º, a dilatação do tempo de integralização para alunos com deficiência. E a Resolução CONSUNI/Unipampa Nº 300/2020, que estabelece o Programa Institucional de acompanhamento e enfrentamento dos índices de retenção e evasão, para contribuir para a permanência e o sucesso dos discentes na integralização dos cursos.

Quanto à Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade, esta é fomentada e articulada institucionalmente, de forma transversal, por meio do NInA. É papel do NInA, em articulação com as demais Unidades da Universidade, “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (Decreto nº 7.691/2011).

Em relação ao apoio a discentes com deficiência, a instituição tem como documento norteador as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Formativos Flexíveis (Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 328/2021) e a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 240/2019, que, no art. 5º prevê a dilatação do tempo máximo de integralização curricular para alunos com deficiência.

2.8 GESTÃO DO CURSO A PARTIR DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A autoavaliação institucional é promovida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado permanente, constituído pela Portaria nº 697, de 26 de março de 2010, que assegura a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, que tem como atribuição o planejamento e a condução dos processos de avaliação interna. Cabe destacar que o papel primordial da CPA é a condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP conforme a lei do SINAES (10.861/2004).

A Comissão organiza-se em Comitês Locais de Avaliação (CLA), sediados nos campi e compostos pelos segmentos da comunidade acadêmica – um docente, um técnico-administrativo em educação, um discente e um representante da comunidade externa –, e em uma Comissão Central de Avaliação (CCA) que, além de reunir de forma paritária os membros dos CLAs, agrega os representantes das Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão.

São avaliadas as seguintes dimensões: a missão e o PDI; a política de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação; a responsabilidade social; a comunicação com a sociedade; políticas de pessoal (carreira, remuneração, desenvolvimento e condições); organização e gestão; infraestrutura física, de ensino, de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação; planejamento e avaliação: especialmente os processos e resultados da autoavaliação institucional; políticas de atendimento aos estudantes; sustentabilidade financeira (BRASIL, 2017a). As temáticas da EaD e da inclusão de alunos com necessidades especiais perpassam transversalmente essas áreas.

O Programa de Acompanhamento do Egresso (PAE) foi instituído em 2019 através da interação entre a Pró-Reitoria de Graduação, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, as Comissões de Curso e NDE dos cursos, e regulamentado pela Resolução CONSUNI/Unipampa Nº 294, de 30 de novembro

de 2020. O PAE tem por objetivo estabelecer a política e as ações de acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação desta Universidade.

Cabe aos docentes da Comissão de Curso divulgar a política de acompanhamento de egressos aos alunos, principalmente aos formandos. Através da comunicação com os egressos, metas poderão ser traçadas para resolver problemas relativos à formação oferecida, refletindo, conseqüentemente, na comunidade acadêmica, na matriz curricular e na atividade dos professores.

Após o recebimento dos relatórios, os docentes e o NDE poderão refletir sobre o ensino, o currículo e o método adotado, analisando se o perfil do egresso exposto no PPC condiz com a prática que os ex-alunos vivenciaram. Esta reflexão, baseada nas percepções dos egressos, é um importante instrumento de debate para planejar e implementar novas ações de acordo com os indicadores institucionais e as potencialidades e fragilidades do curso.

O papel do docente é crucial para sensibilizar os alunos sobre a importância de contribuírem com a avaliação da instituição. É vital que eles compreendam a importância de suas constatações e opiniões, não somente enquanto estudantes, mas também enquanto cidadãos formados pela Instituição. Assim, é preciso sensibilizá-los desde o início de seu percurso na Universidade, incentivando-os a serem participativos e críticos com sua autoavaliação, o que servirá de base para questionamentos e reflexões sobre o processo.

Os egressos são convidados a participar de atividades acadêmicas institucionais, como projetos de pesquisa, de ensino e extensão, bem como outras ações relacionadas ao curso. O resultado das avaliações externas é utilizado para o aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidências da divulgação dos resultados à comunidade acadêmica e registro do processo de autoavaliação periódica do curso. Além disso, podem ser utilizadas outras formas de avaliação do curso, como reuniões periódicas, questionários, debates, ouvidorias e a utilização dos resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e de relatórios de avaliação da CPA, MEC, entre outros indicadores da educação.

Ainda, em relação ao processo de autoavaliação, os cursos devem considerar os resultados da avaliação do desempenho didático realizada pelo discente (conforme a Resolução CONSUNI 80/2014), tendo em vista a qualificação da prática docente.

3 EMENTÁRIO

O Ementário é a referência para elaboração do Plano de Ensino. São considerados campos fixos: identificação do componente; carga-horária; ementa; objetivo geral; referências bibliográficas básicas e referências bibliográficas complementares (de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)).

Identificação do Componente – I semestre	
	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 60
Metodologia Científica	
Ementa	
Construção do conhecimento. O conhecimento científico. O processo de pesquisa, planejamento da pesquisa. Execução e aplicação da pesquisa. Apresentação dos resultados de pesquisa. Normas Técnicas (ABNT).	
Objetivos	
Objetivo geral: Desenvolver competências que permitam ao acadêmico compreender o conhecimento científico e estruturar/planejar um projeto de pesquisa.	
Objetivos específicos: Compreender o conhecimento científico; identificar os tipos de procedimentos metodológicos; Conhecer as principais regras de normalização brasileiras, especialmente referente as citações e as referências.	
Referências bibliográficas básicas	
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Editora 2009.	
HAIR JR., Joseph F. et al. Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre: Bookman, 2005.	
CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro; DA SILVA, Roberto. Metodologia científica. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.	
Referências bibliográficas complementares	
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2017.	
LAKATOS, Eva. Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2021.	
MALHOTRA, Naresh. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2019.	
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Referências bibliográficas: BR 6023, Rio de Janeiro: 2021.	
YIN, Robert. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 2017.	

Identificação do Componente – I Semestre	
	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 60

Teoria do Estado e Ciência Política	
Ementa	
Estudo do significado da política clássica e moderna. As bases da ciência política. A questão do poder e do poder político. As teorias explicativas da existência do Estado. O Estado Moderno. Ênfase na compreensão ampla dos fenômenos que o caracterizam. Elementos constitutivos do Estado. Formas de Estado. Do Estado Liberal ao Estado de Bem-Estar Social. Estado Democrático: sociedade e participação.	
Objetivos	
Objetivo geral: Entender a influência da Ciência Política e da Teoria do Estado na gestão pública.	
Objetivos específicos: Conhecer a origem da política moderna. Discutir os problemas da política. Estabelecer uma relação entre sociedade e Estado. Compreender as peculiaridades do Estado moderno. Caracterizar a política no contexto do Estado moderno. Identificar tipos de Estado.	
Referências bibliográficas básicas	
DALLARI, Dalmo de Abreu. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2011. DIAS, Reinaldo. Ciência Política. São Paulo: Atlas, 2013. BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.	
Referências bibliográficas complementares	
BITTAR, Eduardo. Curso de filosofia política. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. BOBBIO, N. Dicionário da Política. Brasília: Ed. UNB, 1986. CHÂTELET, François. História das ideias políticas. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 2009. MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. WEFFORT, Francisco (Org.). Os clássicos da política (v. 1). 14. ed. São Paulo: Editora Ática, 2006. WEFFORT, Francisco (Org.). Os clássicos da política (v. 2). 11. ed. São Paulo: Editora Ática, 2006. STRECK, Lenio Luiz. MORAIS, José Luis Bolzan de. Ciência política & teoria do estado. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2019.	
Identificação do Componente – I Semestre	
	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 60
Administração Geral	
Ementa	
Introdução a Administração: conceitos iniciais. A Administração e a Gestão Pública. Antecedentes históricos. Níveis gerenciais. Habilidades gerenciais. Papéis do administrador. O processo administrativo. A Evolução do Pensamento Administrativo. Teoria da Administração Científica. Teoria Clássica da Administração. Teoria das Relações Humanas. Teoria da Burocracia. Teoria Comportamental. Teoria de Sistemas. Teoria Contingencial. Novas abordagens em Administração.	
Objetivos	

Objetivo geral: Demonstrar clareza conceitual a respeito da natureza do estudo da administração, bem como as contribuições que as diversas ciências podem proporcionar.

Objetivos específicos: Compreender a evolução dos diversos conceitos da teoria da administração, suas e as relações entre elas, destacando o caráter contingencial e situacional da administração; Capacitar o aluno a compreender as diversas influências que as diferentes escolas podem proporcionar para os processos de gestão;

Referências bibliográficas básicas

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 3. ed. São Paulo: Campus, 2004.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Fundamentos de administração. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Reinaldo O. da. Teorias da Administração. São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2008.

Referências bibliográficas complementares

FAYOL, Henri. Administração industrial e geral. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
LACOMBE, Francisco José Masset. Administração: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2008.

MOTTA, Fernando C. Prestes, I. G. Cultura Organizacional e cultura brasileira. São Paulo: Thomson Learning, 2009.

RIBEIRO, Antonio de Lima, Teorias da administração. São Paulo: Saraiva, 2010.

TAYLOR, Frederick Winslow. Princípios de administração científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Identificação do Componente – I Semestre

	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 60
Administração Pública	

Ementa

Governo e Administração Pública. Modelos de Administração Pública. Reforma do Estado e da Administração Pública. Administração Pública Gerencial. Transposição de Tecnologias Gerenciais para a Administração Pública. Governança e Governabilidade. Organização e Controle da Administração Pública. Formas de Flexibilização. Desafios e perspectivas da Administração Pública contemporânea.

Objetivos

Objetivo geral: Possibilitar ao discente a compreensão dos principais conceitos e práticas envolvida na Administração Pública em uma visão contemporânea.

Objetivos específicos: Compreender o processo de evolução da Administração pública, analisando o ambiente das organizações públicas numa perspectiva crítica; Aplicar os conhecimentos construídos, a partir da análise reflexiva do contexto histórico da Administração Pública.

Referências bibliográficas básicas

BERGUE, Sandro Trescastro. Modelos de gestão em organizações públicas: teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul: Educus, 2011.

COSTIN, Cláudia. Administração pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de administração pública - foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008.

Referências bibliográficas complementares

ANDREWS, Cristina W. (Org.); BARIANI, Edison (Org.). Administração pública no Brasil. São Paulo: UNIFESP, 2010.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

DENHARDT, Robert B. Teorias da Administração Pública. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MATIAS-PEREIRA, José. Governança no Setor Público. São Paulo: Atlas, 2010.

PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública. Rio de Janeiro: FGV, 35 2005.

Identificação do Componente – I Semestre

Carga horária total: 60

Presencial Teórica: 60

Sociologia

Ementa

Contexto histórico de surgimento da Sociologia. A centralidade dos fatos na Sociologia. Principais teorias hermenêuticas clássicas da Sociologia. Sociologia referente à temática do campus e cursos específicos.

Objetivos

Objetivo geral: Estudar os paradigmas fundamentais da sociologia relacionando-os às exigências do campus e do curso específicos como instrumento de exercício da interpretação dos fatos sociais.

Objetivos específicos: Constituir um conjunto de saberes necessários para a integralização da formação intelectual e profissional dos estudantes, esperando que ao final dos estudos sejam capazes de elaborar interpretações críticas sobre a realidade social e possíveis modos de ação, intervenção e transformação desta realidade.

Referências bibliográficas básicas

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MAUSS, Marcel. Ensaio de Sociologia. São Paulo: Perspectiva, 2009.

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Referências bibliográficas complementares

BENTO, Fábio Régio. Maquiavel pré-sociólogo e outros BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2014.

ensaios. Jundiaí: Ed. Paco, 2010.
 CHARON, Joel. Sociologia. São Paulo: Saraiva, 2004.
 COSTA, Cristina. Introdução à ciência da sociedade. São Paulo: ed. Moderna, 2010.
 DEMO, Pedro. Introdução à Sociologia. São Paulo: Atlas, 2009. GIDDENS, Anthony. Sociologia. São Paulo: Artmed, 2010.

Identificação do Componente – I Semestre	
Economia	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 60
	Presencial Prática:
	Prática como Componente Curricular:
	EAD Teórica:
	EAD Prática
Ementa	
Economia e o pensamento econômico. Introdução ao estudo do mercado. Falha do sistema de mercado. Bens públicos e bens sociais. Funções do setor público. Fundamentos da teoria macroeconômica. Política fiscal. Inflação. Emprego e renda. Crescimento e desenvolvimento econômico. Economia internacional.	
Objetivos	
Objetivo geral: Desenvolver competências que permitam ao acadêmico utilizar-se dos fundamentos básicos da ciência econômica.	
Objetivos específicos: Oferecer um referencial teórico e metodológico que permita ao acadêmico compreender a dinâmica do funcionamento da economia, além de uma análise das relações sociais de produção. Estudar a evolução do pensamento econômico com vistas a se ter uma visão de mundo a este respeito. Observar a introdução do setor mercado na economia bem como sua evolução; identificar suas falhas e com isto justificar a inserção do setor público na economia. Com a inserção do setor público na economia, em especial economia dos governos, conhecer as funções do setor público e verificar quais bens públicos e bens sociais podem ser ofertados à sociedade. Estudar os Fundamentos da teoria macroeconômica e interpretar: a Política fiscal; a Inflação; a importância do Emprego e da renda; e desenvolver atividades que contribuam com o Crescimento e desenvolvimento econômico regional.	
Referências bibliográficas básicas	
OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. (Org.). Economia para administradores. São Paulo: Saraiva, 2004.	
PASSOS, Roberto Martins; NOGAMI, Otto. Princípios de economia. 5. ed. São Paulo: Thompson, 2006.	
VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de Economia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.	
Referências bibliográficas complementares	
CARNEIRO, Ricardo (Org.). Os clássicos da economia. São Paulo: Ática, 2004.	
MANKIW, Gregory. Introdução à economia. Cengage Learning: São Paulo, 2010.	
PEREIRA, Luis Carlos Bresser (Org.). Economia brasileira na encruzilhada. Rio de Janeiro: FGV, 2006.	
PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. (Org.) Manual de Economia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.	
ROSSETI, José Paschoal. Introdução à economia. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2005.	

Identificação do Componente – II Semestre	
Gestão com Pessoas no Setor Público	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 60
	Presencial Prática:
	Prática como Componente Curricular:
	EAD Teórica:
	EAD Prática
Ementa	
<p>1. Fundamentos conceituais de Gestão de Pessoas no Setor Público: - 1.1. histórico; 1.2. Conceitos. 1.3. Conceito e classificação dos agentes públicos. 1.3. Processo Seletivo no Setor Público. 1.4. Formas de Provimento de cargos e empregos públicos. 1.5. Acúmulo de cargos e empregos públicos e 1.6. Estabilidade no cargo e Estágio Probatório.</p> <p>2. Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas no Setor Público: 2.1 – Conceitos; 2.2. Reflexões sobre o gerenciamento estratégico aplicados à Gestão de Pessoas no Setor Público. 3. Alinhamento Estratégico da Gestão de Pessoas no Setor Público.</p> <p>3. Pessoas e Geração de Valor Público: 3.1. As pessoas e os processos de valor na Administração pública. 3.2. Pressupostos fundamentais no desenho de cargos e carreira. 3.3. Desenho de cargos e empregos públicos. 3.4 . Carreira no serviço público. 3.5. Fundamentos Constitucionais e Legais da Gestão do Desempenho.</p> <p>4. T&D – treinamento e desenvolvimento nas Organizações Públicas. 4.1. PNDP – Política Nacional do Desenvolvimento de Pessoas. 4.2. Esfera de abrangência e eixos de atuação das escolas de Gestão Pública.</p>	
Objetivos	
<p>Objetivo geral: Viabilizar o estudo para que os alunos sejam capazes de contextualizar os subsistemas de Gestão com Pessoas, previstos da ementa em Organizações Públicas.</p> <p>Objetivos específicos: Contextualizar novos conhecimentos, habilidades e atitudes na Gestão com Pessoas na área Pública; Relacionar os conhecimentos teóricos da gestão de pessoas com sua aplicação em organizações públicas.</p>	
Referências bibliográficas básicas	
<p>BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de pessoas em organizações públicas. 3. ed. rev. e atual. Caxias do Sul: Educs, 2010.</p> <p>MARRAS, Jean Pierre (Org). Gestão estratégica de pessoas: conceitos tendências. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>SILVESTRE, Hugo Consciência. Gestão Pública: Modelos de Prestação no Serviço Público. Lisboa: Escolar Editora, 2010.</p>	
Referências bibliográficas complementares	

ARAUJO, Luis César Garcia de; GARCIA, Adriana Amadeu. Gestão de pessoas: Estratégias e integração organizacional. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BITENCOURT, Claudia. Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas/conceitos tradicionais. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ROBBINS, Sthepen P.,1943. A verdade sobre gerenciar pessoas: e nada mais que a verdade. São Paulo: Pearson Financial Times- Prentice Hall, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de pessoas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Identificação do Componente – II Semestre

Carga horária total: 60

Presencial Teórica: 60

Políticas Públicas

Ementa

Conceitos básicos de políticas públicas. Políticas públicas: estruturas e processos. Estruturação de problemas. Processos de tomada de decisões políticas. Ciclo de política: Identificação do problema, agendamento, decisão, formulação, implementação e avaliação de políticas. Contemplando a reflexão sobre novos atores, as políticas emergentes em educação ambiental, relações étnico-raciais e direitos humanos.

Objetivos

Objetivo Geral: Desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de programas, projetos e políticas públicas.

Objetivos específicos: Propiciar a compreensão na gestão pública dos impactos sociais, econômicos, ambientais resultantes da incorporação de tecnologias. Compreender o processo de internacionalização das políticas públicas e seus reflexos na gestão pública. Discutir as políticas emergentes em educação ambiental, relações étnico-raciais e direitos humanos.

Referências bibliográficas básicas

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Formulação de políticas públicas. 2018.

LOTTA, Gabriela Organizadora. Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. 2019.

RODRIGUES, Marta M Assumpção. Políticas Públicas. São Paulo: Publifolha, 2010.

ROSA, J.G.L.D.; Lima, L.L.; Aguiar, R.B.D. Políticas públicas: introdução. Porto Alegre: Jacarta, 2021. 95 p. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/223410/001127911.pdf?sequen>>. Acesso em: 06 ago. 2022.

SALM, José Francisco. Políticas Públicas e Desenvolvimento – bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2009.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage, 2012.

Referências bibliográficas complementares

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, n. 51, p. 21-29, fevereiro/ 2003.

GRINOVER, Ada Pellegrini (coord.). O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas.

Rio de Janeiro: Forense, 2011
 HOCHMAN, Gilberto (Org.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
 RICO, Elizabeth Melo. Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2009.
 SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas. Coletâneas. Volumes, v. 1, 2007.
 SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas. Coletâneas. Volumes, v. 2, 2007.
 SERAINE, Martins dos Santos (Org.). Estado, desenvolvimento e políticas públicas. Ijuí: Unijuí, 2008.

Identificação do Componente – II Semestre

	Carga horária total: 60
--	-------------------------

	Presencial Teórica: 60
--	------------------------

Direito Constitucional

Ementa

Constituição Federal de 1988. Princípios e Garantias Constitucionais. Organização Política Administrativa. Poder Legislativo. Processo legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Funções essenciais à Justiça. Ordem Econômica e Social. Meio Ambiente.

Objetivos

Objetivo geral: Compreender o direito constitucional a partir do prisma jurídico, tendo como lastro o ordenamento jurídico-constitucional, bem como, também promover uma análise do viés sociológico, econômico e cultural configurado na Constituição Federal de 1988. Neste seguimento, debruça-se na análise transversal dos temas constitucionais, impelindo ao profissional de Gestão Pública o conhecimento acerca da organização político-administrativa do Estado, das garantias constitucionais de promoção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, desenvolvimento econômico, eliminação de toda e quaisquer formas de discriminação e preconceito, proteção dos Direitos Humanos, dentre outras prerrogativas e pressupostos do texto constitucional brasileiro.

Objetivos específicos: Visualizar a estrutura da Constituição Federal de 1988, seus ditames, princípios e bases; Articular a legislação aos conhecimentos da Gestão Pública, promovendo, desta forma, um conhecimento amplo e em condições do exercício de atividades profissionais, no âmbito público ou privado; Proporcionar ao aluno um viés contemporâneo dos temas como sustentabilidade e meio ambiente, desenvolvimento econômico, empreendedorismo e, sobretudo, promoção e proteção dos Direitos Fundamentais dos cidadãos e cidadãs.

Referências bibliográficas básicas

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito constitucional descomplicado. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.
 BELMONTE, Alexandre Agra. 30 Anos da CF e o Direito brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
 MORAES, Alexandre. Direito constitucional. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 MORAES, Alexandre de. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Atlas, 2022.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SIMÕES, Edson. Constitucionalismo e Constituição de 1988. São Paulo: Grupo Almedina, 2022.

Referências bibliográficas complementares

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. BULOS,

Uadi Lamego. Direito Constitucional ao Alcance de Todos. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do. 42. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARVALHO, Kildare de. Técnica Legislativa. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2010.

Identificação do Componente – II Semestre

Sistemas de Informação no Setor Público	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 60

Ementa

Conhecimentos básicos de Sistemas de Informação. Sistema de Informação X Tecnologia de Informação. Tipos de Sistemas de Informação. Sistemas de Informação na Gestão Pública. Aspectos Sociais e os Sistemas de Informação. Web e Participação. E-democracia. E-participação. Ciberativismo. Temas emergentes em Tecnologia de Informação e Comunicação.

Objetivos

Objetivo geral: Compreender o uso de Sistemas de Informação no Setor Público e a atuação na Internet.

Objetivos específicos: Entender a importância da TI e dos SI nas organizações e na sociedade em geral; Avaliar a gestão da TI em ambientes organizacionais,

como foco nas organizações públicas; compreender os aspectos sociais dos SI e seus impactos; Conhecer possibilidades de participação na web e de exercer a democracia, a participação e o ativismo digital; Compreender a área de Sistemas de Informações como objeto de estudo da Gestão Pública.

Referências bibliográficas básicas

GUZZI, Drica. Web e Participação: a democracia no século XXI. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2010.

LAUDON, Ken C.; LAUDON, Jane P. Sistemas de informação. 3. ed. Editora LTC. 2003.

TURBAN, Efraim; McLEAN, Ephraim; WETHERBE, James. Tecnologia da Informação para gestão: transformando os negócios na economia digital. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Referências bibliográficas complementares

AUDY, Jorge L., et. al. Fundamentos de sistemas de informação. Porto Alegre, Bookman, 2005.

BATISTA, Emerson O. Sistemas de informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva, 2005.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley; MARQUES, Francisco P. J. A. (Orgs.). Internet e participação política no Brasil. Ed. Sulina, 2011.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas operacionais. São Paulo: Atlas, 2008.

STAIR, Ralph. Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Identificação do Componente – III Semestre

Comportamento Organizacional	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 60
	Presencial Prática:
	Prática como Componente Curricular:
	EAD Teórica:
	EAD Prática

Ementa

Conceitos do Comportamento Organizacional. Diversidade nas Organizações. Liderança (Poder e Política). Teorias Motivacionais. Comunicação e relacionamento interpessoal (trabalho em equipe). Gestão de Conflitos e negociação. Cultura e Mudança Organizacional. Tópicos Emergentes em Gestão com Pessoas aplicadas a Gestão Pública.

Objetivos

Objetivo geral: Possibilitar ao acadêmico a compreensão teórica-prática do comportamento humano no contexto organizacional, em três níveis de análise: individual, grupal e organizacional;

Objetivos específicos: Desenvolver capacidade de análise crítica sobre os diversos conteúdos que tratam do comportamento humano nas organizações, possibilitando ao acadêmico uma compreensão deste contexto. Proporcionar aos acadêmicos mecanismos de gestão estimuladores de melhores resultados organizacionais.

Referências bibliográficas básicas

NEWSTROM, John. W. Comportamento Organizacional: o comportamento humano no Trabalho. 12. ed. São Paulo. McGraw-Hill, 2008.

ROBBINS, James S. Comportamento Organizacional: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro. 14. ed. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2010.

VECCHIO, Robert P. Comportamento organizacional: conceitos básicos. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

Referências bibliográficas complementares

BERGAMINI, C. W. Psicopatologia do comportamento organizacional: organizações desorganizadas, mas produtivas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

CALDAS, Miguel. P.; WOOD, Thomaz. Comportamento organizacional: uma perspectiva brasileira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

COLLELA, Adrienne HITT, Michael A; MILLER, C. C. Comportamento organizacional: uma abordagem estratégica. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

OLIVEIRA, Marco A. Comportamento organizacional para a gestão de pessoas: como agem as empresas e seus gestores. São Paulo: Saraiva, 2010.
 SOTO, Eduardo. Comportamento organizacional: o impacto das emoções. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

Identificação do Componente – III Semestre	
Estatística	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 60
	Presencial Prática:
	Prática como Componente Curricular:
	EAD Teórica:
	EAD Prática
Ementa	
<p>Conceitos de estatística. Fases do levantamento estatístico. População e amostra. Distribuição de frequências. Representação gráfica e tabelas. Medidas de tendência central e de dispersão. Noções de probabilidade. Amostragem e inferência estatística.</p>	
Objetivos	
<p>Objetivo geral: Analisar e desenvolver conhecimentos estatísticos, aplicando habilidades quantitativas em diversos fenômenos das ciências sociais; Objetivos específicos: Explorar e aplicar a temática de Estatística Descritiva; Compreender conceitos teóricos de probabilidade e suas distribuições; Discutir e aplicar métodos probabilísticos e não-probabilísticos de amostragem; Reconhecer elementos básicos da Estatística Inferencial, empregando em situações práticas.</p>	
Referências bibliográficas básicas	
<p>ANDERSON, David R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. Estatística Aplicada à Administração e Economia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007. BARROW, Michael Estatística para economia, contabilidade e administração. São Paulo: Ática, 2007. BUSSAB, Wilton O.; MORETTIN, P. A. Estatística básica. São Paulo: Saraiva, 2010.</p>	
Referências bibliográficas complementares	
<p>DOWNING, Douglas CLARK, Jeffrey. Estatística aplicada. São Paulo: Saraiva, 2008. BRUNI, Adriano Leal. Estatística aplicada à gestão empresarial. São Paulo: Atlas, 2007. HOFFMANN, Rodolfo. Estatística para economistas. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2006. LEVINE, D. M.; STEPHAN D. F.; KREHBIEL, T. C.; BERENSON, M. L. Estatística: teoria e aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2008. STEVENSON, William J. Estatística aplicada à administração. São Paulo: Harbra, 2001.</p>	

Identificação do Componente – III Semestre	
	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 60

Gestão de Processos	
Ementa	
Estrutura da organização. Conceitos básicos da gestão de processos. Processos organizacionais. Etapas da gestão de processos. Instrumentos de análise e gestão de processos. Tecnologias de gestão orientadas para processos. Gráficos de processamento e organização. Formulários. Arranjo físico. Análise e distribuição do trabalho. Manuais de organização.	
Objetivos	
Objetivo geral: Possibilitar ao acadêmico a compreensão teórico-prática dos processos organizacionais.	
Objetivos específicos: Desenvolver capacidade de análise crítica sobre os processos que envolvem as instituições; desenvolver o universo conceitual e a capacidade analítica e prospectiva, através da assimilação de fundamentos teóricos e práticos sobre a estrutura e os processos organizacionais. Proporcionar instrumentos de diagnóstico e implantação de formas organizacionais adaptadas à realidade institucional, através do conhecimento, domínio de técnicas e métodos administrativos.	
Referências bibliográficas básicas	
ARAÚJO, Luis César G. Organização, Sistemas e Métodos e as Modernas Ferramentas de Gestão Organizacional. São Paulo: Atlas, 2001.	
BARBARÁ, Saulo (organizador). Gestão por processos: fundamentos, técnicas e modelos de implementação. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.	
OLIVEIRA, Djalma P. R. Sistemas, organização & métodos: uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2005.	
Referências bibliográficas complementares	
ALMEIDA, Léo G. Gestão de processos e a gestão estratégica. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.	
CURY, Antônio. Organização e métodos. São Paulo: Atlas, 2007. HARRINGTON, H. James. Aperfeiçoando Processos Empresariais. São Paulo: Makron Books, 1993.	
LAURINDO, Fernando. & ROTONDARO, R. Gestão integrada de processos e da tecnologia da informação. S. Paulo, Atlas, 2006.	
MOREIRA, Daniel Augusto. Administração da produção e operações. São Paulo: Thomson learning, 2002.	

Identificação do Componente – III Semestre	
Planejamento e Orçamento Governamental	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 60
Ementa	
Instrumentos do Planejamento: Plano Diretor, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Princípios orçamentários. Classificação orçamentária. Créditos adicionais. Aspectos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Limites constitucionais e legais.	
Objetivos	

Objetivo Geral: Compreender os principais conceitos e práticas dos instrumentos de planejamento, elaboração e execução do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual.

Objetivos Específicos: Identificar os conceitos e legislação aplicados aos instrumentos de planejamento, elaboração e execução do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual/Utilizar as técnicas e procedimentos de planejamento, elaboração e execução dos instrumentos de planejamento, bem como a elaboração dos projetos de lei e seus anexos.

Referências bibliográficas básicas

ANDRADE, Nilton de Aquino (org.). Planejamento Governamental para Municípios: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Roleisson Gonçalves. Contabilidade Pública. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências bibliográficas complementares

KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Gestão Pública. São Paulo. Saraiva, 2010. SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SLOMSKI, Valmor, et. al. Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública. São Paulo: Atlas, 2008.

Identificação do Componente – III Semestre

Carga horária total: 60

Presencial Teórica: 60

Direito Administrativo

Ementa

Fundamentos e objeto do Direito Administrativo. Princípios do Direito Administrativo. Deveres e Poderes Administrativos. Órgãos e Agentes Públicos. Atos Administrativos. Serviços Públicos. Responsabilidade Civil da Administração. Bens Públicos. Processo Administrativo. Improbidade Administrativa. Noções de Licitações e Contratos Administrativos.

Objetivos

Objetivo geral: Permitir ao profissional atuante na Gestão Pública o desenvolvimento de habilidades de compreensão e atuação a partir do ordenamento jurídico.

Objetivos específicos: Analisar institutos e instrumentos jurídicos aplicáveis à Administração Pública a partir da ótica do Direito Público e do Estado Democrático de Direito e demais ramos que possam auxiliar o acadêmico em tão árdua tarefa.

Referências bibliográficas básicas

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

Referências bibliográficas complementares

BRASIL, Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 23. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.

MADEIRA, José Maria Pinheiro. Administração Pública. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MAFFINI, Rafael Da Cás. Direito administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2012.

Identificação do Componente – IV Semestre

Análise e Avaliação de Políticas Públicas

Carga horária total: 60

Presencial Teórica: 60

Ementa

Conceitos básicos de avaliação de políticas públicas. Metodologias de avaliação. Uso de base de dados. Abordagens quantitativas e qualitativas de avaliação. Tipos de avaliação. Construção de indicadores para avaliação. Participação social na avaliação. Tendências contemporâneas em avaliação de políticas públicas.

Objetivos

Objetivo geral: Proporcionar à compreensão da avaliação como etapa no processo de análise de projetos e programas públicos

Objetivos específicos: Compreender os diferentes métodos de avaliação de políticas públicas. Capacitar os alunos no uso de base de dados, bem como na construção de indicadores para avaliação. Apresentar métodos de gestão e de avaliação de resultados.

Referências bibliográficas básicas

COELHO, V. S. R. P. Abordagens qualitativas e quantitativas na avaliação de políticas públicas. CEBRAP. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo, p. 76-99, 2016.

GARCIA, Rosineide Pereira Mubarack. Avaliação de políticas públicas: concepções, modelos e casos. 2020.

HOCHMAN, Gilberto (org.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de Programas Sociais no Brasil. Repensando Práticas e Metodologias das Pesquisas Avaliativas, 2011.

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de planejamento governamental: foco nas políticas públicas e nos indicadores sociais. São Paulo: Atlas, 2012.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage, 2012.

Referências bibliográficas complementares

CARDOSO JR., José Celso; CUNHA, Alexandre dos Santos. (Org.). Planejamento e avaliação de políticas públicas. Brasília: Ipea, 2015.

RICO, Elizabeth Melo. Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2009.

RESENDE, Guilherme Mendes Resende. Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Brasília: Ipea, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil et al. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018. v. 2. 318 p. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/guiaexpost.pdf/view>. Acesso em: 22 jul. 2022.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. 2005.

SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage, 2016. SERAINE, Martins dos Santos (org.). Estado, desenvolvimento e políticas públicas. Ijuí: Unijuí, 2008.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. Revista de Administração Pública, v. 42, p. 529-550, 2008.

Identificação do Componente – IV Semestre

Gestão de Projetos no Setor Público	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 60

Ementa

O Ambiente do Projeto e sua Gestão. O papel e habilidades do gerente de projetos. Planejamento e programação de projetos. Avaliação de projetos. As áreas de Gestão de projetos. O fator humano em projetos. Gestão de prazo: cronograma e rede de atividades. Orçamentos de projetos. Elaboração de projetos sociais.

Captação de recursos: identificação de fontes nacionais e internacionais, ajuste da redação do projeto, articulação e negociação, monitoramento.

Objetivos

Objetivo geral: Capacitar o aluno para o gerenciamento de projetos.

Objetivos específicos: Refletir sobre o gerenciamento de projetos; elaborar projetos que gerem resultados para as organizações; Desenvolver o senso de responsabilidade social e conscientização do meio que vive mediante o desenvolvimento de projetos.

Referências bibliográficas básicas

GIDO, Jack; CLEMENTS, James P. Gestão de Projetos. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

MENEZES, Luis Cesar de Moura. Gestão de Projetos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DINSMORE, Paul C.; CAVALIERI, A. Como se tornar um profissional em gerenciamento de projetos. 3. Ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

Referências bibliográficas complementares

KERZNER, Harold. Gestão de projetos: as melhores práticas. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de. Política de gestão pública integrada. São Paulo: FVG, 2011.

PASSOS, Maria. L. G. Gerenciamento de projetos para pequenas empresas. São Paulo: Brasport, 2008.

PRADO, Fernando Leme. Metodologia de Projetos. São Paulo: Saraiva, 2011

SILVA, Christian Luiz da Silva; SOUZA-LIMA, José Edmilson (Orgs.). Políticas Públicas e Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Saraiva. 2010.

Identificação do Componente – IV Semestre

Gestão de Patrimônio	Carga horária total: 30
	Presencial Teórica: 30

Ementa

Gestão de Patrimônio na Administração Pública. Bens Públicos. Tombamento dos Bens. Responsabilidade Patrimonial. Destinação dos Bens. Inventário Físico. Avaliação e Reavaliação. Depreciação, Amortização e Exaustão.

Objetivos

Objetivo Geral: Compreender os principais conceitos e práticas de gestão de patrimônio no setor público.

Objetivos Específicos: Identificar os conceitos e legislação aplicados ao patrimônio, analisando-os criticamente a sua aplicabilidade na Administração Pública direta e indireta; Utilizar as técnicas e procedimentos de gestão de patrimônio tanto nos registros analíticos quanto nos registros sintéticos no setor público.

Referências bibliográficas básicas

ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARCELLOS, B. M.; SANTOS, E. J. Dos; GIACOMELLI, G.; PRIANTI NETO, R. B. Gestão patrimonial e logística no setor público. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

KOHAMA, Helio. Contabilidade Pública. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Referências bibliográficas complementares

JUSTEN FILHO, Marçal Curso de Direito Administrativo. 8. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

MARTINS, Petronio Garcia. Administração de materiais e recursos patrimoniais. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

PEIXE, Blênio César Severo. Finanças Públicas: controladoria governamental. Curitiba: Juruá, 2006.

QUADROS, Cerdônio (Org.). Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993: licitações e contratos administrativos. 26. ed. São Paulo: NDJ, 2007.

Identificação do Componente – V Semestre

	Carga horária total: 30
	Presencial Teórica: 30

Gestão de Compras	
Ementa	
Gestão de Compras Setor Público. Setor de compras (função, ciclo e estrutura). Licitações e Contratos na Administração Pública. Compras Públicas Sustentáveis.	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral: Compreender os principais conceitos e práticas de gestão de compras no setor público.</p> <p>Objetivos Específicos: Identificar os conceitos aplicados à gestão de compras, analisando-os criticamente a sua aplicabilidade na Administração Pública direta e indireta; conhecer os tipos de licitações previstos na legislação; e Estudar as contratações e licitações públicas sustentáveis.</p>	
Referências bibliográficas básicas	
<p>ARAGÃO, Alexandre Santos de. Curso de direito administrativo. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.</p> <p>BARCELLOS, Bruno Maldonado. Licitações e contratos. Porto Alegre: Sagah, 2017.</p> <p>ROCHA, Wesley; VANIN, Fábio Scopel; FIGUEIREDO, Pedro Henrique Poli de (Coord.). A nova lei de licitações. São Paulo: Almedina Brasil, 2021.</p>	
Referências bibliográficas complementares	
<p>BARCELLOS, B. M.; SANTOS, E. J. dos; GIACOMELLI, G.; PRIANTI NETO, R. B. Gestão patrimonial e logística no setor público. Porto Alegre: Sagah, 2017.</p> <p>BITTENCOURT, Sidney. Contratando sem licitação: contratação direta por dispensa ou inexigibilidade. 3. São Paulo: Almedina Brasil, 2021.</p> <p>DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais princípios, conceitos e gestão. 6. São Paulo Atlas 2009.</p> <p>JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 15. Ed. São Paulo: Dialética, 2012.</p> <p>SPITZCOVSKY, Celso. Nova Lei de Licitações e contratos administrativos: principais diretrizes e mudanças. São Paulo: Expressa, 2021.</p>	
Identificação do Componente – V Semestre	
Licitações e Contratos Administrativos	Carga horária total: 30
	Presencial Teórica: 30
Ementa	
Licitações. Princípios das Licitações. Tipos e Modalidades de Licitação. Dispensa. Inexigibilidade. Procedimento Licitatório. Homologação. Crimes em Licitação. Contratos Administrativos. Características dos Contratos Administrativos e suas diferenças dos Contratos Privados. Contratos em Espécie. Forma dos Contratos Administrativos. Cláusulas Exorbitantes. Questões envolvendo equilíbrio econômico financeiro. Execução. Extinção. Crimes em Contratos Administrativos. Lei Complementar nº 123/2006.	
Objetivos	
Objetivo geral: Compreender os procedimentos licitatórios e os contratos administrativos.	

Objetivos específicos: Compreender as modalidades e tipos de procedimentos licitatórios; Compreender as possibilidades de dispensa e inexigibilidade; Analisar os contratos administrativos, suas características, métodos de criação/extinção bem como os crimes previstos.

Referências bibliográficas básicas

JUSTEN FILHO, Marçal Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012.
 JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 8. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
 MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

Referências bibliográficas complementares

JUSTEN FILHO, Marçal. O estatuto da microempresa e as licitações públicas. 2. ed. São Paulo: Dialética, 2007.
 JUSTEN FILHO, Marçal Pregão: Comentários à legislação do pregão comum e eletrônico. 5. ed. São Paulo: Dialética, 2009.
 MAFFINI, Rafael Da Cás. Direito administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
 MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2012.
 NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. São Paulo: FORUM, 2011.

Identificação do Componente – V Semestre

Contabilidade Governamental	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 60
Ementa	

Fundamentos de Contabilidade. Equação Patrimonial. Campo de aplicação. Regimes contábeis. Execução do Orçamento Público. Receita e Despesa Pública. Restos a Pagar. Patrimônio Público. Dívida Pública. Elaboração de Balancetes, Balanços e Demonstrativos. Execução Orçamentária de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Objetivos

Objetivo Geral: Compreender os principais conceitos e práticas da contabilidade aplicada ao setor público.

Objetivos Específicos: Identificar as informações sobre os atos e fatos administrativos nos órgãos públicos; compreender os registros dos fenômenos que afetam as situações, orçamentárias, financeiras, patrimoniais e típicas de controle nos órgãos públicos; Entender a estrutura das demonstrações e demonstrativos contábeis aplicados ao setor público.

Referências bibliográficas básicas

ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 KOHAMA, Helio. Contabilidade Pública. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Roleisson Gonçalves. Contabilidade pública. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

<p>Referências bibliográficas complementares</p> <p>ANDRADE, Nilton de Aquino (Org.). Planejamento governamental para municípios: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>KOHAMA, Hélio. Balanços Públicos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Gestão Pública. São Paulo. Saraiva, 2010.</p> <p>PEIXE, Blênio César Severo. Finanças Públicas: controladoria governamental. Curitiba: Juruá, 2002.</p> <p>SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p>

<p>Identificação do Componente – V Semestre</p>	
	<p>Carga horária total: 60</p>
	<p>Presencial Teórica: 60</p>
<p>Direito Tributário</p>	
<p>Ementa</p>	
<p>Definição e características do Direito Tributário. Competência Tributária. Noção de tributo e de fato gerador. Limitações ao poder de tributar: princípios constitucionais tributários e imunidades. Espécies tributárias. Repartição das receitas tributárias. Obrigação tributária, crédito tributário e lançamento. Suspensão da exigibilidade do crédito. Extinção do crédito. Exclusão do crédito. Administração tributária. Lei Complementar nº 101/2000. Lei Complementar nº 116/2003.</p>	
<p>Objetivos</p>	
<p>Objetivo geral: Transmitir, de forma sistêmica, os conteúdos imprescindíveis à compreensão dos principais conceitos que envolvem o Direito Tributário, proporcionando a assimilação estruturada, através de método reflexivo e prático, indispensável ao exercício profissional.</p> <p>Objetivos específicos: Definir o objeto de estudo do Direito Tributário e seu campo de atuação; familiarizar os estudantes com os conceitos básicos usados no Direito Tributário; conscientizar sobre a importância do fenômeno tributário. Conferir aplicação e utilidade às informações tributárias; habilitar o acadêmico para a tomada de decisões dentro dos limites impostos pela legislação atinentes à matéria no âmbito da Gestão Pública.</p>	
<p>Referências bibliográficas básicas</p>	
<p>ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Manual de direito tributário. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009.</p> <p>MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.</p> <p>PAULSEN, Leandro. Direito tributário: constituição e código tributário. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.</p>	
<p>Referências bibliográficas complementares</p>	

ALEXANDRE, Ricardo. Direito tributário esquematizado. São Paulo: Método, 2012.
 BORBA, Cláudio. Direito tributário. 24. ed. São Paulo: Campus, 2009.
 LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
 MORAES, Alexandre. Direito constitucional. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2012.

Identificação do Componente – V Semestre	
Gestão Estratégica no Setor Público	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 30
	CH extensão: 30
Ementa	
Estratégia. O processo da administração estratégica. Análise dos ambientes externo e interno. Formulação de estratégias. Implementação e controle estratégico. Transposição de Tecnologias Gerenciais de administração estratégica para a Administração Pública. Metodologias para elaboração do planejamento estratégico na gestão pública. Este componente curricular prevê atividades de extensão vinculadas a programas ou projetos desenvolvidos na sua área temática.	
Objetivos	
Objetivo geral: Compreender a necessidade e o desafio de articular a concepção e implementação do planejamento e administração estratégicos, buscando orientar o fluxo contínuo de decisões e ações das organizações públicas; Objetivos específicos: Compreender o processo de planejamento e gestão estratégica, analisando o ambiente das organizações públicas numa perspectiva crítica; aplicar os conhecimentos construídos, a partir da análise prática das organizações pública, buscando a implementação de tecnologias gerenciais.	
Referências bibliográficas básicas	
BERGUE, Sandro Trescastro. Modelos de gestão em organizações públicas: teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul: Educus, 2011.	
MATUS, Carlos. Política, planificación y gobierno . Caracas: Fundación Altadir, 1987.	
MATIAS-PEREIRA, José. Curso gestão estratégica na administração pública. São Paulo: Atlas, 2012.	
CERTO, Samuel Administração estratégica: planejamento e implementação das estratégias. São Paulo: Person Education do Brasil, 2010.	
Referências bibliográficas complementares	

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. A Estratégia em ação: balanced scorecard. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. Balanced scorecard: mapas estratégicos: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

MINTZBERG, Henry AHLSTRAD, Bruce; LAMPEL, J.; Safari de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAD, B.; LAMPEL, J.; O processo da estratégia: o processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de administração estratégica: foco no planejamento estratégico. São Paulo: Atlas, 2010.

Identificação do Componente – V Semestre	
Planejamento em Pesquisa (TCC)	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 60
Ementa	
Revisão de conhecimentos básicos sobre metodologia científica e o processo de investigação. A pesquisa científica no campo da gestão pública. Estrutura básica de um artigo científico: introdução, desenvolvimento e conclusão. Planejamento em pesquisa no campo da gestão pública: tema, problema e hipótese, estudo bibliográfico, métodos de pesquisa. Apresentação de projeto.	
Objetivos	
Objetivo geral: Reconhecer a permanente necessidade da pesquisa para a construção do conhecimento e para a tomada de decisão dos gestores por meio do conhecimento construído.	
Objetivos específicos: Desenvolver a habilidade para a realização da pesquisa, descrevendo as suas etapas. Compreender o processo da pesquisa, elaborando um projeto de pesquisa a partir da reflexão crítica da prática das organizações públicas.	
Referências bibliográficas básicas	
GIL, Antonio Carlos Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
HAIR JR., J. F. et al. Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre: Bookman, 2005.	
CERVO, Amado; BERVIAN, P.; SILVA, R. da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.	
Referências bibliográficas complementares	

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Referências bibliográficas: BR 6023, Rio de Janeiro: 2000.

GIL, Antonio Carlos Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1996.

MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2001.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Artmed Editora, 2005.

Identificação do Componente – V Semestre

Sustentabilidade Socioambiental na Gestão Pública	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 60

Ementa

Desenvolvimento, sociedade e meio ambiente. A evolução do conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Importância da gestão dos recursos ambientais e da educação ambiental. Relação entre as ideias de desenvolvimento sustentável e organizações. Tomada de decisões voltadas à sustentabilidade em função do custo-benefício. Múltiplos objetivos e administração de trade-offs. Responsabilidade socioambiental nas organizações.

Objetivos

Objetivo Geral: Promover ao acadêmico a realização de uma análise crítica, que permita perceber a importância de novas estratégias para a sustentabilidade socioambiental as organizações.

Objetivos Específicos: Desenvolver os fundamentos teóricos e conceituais da problemática ambiental contemporânea. Analisar a dinâmica da gestão ambiental nas organizações no contexto atual, tendo por referência a sustentabilidade, relações étnico-raciais e direitos humanos.

Referências bibliográficas básicas

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.

FERNANDES, Bruno H. R. Administração Estratégica: da competência empreendedora à avaliação de desempenho. São Paulo: Saraiva, 2005. WITTMANN, Milton; RAMOS, Marília P. (Orgs.). Desenvolvimento Regional: capital social, redes e planejamento. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

Referências bibliográficas complementares

CHESE, J. R. Análise do ciclo de vida dos produtos: ferramenta gerencial da ISO 14000. Rio de Janeiro: Qualitmark, 1997.

BRITO, Francisco A. e CÂMARA, B. D. Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

EGRI, C.P.; PINFIELD, L.T. As Organizações e a Biosfera: ecologia e meio ambiente. In: CLEGG, S.T.; NORD, W.R.; HARDY, C. Handbook de Estudos Organizacionais. São Paulo: Atlas, 2001, v. 1.

MOREIRA, Maria Suely. Estratégia e implantação do sistema de gestão ambiental: modelo ISO 14000. Belo Horizonte: Desenvolvimento Gerencial, 2001.

TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégia de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2002.

Identificação do Componente – VI Semestre	
	Carga horária total: 30
	Presencial Teórica: 30
Ética na Gestão Pública	
Ementa	
Reflexões sobre moral e ética. Principais doutrinas éticas. Atitude pessoal e ética social. Princípios, valores e padrões. Ética nas organizações. Ética no serviço público. Conduta do gestor público. Ética profissional.	
Objetivos	
Objetivo geral: Gerenciar com ética o serviço público;	
Objetivos específicos: Definir Ética; Diferenciar ética e moral; Entender a importância da ética no serviço público; Articular ética e política; Estabelecer relação entre ética, meio ambiente e serviço público.	
Referências bibliográficas básicas	
ALONSO, Felix Ruiz. LOPEZ, Francisco Granizo. CASTRUCCI, Plínio de Lauro. Curso de ética em administração. Atlas. São Paulo, 2006.	
MATTAR, João Augusto Neto. Filosofia e ética na administração. São Paulo: Saraiva, 2006.	
TUGENDHAT, Ernest. Lições sobre ética. Petrópolis: Vozes, 2009.	
Referências bibliográficas complementares	
CAMARGO, Marculino. Ética na empresa. Petrópolis: Vozes, 2006.	
LEISINGER, Klaus M.; SCHMITT, Karin. Ética empresarial: responsabilidade global gerenciamento moderno. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.	
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética: de Platão a Foucault. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.	
PASSOS, Elizete. Ética nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.	
PONCHIROLLI, Osmar. Ética e responsabilidade social empresarial. Curitiba: Juruá, 2010.	

Identificação do Componente – VI Semestre	
	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 60
Pesquisa Aplicada (TCC)	
Ementa	
Técnicas de coleta de dados. Técnicas de análise de dados. Análise e discussão dos resultados. Desenvolvimento do artigo científico aplicado à gestão pública. Defesa do trabalho de conclusão do curso.	
Objetivos	
Objetivo geral: Permitir a qualificação da atividade de pesquisa acadêmica e a realização do artigo, enquanto trabalho final de conclusão do curso;	
Objetivos específicos: Realizar a pesquisa referente ao projeto aprovado em Planejamento em Pesquisa; Ter uma experiência de orientação acadêmica de trabalho de conclusão; Defender o trabalho de conclusão de curso.	
Referências bibliográficas básicas	

CERVO, Amado; BERVIAN, P.; DA SILVA, R. Metodologia Científica. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

HAIR JR., J. F. et Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre: Bookman, 2005.

VIEIRA, Martin F.; ZOUAIN, D. M. (Org.). Pesquisa Qualitativa em Administração: Teoria e Prática. São Paulo: FGV, 2010.

Referências bibliográficas complementares

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2015.

DENZIN, Norman K. LINCOLN, Yvonna. O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HAIR, J. F., ANDERSON, R. E. TATHAM, R. L., BLACK, W. C. Análise multivariada de dados. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2019.

Identificação do Componente - VI semestre

Governança e Controle Social

Carga horária total: 30

Presencial Teórica: 30

Ementa

Teorias relacionadas à Governança. Princípios de Governança. Políticas de Governança. Governança na Gestão Pública. Controle Institucional. Participação Social. Conselhos de Políticas Públicas.

Objetivos

Objetivo Geral: Compreender os principais conceitos e práticas de Governança e Controle Social, aplicando-os em atividades inerentes a Gestão Pública.

Objetivos Específicos: Identificar os conceitos e legislação aplicada a Governança e Controle Social, analisando criticamente a sua aplicabilidade na Administração Pública direta e indireta; Utilizar as técnicas e procedimentos de Governança e Controle Social na Gestão Pública.

Referências bibliográficas básicas

ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SLOMSKI, Valmor, et. al. Governança corporativa e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2008.

Referências bibliográficas complementares

CRUZ, Flávio da, e GLOCK, José Osvaldo. Controle interno nos municípios: orientação para a implantação e relacionamento com os tribunais de contas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CRUZ, Flávio da. Auditoria governamental. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOHAMA, Helio. Contabilidade pública. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Roleisson Gonçalves. Contabilidade pública. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de gestão pública contemporânea. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Identificação do Componente - CCCG	
Análise das Demonstrações do Setor Público	Carga horária total: 30
	Presencial Teórica: 30
Ementa	
Análise econômico-financeira. Análise horizontal e análise vertical. Análise de demonstrativos da execução orçamentária. Relatórios de análise.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Compreender os principais conceitos e práticas de análise de demonstrações contábeis no Setor Público.	
Objetivos Específicos: Identificar os conceitos e legislação aplicados às demonstrações e demonstrativos contábeis, analisando criticamente a sua aplicabilidade na Administração Pública; Utilizar as técnicas e procedimentos de análise econômico-financeira, a análise horizontal e a análise vertical das demonstrações contábeis, bem como a análise de demonstrativos da execução orçamentária e os respectivos relatórios.	
Referências bibliográficas básicas	
ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.	
MATARAZZO, Dante Carmine. Análise financeira de balanços. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
SILVA, Maurício Correa da. Demonstrações contábeis públicas: indicadores de desempenho e análise. São Paulo: Atlas, 2012.	
Referências bibliográficas complementares	
KOHAMA, Heilio. Balanços Públicos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000. KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Roleisson Gonçalves. Contabilidade pública. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.	
RIBEIRO, Osni Moura. Estrutura e análise de balanços. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.	
SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.	

Identificação do Componente - CCCG	
	Carga horária total: 60

	Presencial Teórica: 60
Auditoria Governamental	
Ementa	
Auditoria Governamental e o campo de aplicação. Normas brasileiras de auditorias. Tipos de auditoria governamental. Planos e programas de auditoria. Técnicas de auditoria. Papéis de trabalho. Procedimentos de auditoria. Parecer e relatório. Atividades do controle interno e externo.	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral: Compreender os principais conceitos e práticas da auditoria governamental, aplicando-os em atividades inerentes ao controle interno e externo.</p> <p>Objetivos Específicos: Identificar os conceitos e legislação aplicada a auditoria governamental, analisando criticamente a sua aplicabilidade na Administração Pública direta e indireta; Utilizar as técnicas e procedimentos de auditoria nas situações orçamentárias, contábeis, financeiras, operacionais e patrimoniais, elaborando pareceres e relatórios sobre as demonstrações e demonstrativos contábeis do setor público.</p>	
Referências bibliográficas básicas	
<p>CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>CRUZ, Flávio da, e GLOCK, José Osvaldo. Controle interno nos municípios: orientação para a implantação e relacionamento com os tribunais de contas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>CRUZ, Flávio da. Auditoria governamental. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p>	
Referências bibliográficas complementares	
<p>CREPALDI, Silvio Aparecido. Auditoria contábil: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>KOHAMA, Heilio. Balanços públicos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Roleisson Gonçalves. Contabilidade Pública. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>PEIXE, Blênio César Severo. Finanças públicas: controladoria governamental. Curitiba: Juruá, 2002.</p> <p>SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p>	

Identificação do Componente – CCCG	
	Carga horária total: 30
	Presencial Teórica: 30
Comunicação Pública	
Ementa	
Comunicação pública: análise histórico-conceitual. Comunicação pública no Brasil: evolução dos conceitos e práticas. Princípios e processos. Fluxos e canais de comunicação entre o Estado e a sociedade. O uso da tecnologia na comunicação pública.	
Objetivos	

Objetivo Geral: Compreender os princípios e os processos de comunicação pública numa perspectiva crítica;

Objetivos Específicos: Analisar a comunicação no contexto das relações entre o Estado e a sociedade; Conhecer os processos e fluxos da comunicação pública; Refletir sobre os processos de comunicação pública numa perspectiva crítica.

Referências bibliográficas básicas

BERGUE, Sandro Trescastro. Modelos de gestão em organizações públicas. teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul: Editoria Educ, 2011.

CEZAR, Layon Carlos. Comunicação e marketing no setor público: diferentes abordagens para a realidade brasileira. Brasília: Enap, 2019.

DUARTE, Jorge. Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Maria Jose da Costa (org.). Comunicação pública. Campinas: Alínea, 2004.

Referências bibliográficas complementares

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos ; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.].3. ed. Brasília: Presidência da República, 2018.

TORQUATO, Gaudêncio. Tratado de comunicação organizacional e política. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SILVA, Luiz Martins da (Org.). Comunicação Pública. Brasília: Casa das Musas, 2003.

Identificação do Componente – CCCG

	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 60
Contabilidade Geral	

Ementa

Princípios de Contabilidade e a aplicação nas organizações. Normas brasileiras de contabilidade. Patrimônio. Atos e fatos administrativos. Contas. Escrituração Contábil. Plano de Contas. Balancete de verificação. Apuração do resultado do exercício. Demonstrações Contábeis.

Objetivos

Objetivo geral: Analisar o papel da Contabilidade como um meio especialmente concebido para registrar e interpretar os fenômenos que afetam a situação patrimonial, econômica e financeira das entidades.

Objetivos específicos: Identificar e analisar os princípios e técnicas para o registro dos fatos contábeis; Capacitar o acadêmico(a) a desenvolver a técnica da escrituração contábil, através do registro das principais operações realizadas pelas empresas; Estudar os relatórios contábeis e sua função como fontes de informação.

Referências bibliográficas básicas

MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. NEVES, Silvério das; VICECONTE, Paulo Eduardo. Contabilidade Básica. 14. ed. São Paulo: Frase, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Referências bibliográficas complementares

FERREIRA, Ricardo J. Contabilidade Básica. 7. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009.
 IUDÍCIBUS Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável as demais sociedades. FIECAFI/USP. São Paulo: Atlas, 2010.
 IUDÍCIBUS, Sérgio et al. Contabilidade Introdutória. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 GONÇALVES, Eugênio Celso; BAPTISTA, Antônio Eustáquio. Contabilidade Geral. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
 RIBEIRO, Osni Moura. Estrutura e Análise de Balanços Fácil. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Identificação do Componente - CCCG

Controle da Administração Pública

Carga horária total: 30

Presencial Teórica: 30

Ementa

Administração Pública Direta e Indireta. Princípios. Controle Interno Administrativo. Controle Externo pelo Legislativo. Tribunal de Contas. Controle Judicial. Instrumentos Administrativos e Judiciais de Controle pelo Cidadão e Organizações.

Objetivos

Objetivo geral: Permitir ao profissional atuante na Gestão Pública o desenvolvimento de habilidades básicas de compreensão e atuação a partir do ordenamento jurídico;
Objetivos específicos: Analisar institutos e instrumentos jurídicos aplicáveis ao Controle da Administração Pública a partir da ótica do Direito Público e do Estado Democrático de Direito.

Referências bibliográficas básicas

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.
 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

Referências bibliográficas complementares

BRASIL, Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
 CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 23. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.
 MADEIRA, José Maria Pinheiro. Administração Pública. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
 MAFFINI, Rafael Da Cás. Direito administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
 MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2012.

Identificação do Componente - CCCG

Carga horária total: 60

Desenvolvimento Regional e Local	Presencial Teórica: 60
Ementa	
<p>As teorias, clássicas e contemporâneas, sobre desenvolvimento regional e suas críticas. O território e as estratégias de desenvolvimento. As potencialidades e as especificações demográficas, sociais e culturais do local. O lugar e seus problemas de desenvolvimento. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Formação de blocos versus fortalecimento das regiões. Políticas Públicas e desenvolvimento. Caracterização do conceito sistêmico de desenvolvimento regional e crescimento econômico, contemplando a Educação Ambiental, as Relações Étnico-Raciais e os Direitos Humanos.</p>	
Objetivos	
<p>Objetivo geral: Abordar as teorias e os modelos de desenvolvimento, frente aos fatores demográficos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, conjugados as dinâmicas da econômica regional, estratégias de desenvolvimento regional e local e mecanismos inovadores de desenvolvimento regional.</p> <p>Objetivo específico: Compreender de forma analítica os fatores sociais, culturais, econômicos e demográficos que estabelecem as dinâmicas de desenvolvimento regional e local. Percorrer a evolução dos modelos clássicos de desenvolvimento regional aos modelos de ecossistemas de inovação regional. Discutir e compreender os elementos endógenos e exógenos do desenvolvimento local, de forma específica como sua constituição nas regiões fronteiriças. Ao final pretende-se que o discente seja capaz de pensar criticamente os modelos e teorias de desenvolvimento regional atuais, suas conexões com os atores locais e suas projeções na sociedade globalizada.</p>	
Referências bibliográficas básicas	
<p>BRANDÃO, Carlos Antonio. Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.</p> <p>FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto – Centro Internacional Celso Furtado, 2009.</p> <p>SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento Regional. São Paulo: Atlas, 2009.</p>	
Referências bibliográficas complementares	
<p>BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Depois da queda: a economia brasileira da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.</p> <p>BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Economia Brasileira na Encruzilhada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.</p> <p>DATHEIN, Ricardo; CUNHA, André Moura [et al.] Desenvolvimento Econômico Brasileiro: contribuições sobre o período pós 1990. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.</p> <p>ORTEGA, Antônio César (Org.) Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento. Campinas: Editora Alínea, 2007.</p> <p>PIQUET, Rosélia. Indústria Território no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.</p>	

Identificação do Componente - CCCG	
	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 60
Direito e Sociedade	
Ementa	
Objeto de estudos e função social do direito. Hermenêutica dos conflitos e dogmática jurídica. Direito positivo e valores coletivos. Escopos do direito. A construção política dos direitos. Tópicos de direito e sociedade que contemplam a educação ambiental, relações étnico-raciais e direitos humanos.	
Objetivos	
Objetivo geral: Compreender a função social do direito. Objetivos específicos: Compreender a lógica da hermenêutica dos conflitos e dogmática jurídica; Compreender a sistemática da política de direitos na sociedade contemporânea.	
Referências bibliográficas básicas	
AZEVEDO, Plauto Faraco de. Aplicação do direito e contexto social. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.	
GROSSI, Paolo. Mitologias jurídicas da modernidade. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.	
WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução ao pensamento jurídico crítico. São Paulo: Saraiva, 2009.	
Referências bibliográficas complementares	
BARROS, Wellington Pacheco de. A interpretação sociológica do direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1995.	
LEMONS, Roberto Jenkins de. Lobby: Direito democrático. Porto Alegre: Sagra, 1986.	
LODI, João Bosso. Lobby: os grupos de pressão. São Paulo: Pioneira, 1986. BENTO, Fábio Régio. Sobre a centralidade da hermenêutica dos conflitos no direito positivo. In: BENTO, Fábio Régio. Maquiavel pré-sociólogo e outros ensaios. Jundiaí (SP): Paco, 2010 (artigo disponível online Revista Doutorado Interdisciplinar da UFSC).	
CORREAS, Oscar. Introdução à sociologia jurídica. Porto Alegre: Crítica Jurídica, 1996.	
HERKENHOF, João Baptista. Direito e utopia. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1999.	

Identificação do Componente - CCCG	
	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 60
Economia no Setor Público	
Ementa	
O papel do setor público na economia. Natureza e estrutura das despesas públicas. Modalidade de financiamentos dos encargos governamentais. Orçamento Público. As finanças públicas no Brasil. As estatais e o déficit público no Brasil.	
Objetivos	

<p>Objetivo geral: Estudar do papel do Estado na economia.</p> <p>Objetivos específicos: Apresentar a estrutura e formas de arrecadação tributária; apresentar a estrutura das despesas governamentais; orientar quanto às formas de intervenção do Estado na economia e seu papel na economia.</p>
<p>Referências bibliográficas básicas</p> <p>BIDERMAN, Ciro ARVATE, Paulo. (Org.) Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2005.</p> <p>LONGO, Carlos Alberto; TROSTER, Roberto Luis. Economia do setor público. São Paulo: Atlas, 1993.</p> <p>REZENDE, Fernando. Finanças públicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>
<p>Referências bibliográficas complementares</p> <p>GIACOMONI, James. Orçamento Público. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. GIAMBIAGI, Fabio; ALEM, Ana Claudia. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.</p> <p>MANKIWI, N.Gregory. Introdução à economia. São Paulo: Cengage Learning, 2009.</p> <p>MATIAS-PEREIRA, José. Finanças públicas, a política orçamentária no Brasil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>RIANI, Flávio. Economia do setor público: uma abordagem introdutória 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.</p>

Identificação do Componente - CCCG	
	Carga horária total: 30
	Presencial Teórica: 30
Gestão de Convênios	
Ementa	
Convênios: caracterização e formalização. Termo de convênio. Plano de trabalho. Contrapartida e aplicação financeira. Prestação de contas. Tomada de contas especial. Contrato de repasse.	
Objetivos	
Objetivo geral: Capacitar o aluno quanto ao entendimento da gestão dos diversos convênios realizados pelo poder público principalmente quanto ao aspecto conceitual e de controle desta importante ferramenta.	
Objetivos específicos: Instrumentalizar o aluno de arcabouço teórico suficiente para refletir sobre a gestão dos convênios e sobre os seguintes aspectos: plano de trabalho; contrapartida; prestação de contas; tomada de contas especial.	
Referências bibliográficas básicas	
ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal. São Paulo: Atlas, 2010.	
MATIAS-PEREIRA, José. Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2009.	
SANTOS, Clezio Saldanha dos Santos. Introdução à gestão pública. São Paulo: Saraiva, 2006.	
Referências bibliográficas complementares	

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – Controladoria e Auditoria Geral do Estado. Manual do Gestor Público. Porto Alegre: Corag, 2009.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Convênios e outros instrumentos de “Administração Consensual” na Gestão Pública do Século XXI (restrições em ano eleitoral). Belo Horizonte: Fórum, 2010.

Identificação do Componente - CCCG	
Gestão de Custos no Setor Público	Carga horária total: 30
	Presencial Teórica: 30
Ementa	
Origem e elementos de custos. Classificação e nomenclaturas. Sistemas de Custeio. Métodos de custeio. Custo aplicado ao setor público. Sistema de Informação de Custos do Setor Público.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Compreender os principais conceitos e práticas de gestão de custos no setor público.	
Objetivos Específicos: Identificar os conceitos e legislação aplicados a gestão de custos, analisando criticamente a sua aplicabilidade na Administração Pública; Utilizar as técnicas e procedimentos de sistemas de acumulação de custos, sistemas de custeio, métodos de custeio na gestão de custos no setor público.	
Referências bibliográficas básicas	
CREPALDI, Silvio A. Curso Básico de Contabilidade de custos. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.	
MAUS, Cezar Volnei; SOUZA, Marcos Antonio. Gestão de custos aplicada ao setor público: modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental. São Paulo: Atlas, 2008.	
SILVA, César Augusto Tibúrcio. Custos no setor público. Brasília: Editora da UNB, 2007.	
Referências bibliográficas complementares	
BEULKE, Rolando; BERTÓ, Dalvio José. Gestão de Custos e Resultado na Saúde: hospitais, clínicas, laboratórios e congêneres. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.	
BEZERRA FILHO, João E. Orçamento Aplicado ao Setor Público. Porto Alegre: Atlas, 2012.	
MARTINS, Eliseu Contabilidade de custos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008. LEONE, S. George. Curso de contabilidade de custos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
HERNANDEZ, J.J.P.; COSTA, R. G.; OLIVEIRA, L.M. Gestão estratégica de custos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.	

Identificação do Componente - CCCG	
	Carga horária total: 30

Gestão de Fundos Especiais	Presencial Teórica: 30
Ementa Constituição, finalidade e gestão dos Fundos Especiais. Fundo Especial de natureza contábil e de natureza financeira. Orçamento do Fundo Especial. Plano de Aplicação. Conta vinculada. Aplicação dos recursos. Relatório de Gestão. Prestação de Contas.	
Objetivos Objetivo Geral: Compreender os principais conceitos e práticas de fundos especiais no Setor Público. Objetivos Específicos: Identificar os conceitos e legislação aplicados na constituição, normatização de gestão de fundos especiais; utilizar as técnicas e procedimentos para elaboração da proposta orçamentária, plano de aplicação, relatório de gestão e prestação de contas, bem como, a elaboração de projetos de lei e regimento interno.	
Referências bibliográficas básicas ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. KOHAMA, Helio. Contabilidade Pública. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Roleisson Gonçalves. Contabilidade Pública. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.	
Referências bibliográficas complementares ANDRADE, Nilton de Aquino (Org.). Planejamento Governamental para Municípios: Plano Purianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. KOHAMA, Hélio. Balanços Públicos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000. SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Gestão Pública. São Paulo. Saraiva, 2010. PEIXE, Blênio César Severo. Finanças Públicas: controladoria governamental. Curitiba: Juruá, 2002.	

Identificação do Componente - CCCG	
Gestão do Terceiro Setor	Carga horária total: 30
	Presencial Teórica: 30
Ementa Reforma do Estado e participação da Sociedade na formulação de Políticas Públicas. Perspectiva histórica do Terceiro Setor. Marco Legal do Terceiro Setor. Gestão Social. Projeto como ferramenta de Gestão Social. Redes e Parcerias. Redes de Compromisso Social. Responsabilidade Social Corporativa.	
Objetivos	

Objetivo geral: Possibilitar ao acadêmico a identificar a atuação do terceiro setor na sociedade;

Objetivos específicos: Desenvolver capacidade de compreensão do papel social do terceiro setor; conhecer o marco legal do terceiro setor e suas formas de constituição; proporcionar ao acadêmico a possibilidade de aplicação dos conhecimentos desenvolvidos ao longo de sua formação.

Referências bibliográficas básicas

CAVALCANTI, Marly (Org.). Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o Terceiro Setor. São Paulo: Saraiva, 2008.

TACHIZAWA, Takeshy. Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Referências bibliográficas complementares

HUDSON, Mike. Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita. São Paulo: Makron Books, 1999.

KOTLER, Philip., LEE, Nancy. Marketing Social: influenciando comportamentos para o bem. Porto Alegre: Bookman, 2011.

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de Administração Pública - foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008.

TACHIZAWA, Takeshy. Gestão Ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TENORIO, Fernando G. (Org.). Gestão de ONGs: principais funções gerenciais. 10. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

Identificação do Componente - CCCG

Carga horária total: 30

Presencial Teórica: 30

Gestão em Educação

Ementa

Aspectos administrativos do Trabalho Pedagógico. Gestão democrática na educação pública. Legislação Educacional. Políticas públicas educacionais de Estado e de Governo.

Objetivos

Objetivo geral: Compreender a natureza política do Trabalho Pedagógico e suas relações com a gestão democrática da educação pública.

Objetivos específicos: Conhecer a legislação educacional e o contexto histórico/político em que se inserem as políticas públicas para a educação.

Referências bibliográficas básicas

SHIROMA, Eneida Oto. Política educacional. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia, 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

MESZÁROS, Istvan. A educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

Referências bibliográficas complementares

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho. Revista Crítica de Ciências Sociais. n. 83, (1934), Dezembro 2008.

GENTIL, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. Petrópolis: Vozes, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real, 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BOURDIEU, Pierre, Escritos de educação. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

Identificação do Componente - CCCG	
Gestão em Gênero e Sociedade	Carga horária total: 30
	Presencial Teórica: 30
Ementa	
<p>Conceitos Introdutórios: identidade de gênero, orientação sexual e sexo biológico. O gênero como construção social. Lutas sociais e positividade de direitos das minorias políticas. Direitos sexuais e reprodutivos. Gênero e Trabalho. Gênero e violências. Preconceito e discriminação de gênero. Gênero e políticas públicas. Estudos interseccionais: gênero, raça e classe.</p>	
Objetivos	
<p>Objetivo geral: Oportunizar aos/as acadêmicos/as espaços para reflexões e debates críticos sobre a temática de gênero.</p> <p>Objetivos específicos: refletir sobre as questões de gênero nas políticas públicas; compreender os direitos por meio das lutas sociais; diferenciar os estudos sobre gênero, raça e classe.</p>	
Referências bibliográficas básicas	
<p>COSTA, Ana Paula Motta. Ensaios monográficos: os direitos humanos, sob análise crítica e interdisciplinar. Erechim, RS: Rede Metodista de Educação do Sul, 2008.</p> <p>GENTLE, Ivanilda Matias et. Al. (Org.). Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas. 3. ed. João Pessoa, Paraíba: Editora universitária UFPB, 2008.</p> <p>SILVA, Fabiane Ferreira da Silva; BONETTI, Alinne de Lima. Gênero, interseccionalidades e feminismos: desafios contemporâneos para a educação. São Leopoldo, RS: Oikos, 2016.</p>	
Referências bibliográficas complementares	

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? Rio de Janeiro: Editora Letramento, 2018.

BAGGENTOSS, Grazielly (Org). Direito e Feminismos. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2018.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane. Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Orgs.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1998.

MISKOLCI, Richard. O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil do XIX. São Paulo: Annablume, 2012.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças. São Paulo, Autêntica, 2018.

OLIVEIRA, Amanda Muniz; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Blessed be the fruit: resquícios de um viés controlista em ações sobre cirurgia de laqueadura no Judiciário de Santa Catarina (2015-2016). Rev. direito GV, São Paulo , v. 15, n. 1, e1906, 2019.

Identificação do Componente - CCCG	
	Carga horária total: 30
	Presencial Teórica: 30
Gestão em Saúde	
Ementa	
Antecedentes do SUS e o direito à saúde no Brasil; O SUS: Princípios, desafios e perspectivas; O financiamento da saúde e do SUS; Descentralização e Regionalização da Saúde; A relação interfederativa e os processos normativos; Modelos de gestão em saúde.	
Objetivos	
Objetivo geral: Capacitar os alunos ao entendimento e análise crítica do processo de formulação e gestão das políticas de saúde no Brasil.	
Objetivos específicos: compreender os princípios básicos de saúde; elucidar a sistemática de financiamento da saúde no Brasil.	
Referências bibliográficas básicas	
MATIAS-PEREIRA, José. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
BEULKE, Rolando; BERTÓ, Dalvio, José. Gestão de custos e resultado na saúde: hospitais, clínicas, laboratórios e congêneres. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.	
FOLLAND, Sherman; GOODMAN, Allen C.; STANO, Miron. A economia da saúde. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.	
Referências bibliográficas complementares	
COSTIN, Claudia. Administração Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. PAIM, Jairnilson; TRAVASSOS, Claudia; ALMEIDA, Celia; BAHIA, Ligia; MACINKO, James. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. The Lancet, maio, 2011. Disponível em: < http://actbr.org.br/uploads/arquivo/925_brazil1.pdf >.	
CHIORO DOS REIS, Ademar Arthur; SOTER, Ana Paula Menezes; FURTADO, Lumena Almeida Castro; PEREIRA, Silvana Souza da Silva. Tudo a temer: financiamento, relação público e privado e o futuro do SUS. Saúde Debate. Rio de	

Janeiro. V. 40, N Especial, p. 122-135. Dez. 2016.
 LIMA, Luciana Dias; QUEIROZ, Lúcia. F. N.; VIEIRA-MACHADO, Cristiani; VIANA, Ana Luiza D'Ávila. Descentralização e regionalização: dinâmica e condicionantes da implantação do Pacto pela Saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(7):1903-1914, 2012.
 RAVIOLI, Antonio Franco; SOAREZ, Patrícia Coelho de; SCHEFFER, Mário César. Modalidades de gestão de serviços no Sistema Único de Saúde: revisão narrativa da produção científica da Saúde Coletiva no Brasil (2005-2016). *Cad. Saúde Pública* 34(4): 2018.

Identificação do Componente - CCCG

Gestão Pública e Relações Internacionais	Carga horária total: 30
	Presencial Teórica: 30

Ementa

Introdução às Teorias de Relações Internacionais. Introdução ao Direito Internacional Público. Introdução às Organizações Internacionais. Novos atores no Sistema Internacional. Diplomacia e Paradiplomacia na Gestão Pública. Gestão de Recursos Internacionais. Organismos internacionais de financiamento. Captação de Recursos externos.

Objetivos

Objetivo geral: Construir com os estudantes, conhecimento introdutório acerca das principais teorias de Relações Internacionais, assim como suas implicações na atuação dos novos atores internacionais.

Objetivos específicos: Analisar a mudança de perfil dos atores frente ao processo de globalização; introduzir os conceitos de paradiplomacia;

Referências bibliográficas básicas

MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais – Teoria e História*. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

OLSSON, Giovanni. *Relações Internacionais e seus Atores na Era da Globalização*. Curitiba: Juruá Editora, 2004.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio; ROMÃO, Wagner de Melo; XAVIER, Marcos (Orgs.). *Cidades em Relações Internacionais*. São Paulo: Editora Desatino, 2009.

Referências bibliográficas complementares

BEDIN, Gilmar Antonio. *A sociedade internacional e o século XXI: em busca da construção de uma ordem mundial justa e solidária*. Ijuí: Unijuí, 2001.

IANNI, Octavio. *Teorias de Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LESSA, José Vicente da Silva. *Paradiplomacia no Brasil e no Mundo: o poder de celebrar tratados dos governos não centrais*. São Paulo: Editora UFV, 2007.

REZEK, Francisco. *Direito internacional Público: curso elementar*. São Paulo: Saraiva, 2012.

SEITENFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*. 4^o ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

Identificação do Componente- CCCG

Inovação e Empreendedorismo no Setor Público	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 60
Ementa	
<p>Importância do empreendedorismo como propulsor do desenvolvimento. O empreendedor e suas características. O empreendedor na área pública. Conceito de inovação. Tipos e metodologias de inovação. Casos de Inovação na área pública. Políticas públicas para inovação.</p>	
Objetivos	
<p>Objetivo geral: Desenvolver competências que permitam ao acadêmico compreender e desenvolver características empreendedoras e inovadoras para solucionar problemas e oportunizar soluções para uma gestão pública inovadora; Objetivos específicos: desenvolver características empreendedoras; mapear ideias empreendedoras e inovadoras; criar estratégias empreendedoras e inovadoras nas Organizações.</p>	
Referências bibliográficas básicas	
<p>DORNELAS, Jose C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2008. DRUCKER, Peter. Inovação e espírito empreendedor. São Paulo: Pioneira, 2008. TIGRE, Paulo Bastos. Gestão da Inovação: a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.</p>	
Referências bibliográficas complementares	
<p>ANDREASSI, Tales. Gestão da inovação tecnológica. São Paulo: Thomson Learning, 2007. FIGUEIREDO, Paulo N. Gestão da inovação: conceitos, métricas e experiências de empresas no Brasil. São Paulo: LTC, 2009. SCHUMPETER, Joseph Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. TERRA, José Cláudio Cyrineu. Inovação: quebrando paradigmas para vencer. São Paulo: Saraiva, 2007. TIDD, Joe; BESSANT, John; PAVITT, Keith. Gestão da Inovação. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.</p>	

Identificação do Componente - CCCG	
LIBRAS	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 60
Ementa	
<p>Visa proporcionar conhecimentos iniciais sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e elementos teóricos correspondentes ao cotidiano do surdo como: cultura surda, identidades surdas, educação de surdos, entre outros contextos.</p>	
Objetivos	

Objetivo geral: Conhecer sobre a Língua Brasileira de Sinais, seus aspectos gramaticais, linguístico-discursivos, bem como o papel que a mesma tem na constituição e educação da pessoa surda;

Objetivos específicos: Compreender as bases do léxico, da morfologia e da sintaxe com apoio de recursos audiovisuais e desenvolver a expressão visual- espacial como ferramenta de ensino-aprendizagem.

Referências bibliográficas básicas

SKILIAR, Carlos (Org.). Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre. Mediação, 2005.

QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. A linguística e a língua de sinais brasileiras. In: Língua de sinais brasileira. Estudos linguísticos. Porto Alegre: ARTEMD, 2004.

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC, 2008.

Referências bibliográficas complementares

CAPPOVILA, Fernando Cesar. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. São Paulo: Edusp, 2001.

FELIPE, Tanya. Políticas Públicas para a inserção da LIBRA na educação de surdos. In: Espaço. Rio de Janeiro: INES, 2006, jan, jun 2006.

GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Volume I. São Paulo: Editora Ciranda Cultural, 2009.

PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. In: SKILIAR, Carlos (Org.). Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2005.

Identificação do Componente - CCCG

Carga horária total: 60

Presencial Teórica: 60

Matemática Financeira

Ementa

Regime de Juros Simples. Regime de Juros Compostos. Noções sobre Anuidades e Empréstimos. Inflação. Atualização de Ativos Monetários.

Objetivos

Objetivo geral: Capacitar o aluno para trabalhar com os aportes fundamentais da matemática financeira e a dominar os principais conceitos e ferramentas apropriadas com objetivo de analisar as diferentes modalidades financeiras.

Objetivos específicos: Motivar os alunos para o estudo das questões financeiras; oportunizar a familiarização com os conceitos financeiros fundamentais; orientar quanto à natureza das interpretações financeiras e conscientizar sobre a importância tanto no ramo do conhecimento científico e acadêmico como das relações profissionais reais; destacar elementos importantes para o emprego das competências e habilidades provenientes do processo de ensino aprendizagem da disciplina.

Referências bibliográficas básicas

BRUNI, Adriano L.; FAMA, R. A matemática das finanças. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATHIAS, Washington F.; GOMES, J. M. Matemática financeira. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PUCCINI, Abelardo Matemática financeira. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Referências bibliográficas complementares

CASTANHEIRA, Nelson Matemática financeira e análise financeira. Curitiba: Juruá, 2009.

GIANNETTI, Eduardo O valor do amanhã. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HAZZAN, Samuel Matemática financeira. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. MILONE, Giuseppe Matemática financeira. São Paulo: Thomson, 2006.

PENIDO, Eduardo Matemática financeira essencial. São Paulo: Atlas, 2008.

Identificação do Componente - CCCG

Planejamento do Desenvolvimento Regional e Local	Carga horária total: 30
	Presencial Teórica: 30

Ementa

Conceitos de planejamento para o desenvolvimento regional. Estratégias de Políticas Públicas para o desenvolvimento local e regional. Especificidades do planejamento local e regional. Atores locais e seus papéis no Planejamento do desenvolvimento regional e local. Planejamento do desenvolvimento regional e crescimento econômico, contemplando a Educação Ambiental, as Relações Étnico-Raciais e os Direitos Humanos.

Objetivos

Objetivo geral: Compreender o planejamento como ferramenta estratégica para promover o desenvolvimento regional e local discutindo ações e mecanismos que tornem a região sujeito de seu processo de desenvolvimento e os fatores determinantes do desenvolvimento regional.

Objetivos específicos: Analisar modelos de planejamento regional, capazes de promover a redução das desigualdades regionais através da geração de emprego e renda, do crescimento econômico, do acesso à educação e saúde, da qualidade de vida e da internalização da riqueza regional. Promover debates sobre inovações na gestão pública que possam gerar vantagens competitivas regionais e locais. Articular o debate sobre o papel do orçamento participativo no planejamento no desenvolvimento regional. Promover reflexões sobre a construção de projetos oriundos da parceria público-privada. Fomentar o debate sobre o planejamento do desenvolvimento regional, considerando os desafios e as vantagens das regiões fronteiriças.

Referências bibliográficas básicas

FURTADO, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ORTEGA, Antônio César (Org.) Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. Município, Descentralização e Território. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

Referências bibliográficas complementares

AMATO NETO, João. Gestão de Sistemas Locais de Produção e Inovação (clusters/APLs): um modelo de referência. São Paulo: Atlas, 2009.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M. (Org.) Estratégias para o desenvolvimento: um enfoque sobre Arranjos Produtivos Locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.) Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 5. ed. São Paulo: Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

DALLA COSTA, Armando João (Org.) Estratégias de desenvolvimento urbano e regional. Curitiba: Juruá, 2004.

MARTIN, Scott.; GUIMARÃES, Nadia Araujo (Org.) Competitividade e Desenvolvimento: atores e instituições locais. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.

Identificação do Componente - CCCG

Processo Administrativo Disciplinar	Carga horária total: 30
	Presencial Teórica: 30

Ementa

Conceito. Fontes. Processo e Procedimento. Sujeitos e Relação Processual. Princípios Aplicáveis ao Processo Disciplinar. Instauração, Inquérito, Instrução, Defesa, Relatório e Julgamento. Punição Disciplinar. Recursos. Prescrição.

Objetivos

Objetivo geral: Transmitir os conhecimentos referente ao processo administrativo disciplinar, promovendo aptidão ao Gestor na administração das Organizações Públicas.

Objetivos específicos: Estudar a legislação específica referente ao Processo Administrativo Disciplinar que refletirá na excelência da gestão de pessoas e recursos; promover uma visão sistêmica do gestor público como agente transformador com capacidade de adaptação às novas realidades e necessidades das organizações, com responsabilidade social e ética profissional; compreender os princípios atinentes aos processos administrativos disciplinares e conhecer as suas etapas; capacitar para o enfrentamento de situações no cotidiano do gestor público quanto ao processo administrativo disciplinar.

Referências bibliográficas básicas

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Processo administrativo disciplinar. São Paulo: Saraiva, 2012.

COSTA, José Armando da. Processo Administrativo Disciplinar – Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

CRETELLA JR. José. Prática do Processo Administrativo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

Referências bibliográficas complementares

MAFFINI, Rafael Da Cás. Direito administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2012.

NOHARA, Irene Patrícia. Processo administrativo – Lei n. 9.784/99 Comentada. São Paulo: Atlas, 2009.

OTCAVIANO, Ernomar; GONZÁLEZ, Átila J. Sindicância e processo administrativo. São Paulo: Leud, 2012.

VAROTO, Renato Luiz Mello. Prescrição no Processo Administrativo Disciplinar. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

Identificação do Componente - CCCG

Gestão da Qualidade	Carga horária total: 30
	Presencial Teórica: 30

Ementa

Evolução dos programas de qualidade no serviço público brasileiro. Da era Vargas ao Governo Lula: instrumentos, aplicação e resultados. O serviço público na CF/88. Serviços oferecidos pelo Poder Público.

Clientes/usuários/consumidores dos serviços públicos. Padrões de qualidade no atendimento ao cidadão. A ética dos servidores no desempenho de suas funções.

Objetivos

Objetivo geral: Desenvolver competências que permitam ao acadêmico compreender as transformações no campo da melhoria da qualidade no serviço público;

Objetivos específicos: Analisar as diversas transformações que a administração pública vem absorvendo; estabelecer uma relação entre a melhoria na gestão pública e o foco no atendimento ao cidadão; compreender a interface entre prestação de serviços públicos e qualidade no atendimento ao cidadão.

Referências bibliográficas básicas

ANDREWS, Cristina W.; BARIANI, Edison. Administração pública no Brasil - breve história política. UNESP. 2010.

BARRETO, Paulo Daniel. A excelência em gestão pública. Qualitymark. 2007.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos.; SPINK, Peter Kevin. Reforma do Estado e administração pública gerencial. 7. ed. FGV. 2007.

Referências bibliográficas complementares

COSTIN, Claudia. Administração Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. LEME, Rogerio. Gestão por competências no Setor Público. Ed. Qualitymark. 2011. MARTINS, Humberto Falcão.; MARINI, Caio. Guia de governança para resultados no setor público. 1ª Ed. PUBUX CONHECIMENTO. 2010. MATIAS-PEREIRA, José. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Identificação do Componente - CCCG	
	Carga horária total: 30
	Presencial Teórica: 30
Redação Oficial	
Ementa	
Elementos Básicos da Correspondência Oficial. Normas da Correspondência Oficial. A Preparação de Documentos Oficiais (Formatação e Diagramação). Elementos de Ortografia e Gramática. Tipos de Expedientes. Atos Oficiais. Abreviações. Reuniões e Eventos: Classificação. Questões de Gramática e Linguagem.	
Objetivos	
Objetivo geral: capacitar o aluno para a utilização das normas e técnicas de redação oficial.	
Objetivos específicos: revisar as normas e regras de ortografia e gramática; evidenciar os elementos básicos e normas de redação oficial.	
Referências bibliográficas básicas	
LEDUR, Paulo F. Manual de Redação Oficial dos Municípios. Porto Alegre: Editora AGE, 2007.	
LIMA, Antônio O. Manual de Redação Oficial: teoria, modelos e exercícios. 2. ed. São Paulo: Editora Elsevier, 2005.	
MENDES, Gilmar F.; JÚNIOR, N. J. F. Manual de redação da Presidência da República. 2.ed. Brasília: Presidência da República, 2002.	
Referências bibliográficas complementares	
AQUINO, Renato. Redação para concursos: teoria e testes. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus. 2005.	
CASTELEIRO, João M. Novo dicionário da língua portuguesa: conforme acordo ortográfico. São Paulo: Texto Editores, 2008.	
GRION, Laurinda 400 erros que um executivo comete ao redigir. 2. ed. São Paulo: Edicta, 2003.	
KASPARY, Adalberto J. Redação oficial: normas e modelos. 13. ed. Porto Alegre: Edita, 1996.	
NADOLSKIS, Hêndricas. Comunicação redacional: atualizada. 12. ed. Porto Alegre: Saraiva, 2010.	

Identificação do Componente - CCCG	
	Carga horária total: 30
Relações Institucionais	Presencial Teórica: 30

e Governamentais	
Ementa	
Fundamentos das relações institucionais e governamentais na defesa de interesse. Poder e Políticas Públicas. Democracia, Transparência e Direito de Petição. Compliance, corrupção e boas práticas. Diplomacia Organizacional. Temas emergentes na gestão pública, risco político, temas críticos e design thinking.	
Objetivos	
Objetivo geral: Analisar a importância e desafios das relações institucionais e governamentais no Brasil de forma a integrar a defesa dos interesses às práticas republicanas e democráticas.	
Objetivos específicos: Identificar os pressupostos jurídicos e políticos do Direito de Pedir na defesa de interesses; analisar os limites e desafios da defesa de interesses no regime democrático; Promover a reflexão do papel do Gestor Público em um cenário de lobby e advocacy.	
Referências bibliográficas básicas	
CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2011. MANCUSO, Wagner Pralon. O Lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo. São Paulo: Humanitas, 2007. TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2004.	
Referências bibliográficas complementares	
DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade civil e democracia: um debate necessário. SÃO Paulo: Cortez, 2007. BRASIL. Controladoria-Geral da União. Senado Federal, Manual de integridade pública e fortalecimento da gestão: orientações para o gestor municipal. Brasília: CGU, 2013. HOFTE, Otfried. A democracia no mundo de hoje. São Paulo: Martins Fontes, 2005. SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage, 2012. LIGUORI, Carla. As multinacionais de capital privado: e o combate à corrupção internacional. Curitiba: Jurua, 2011.	

Identificação do Componente - CCG	
Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas	Carga horária total: 30
	Presencial Teórica: 30
Ementa	
Análise dos instrumentos de políticas. Análise e elaboração de planejamento e formulação de políticas. Análise de políticas públicas brasileiras nas áreas da saúde, educação e educação ambiental, habitação e saneamento, suplementação alimentar e previdência, relações étnico-raciais e direitos humanos.	
Objetivos	

Objetivo geral: Amplificar o horizonte apreendido na disciplina de políticas públicas e contextualizá-la de maneira mais abrangente e na perspectiva global/local.

Objetivos específicos: ampliar o conhecimento apreendido na disciplina de políticas públicas; fomentar a contextualização da disciplina na realidade local; tematizar os principais problemas da realidade local e como o conhecimento apreendido é capaz de qualificá-los no intuito de intervir na realidade do município.

Referências bibliográficas básicas

BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

RODRIGUES, Marta M Assumpção. Políticas Públicas. São Paulo: Publifolha, 2010.

SALM, José Francisco. Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2009.

Referências bibliográficas complementares

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, Conhecimento e Políticas Públicas. Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, n. 51, p. 21-29, fevereiro/ 2003.

GRINOVER, Ada Pellegrini (Coord.). O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

HOCHMAN, Gilberto (Org.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

RICO, Elizabeth Melo. Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2009.

SERAINÉ, Martins dos Santos (Org.). Estado, desenvolvimento e políticas públicas. Ijuí: Unijuí, 2008.

Identificação do Componente - CCCG

Tópicos Emergentes em Gestão Pública	Carga horária total: 60
	Presencial Teórica: 60

Ementa

Desafios e perspectivas da Administração Pública contemporânea.

Objetivos

Objetivo geral: Desenvolver competências transversais que permitam ao acadêmico compreender, refletir e identificar as temáticas emergentes na gestão pública.

Objetivos específicos: Possibilitar ao discente a compreensão dos principais conceitos e práticas envolvidos na Administração Pública em uma visão contemporânea. Abordar a educação ambiental, as relações étnico-raciais e os direitos humanos.

Referências bibliográficas básicas

BERGUE, Sandro Trescastro. Modelos de gestão em organizações públicas: teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul: EducS, 2011.

COSTIN, Cláudia. Administração Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de Administração Pública - foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008.

Referências bibliográficas complementares

ANDREWS, Cristina W. (Org.). BARIANI, Edison (Org.). Administração Pública no Brasil. São Paulo: UNIFESP, 2010.

BADO, Rafael Antonio. Novos horizontes para a Gestão Pública. Curitiba, Juruá, 2009.

PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GUIMARÃES, Tadeu Barreto O choque de gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o desenvolvimento. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.

SILVA, Maurício Correa da. Demonstrações Contábeis Públicas: indicadores de desempenho e análise. São Paulo: Atlas, 2012.

Identificação do Componente - CCCG

Transparência e Cidadania	Carga horária total: 30
	Presencial Teórica: 30
Ementa	
Formação da cidadania no Brasil. Patrimonialismo e coronelismo no Brasil. Cidadania ativa e cidadania passiva. O Homem cordial. Estado central e corrupção. A importância da participação política. Transparência e publicidade. O contraponto da transparência em nossa formação enquanto cidadãos. Transparência e ciberativismo. Instrumentos legais de transparência.	
Objetivos	
Objetivo geral: Oportunizar um espaço de reflexão, análise e compreensão dos princípios, valores e direitos que caracterizam a transparência, a cidadania, a democracia e o pluralismo político que fundamentam uma sociedade livre, justa e solidária, estimulando práticas sociais e exercício da função pública fundamentadas no respeito e na diversidade humana.	
Objetivos específicos: Relacionar os conceitos de transparência e democracia como valores baseados no poder do povo e sua legitimidade em relação ao amplo acesso às informações da Administração Pública. Compreender historicamente como esses valores culminaram como um direito previsto no artigo 5º da Constituição Federal Brasileira, bem como na Lei de Acesso à Informação (LAI).	
Referências bibliográficas básicas	
CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.	
HIRSCHMANN, Albert. A retórica da Intransigência. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.	
HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.	
Referências bibliográficas complementares	

BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
 BONAVIDES, Paulo. Teoria do Estado. São Paulo: Malheiros, 2006.
 CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.
 _____. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.
 SARAMAGO, José. O Ensaio sobre a cegueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Identificação do Componente - CCCG

Gestão de Políticas Públicas em áreas de fronteira	Carga horária total: 30
	Presencial Teórica: 30

Ementa

Áreas de fronteira, Desafios Fronteiriços, Avanços e Desafios das Políticas Públicas Fronteiriças no Brasil, Governança Transfronteiriça.

Objetivos

Objetivo geral: refletir sobre os desafios da gestão de políticas públicas em áreas de fronteira.

Objetivos específicos: debater os desafios das políticas públicas fronteiriças no Brasil; Conhecer a diversidade e complexidade dos problemas da fronteira do arco Sul, envolvendo questões ambientais, sociais, econômicas e comerciais, além de pontos de controvérsia em relação a segurança, defesa e infraestrutura econômica.

Referências bibliográficas básicas

KRÜGER, Caroline et al. Caminhos para o aprimoramento da gestão de políticas públicas em áreas de fronteira: uma análise multinível. 2020.
 MACHADO, L. O. Estado, territorialidade, redes: cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, M. L. (Org.). Continente em chamas: globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 246-284.
 PÊGO FILHO, Bolívar; MOURA, Rosa; NUNES, Maria. Interações entre Cáceres (Mato Grosso) e San Matías (Bolívia): a pertinência de uma nova cidade gêmea brasileira. 2019.
 PÊGO FILHO, Bolívar Coordenador et al. Fronteiras do Brasil: referências para a formulação de políticas públicas, volume 6. 2021.
 DE OLIVEIRA ANDRADE, Israel et al. Políticas Públicas para as Fronteiras Brasileiras: Limites e Potencialidades. In: ANDRADE, Israel de Oliveira. et. al. (Org.) Desafios contemporâneos para o Exército Brasileiro, 2019. p.59-86.

Referências bibliográficas complementares

KRÜGER, Caroline. Da avaliação de impacto à governança transfronteiriça: contribuições para o aperfeiçoamento da gestão de políticas públicas. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
 Nogueira, V.M.R.; Fagundes, H.S.; Kreutz, I.T. Comitês de Fronteira e a Integração Transfronteiriça: possibilidades e impasses. Revista de Políticas Públicas, v. 24, n. 2, p. 600-618, 2020.
 PÊGO, B. et al. Fronteiras do Brasil: diagnóstico e agenda de pesquisa para política

pública. Rio de Janeiro: Ipea/MI, 2017. v. 2.

PÊGO, B. et al. Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Norte. Rio de Janeiro: Ipea/MI, 2018. v. 3.

PÊGO, B. et al. Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Sul. Rio de Janeiro: Ipea/MI, 2020a. v. 5.

HENRICHES, J. A.; MEZA, M. L. F. G. Governança multinível para o desenvolvimento regional: um estudo de caso do Consórcio Intermunicipal da Fronteira. Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 124-138, 2017.

4 GESTÃO

Nesta seção, são apresentadas informações sobre recursos humanos e recursos de infraestrutura.

4.1 RECURSOS HUMANOS

Neste tópico, serão apresentadas as informações sobre a Coordenação do Curso, o Núcleo Docente Estruturante, a Comissão do Curso e o Corpo Docente.

O curso está composto por servidores e terceirizados do Campus que auxiliam nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente o Curso conta com docentes concursados e substitutos, para atender as demandas da área da gestão pública. Vale salientar, que para atender as demandas da matriz curricular, docentes de outros cursos possuem encargos didáticos no Curso de Tecnologia em Gestão Pública.

4.1.1 Coordenação de Curso

Coordenadora de Curso: Catia Raquel Felden Bartz

Currículo Lattes: CV: <http://lattes.cnpq.br/4817315518130843>

A atual Coordenadora do Curso é a Professora Catia Raquel Felden Bartz. Graduada em Administração, Pós-graduada em Controladoria e Finanças, Mestra em Desenvolvimento Regional, linha de pesquisa Gestão Organizacional, Doutora em Desenvolvimento, linha de pesquisa Gestão Organizacional. Docente na UNIPAMPA desde setembro de 2022, no magistério superior desde 2005 e na função de Coordenadora de curso deste fevereiro de 2023.

Conforme o Regimento Geral da Instituição, compete ao Coordenador de Curso:

Art. 105. Compete ao Coordenador de Curso executar as atividades necessárias à consecução das finalidades e objetivos do Curso que coordena, dentre elas: I. presidir a Comissão de Curso; II. promover a implantação da proposta de Curso, em todas suas modalidades e/ou habilitações e uma contínua avaliação da qualidade do Curso, conjuntamente com o corpo docente e discente; III. encaminhar aos órgãos competentes, por meio do Coordenador Acadêmico, as propostas de alteração curricular aprovadas pela Comissão de Curso; IV. formular diagnósticos sobre os problemas existentes no Curso e promover ações visando à sua superação; V. elaborar e submeter anualmente à aprovação da Comissão de Ensino o planejamento do Curso, especificando os objetivos, sistemática e calendário de atividades previstas, visando ao aprimoramento do ensino no Curso; VI. apresentar, anualmente, à Coordenação Acadêmica relatório dos resultados gerais de suas atividades, os planos previstos para o aprimoramento do processo avaliativo do Curso e as consequências desta avaliação no seu desenvolvimento; VII. servir como primeira instância de decisão em relação aos problemas administrativos e acadêmicos do Curso que coordena amparado pela Comissão de Curso, quando necessário; VIII. convocar reuniões e garantir a execução das atividades previstas no calendário aprovado pela Comissão de Ensino; IX. cumprir ou promover a efetivação das decisões da Comissão de Curso; X. assumir e implementar as atribuições a ele designadas pelo Conselho do Campus, pela Direção e pela Comissão de Ensino; XI. representar o Curso que coordena na Comissão de Ensino e em órgãos superiores da Unipampa, quando couber; XII. relatar ao Coordenador Acadêmico as questões relativas a problemas disciplinares relacionados aos servidores e discentes que estão relacionados ao Curso que coordena; XIII. atender às demandas das avaliações institucionais e comissões de verificação "in loco"; XIV. providenciar, de acordo com as orientações da Comissão de Ensino, os planos de todas as disciplinas do Curso, contendo ementa, programa, objetivos, metodologia e critérios de avaliação do aprendizado, promovendo sua divulgação entre os docentes para permitir a integração de disciplinas e para possibilitar à Coordenação Acadêmica mantê-los em condições de serem consultados pelos alunos, especialmente no momento da matrícula; XV. contribuir com a Coordenação Acadêmica para o controle e registro da vida acadêmica do Curso nas suas diversas formas; XVI. orientar os alunos do Curso na matrícula e na organização e seleção de suas atividades curriculares; XVII. autorizar e encaminhar à Coordenação Acadêmica: a) a matrícula em disciplinas eletivas; b) a matrícula em disciplinas extracurriculares; c) a inscrição de estudantes especiais em disciplinas isoladas; d) a retificação de médias finais e de frequências de disciplinas, ouvido o professor responsável; e) a mobilidade discente. XVIII. propor à Coordenação Acadêmica, ouvidas as instâncias competentes da Unidade responsável pelo Curso: a) os limites máximo e mínimo de créditos dos alunos no Curso, para efeito de matrícula; b) o número de vagas por turma de disciplinas, podendo remanejar alunos entre as turmas existentes; c) o oferecimento de disciplinas nos períodos regular, de férias ou fora do período de oferecimento obrigatório; d) prorrogações ou antecipações do horário do Curso; e) avaliação de matrículas fora de prazo. XIX. providenciar: a) o julgamento dos pedidos de revisão na avaliação de componentes curriculares do curso em consonância com as normas acadêmicas da Unipampa; b) a realização de teste de proficiência em línguas

estrangeiras, quando previsto na estrutura curricular; c) a avaliação de notório saber conforme norma estabelecida; d) os atendimentos domiciliares, quando pertinentes; e) a confecção do horário das disciplinas em consonância com a Comissão de Ensino; f) o encaminhamento à Coordenação Acadêmica, nos prazos determinados, de todos os componentes curriculares do Curso. XX. emitir parecer sobre pedidos de equivalência de disciplinas, ouvido o responsável pela disciplina, podendo exigir provas de avaliação; XXI. promover a adaptação curricular para os alunos ingressantes com transferência, aproveitamento de disciplinas, trancamentos e nos demais casos previstos na legislação; XXII. atender às demandas da Coordenação Acadêmica em todo o processo de colação de grau de seu curso.

4.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Conforme Art. 1 da Resolução nº 97 (CONSUNI), de 19 de março de 2015, que institui o NDE e estabelece suas normas de funcionamento, “o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada Curso de Graduação é proposto pela Comissão de Curso, sendo o Núcleo responsável pela concepção, pelo acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do respectivo projeto pedagógico” (Unipampa, 2015, p. 1). O Apêndice B apresenta o Regimento do NDE.

Atualmente, integram o NDE do Curso os seguintes membros: Angela Quintanilha Gomes, Catia Raquel Felden Bartz, Flaviani Souto Bolzan Medeiros, Guilherme Howes Neto, Kathiane Benedetti Corso e Thiago Antônio Beuron Corrêa de Barros.

Conforme Art. 1º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 97, de 19 de março de 2015, que institui o Núcleo Docente Estruturante e estabelece suas normas de funcionamento, “o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada Curso de Graduação é proposto pela Comissão de Curso, sendo o Núcleo responsável pela concepção, pelo acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do respectivo projeto pedagógico” (UNIPAMPA, 2015, p.1).

4.1.3 Comissão do Curso

Conforme Art. 102 da Resolução nº 5 (CONSUNI), de 17 de junho de 2010, que aprova o Regimento Geral da Universidade, “a Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas

relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas” (Unipampa, 2010, p.26).

A Comissão de Curso é constituída pelo Coordenador de Curso, docentes que atuaram ou atuam no Curso em componentes curriculares nos últimos doze meses; representante discente e representante dos servidores técnico-administrativos em educação atuante no Curso. O Apêndice C contempla o Regimento da Comissão de Curso.

Conforme Art. 102 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 5, de 17 de junho de 2010, que aprova o Regimento Geral da Universidade, “a Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas” (UNIPAMPA, 2010, p.26). É constituída por docentes que atuam ou atuaram em atividades curriculares nos últimos doze meses, representantes discente e técnico.

4.1.4 Corpo docente

A seguir, são apresentados os docentes que atendem os compromissos expressos no PDI (2019-2023), comprometidos com a realidade local, de forma reflexiva e permanentemente qualificados, para responder aos desafios que a formação exige. São abordadas a atuação no curso, suas formações, componentes curriculares que lecionam, as experiências de exercício no ensino superior, na educação básica, na educação a distância e as experiências profissionais (excluída a experiência no exercício da docência no ensino superior).

Cabe ressaltar que os Planos de Ensino são aprovados em reunião da Comissão de curso, dentro dos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico. Em relação à atuação docente, cabe destacar que a mesma é registrada semestralmente no sistema institucional, quando é especificada a carga horária destinada a atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, conforme a Resolução CONSUNI/Unipampa N° 79/2014 que regulamenta os encargos docentes na Unipampa.

Docente:	Angela Quintanilha Gomes
Componentes Curriculares:	Teoria do Estado e Ciência Política
Formação:	Bacharelado em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1984). Mestrado(1998) e Doutorado (2011) em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Experiências:	
Ensino Superior:	31 anos

Docente:	Catia Raquel Felden Bartz
Componentes Curriculares:	Administração Pública Governança e Controle Social Qualidade no Serviço Público Inovação e Empreendedorismo no Setor Público Desenvolvimento Regional e Local
Formação:	Doutora em Desenvolvimento, linha de pesquisa “Gestão da Organizações” pela Universidade Regional do Noroeste do estado do RS (UNIJUÍ, 2021), Mestre em Desenvolvimento Regional, linha de pesquisa Gestão das ORganizações pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS (UNIJUÍ, 2007), Especialista em Controladoria e Finanças pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões (URI - Santo Ângelo, 2006). Bacharel em Administração pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões *(URI - Santo Ângelo, 2001).
Experiências:	Coordenadora da CPA (/8 anos), Coordenadora de Incubadora Tecnológica (5 anos), Consultoria e Assessoria em Captação de recursos para Inovação (8 anos), Gestora de empresas (12 anos), Diretora Executiva de empresa (6 meses) e participação em Conselhos Administrativos - Gestão Pública (10 anos).
Ensino Superior:	16 anos de experiência como professora do ensino superior, 10 anos de experiências como professora do curso de Pós Graduação “Lato Sensu”.

Docente:	Carlos Hernán Rodas Céspedes
Componentes Curriculares:	Economia
Formação:	Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (1983), mestrado em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas - SP (1993), e doutorado em Economia do Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do sul

Docente:	Carlos Hernán Rodas Céspedes
	(2018)
Experiências:	
Ensino Superior:	30 anos

Docente:	Flaviani Souto Bolzan Medeiros
Componentes Curriculares:	Metodologia Científica Gestão de Processos Sustentabilidade Socio ambiental na Gestão Pública Tópicos Emergentes em Gestão Pública Relações Institucionais e Governamentais
Formação:	Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria na área de Gestão Organizacional (2020). Mestra em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria na área de Gerência de Produção (2015). Especialista em Finanças pela Universidade Franciscana (2013). Graduada em Administração pela Universidade Franciscana (2011) e Licenciada pelo Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional (grau equivalente à Licenciatura Plena) pela Universidade Federal de Santa Maria (2017).
Experiências:	
Ensino Superior:	3 anos

Docente:	Guilherme Howes Neto
Componentes Curriculares:	Sociologia; Políticas Públicas; Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas; Transparência e Cidadania
Formação:	Graduação em Ciências Sociais; Graduação em Sociologia; Especialização em História do Brasil; Mestrado em Ciências Sociais, Doutorado em Educação
Experiências:	
Ensino Superior:	13 anos
Educação Básica:	3 anos
Educação a Distância:	6 meses

Docente:	Gustavo Segabinazzi Saldanha
Componentes Curriculares:	Administração Pública; Políticas Públicas; Gestão Estratégica no Setor Público; Gestão de Políticas Públicas em áreas de fronteira, Tópicos Emergentes em Gestão Pública; Análise e Avaliação de Políticas Públicas; Gestão de Convênios; Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas.
Formação:	Graduação em Administração, Mestrado em Gestão e Políticas Públicas
Experiências:	
Ensino Superior:	9 anos
Educação a Distância:	1 ano
Profissionais:	7 anos

Docente:	Jeferson Luís Lopes Goularte
Componentes Curriculares:	Planejamento e Orçamento Governamental; Contabilidade Governamental; Governamental; Análise das Demonstrações Contábeis no Setor Público;
Formação:	Graduação em Ciências Contábeis, Mestrado em Integración y Cooperación Internacional, Doutorado em Ciencias de la Educación
Ensino Superior:	17 anos
Educação a Distância:	3 anos
Profissionais:	5 anos

Docente:	João Garibaldi Almeida Viana
Componentes Curriculares:	Estatística
Formação:	Graduação em Zootecnia, Mestrado em Extensão Rural, Doutorado em Agronegócios

Docente:	João Garibaldi Almeida Viana
Experiências:	
Ensino Superior:	9 anos
Educação a Distância:	2 anos

Docente:	Kathiane Benedetti Corso
Componentes Curriculares:	Sistemas de Informação no Setor Público
Formação:	Graduação, Mestrado e Doutorado em em Administração
Experiências:	
Ensino Superior:	8 anos
Educação a Distância:	2 anos
Profissionais:	Assistente Administrativo (Abille Soluções em TI LTDA)

Docente:	Luiz Edgar Araujo Lima
Componentes Curriculares:	Gestão com Pessoas no Setor Público; Comportamento Organizacional
Formação:	Graduação, Especialização e Mestrado em Administração
Experiências:	12 anos na coordenação do Curso de Administração da URCAMP - Universidade da Região da Campanha; 4 anos na Coordenação Acadêmica da Unipampa, dentre os quais 8 meses de Diretor Interino do Campus; Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Unipampa (2 anos e 6 meses).
Ensino Superior:	31 anos
Profissionais:	20 anos de Gestão de Pessoas no Exército Brasileiro.

Docente:	Rodrigo Alexandre Benetti
Componentes Curriculares:	Direito Tributário
Formação:	Graduação em Direito, Especialização em Direito Tributário, Mestrado em Integração Latinoamericana
Experiências:	
Ensino Superior:	12 anos

Docente:	Rodrigo Alexandre Benetti
Profissionais:	15 anos

Docente:	Thiago Antônio Beuron Corrêa de Barros
Componentes Curriculares:	Administração Geral; Comunicação Pública; Gestão em Educação; Gestão em Gênero e Sociedade; Inovação e Empreendedorismo no Setor Público; Metodologia Científica; Transparência e Cidadania; Qualidade no Serviço Público; Gestão de Projetos no Setor Público; Pesquisa Aplicada (TCC).
Formação:	Doutorado em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria - PPGA - UFSM (2016). Mestre em Administração pelo PPGA - UFSM (2012). Bacharel em Administração pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO - PR (2009). Possui MBA em Liderança, Inovação e Gestão 3.0 pela Escola de Negócios da PUCRS (2019) e MBA em Gestão Pública e Inovação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) (2022).
Experiências:	
Ensino Superior:	10 anos
Educação a Distância:	6 anos
Profissionais:	1 ano

4.2 RECURSOS DE INFRAESTRUTURA

Na sua concepção, a Universidade foi criada com modelo descentralizado multicampi em 10 municípios: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiiana. Mas, apesar de a Unipampa ser uma Universidade, contemplando oito Campus com edificações novas, os Campus Uruguaiiana e Santana do Livramento instalaram-se em edificações já existentes.

Na cidade de Santana do Livramento foi adquirida uma edificação histórica com elementos muito antigos, sendo seu conjunto tombado pelo patrimônio estadual. No tocante ao seu entorno, sofreu alterações e a edificação foi concebida em etapas, conforme demanda de uso, possuindo assim diferentes concepções estruturais. Trata-se do Colégio dos Irmãos Maristas, antiga Escola Santanense, fundado em 1908 pelos irmãos maristas funcionando, até 1926, como escola primária e abrigando as atividades universitárias desde 2006, passando pela efetiva constituição da Unipampa em 2008 até os dias atuais.

Ressalta-se a importância que o edifício que abriga a Universidade Federal do Pampa em Santana do Livramento tem para a história arquitetônica da cidade. Já merecidamente reconhecido, no âmbito municipal e estadual, em virtude de seu tombamento como patrimônio histórico pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. A Unipampa e o prédio histórico que ocupa são considerados como símbolos representativos da própria cidade.

Quanto à acessibilidade, o campus disponibiliza seguintes recursos e infraestrutura: mesas adaptadas, bebedouros adaptados, lupa com alto zoom e luz; *softwares* de leitura de textos físicos; computadores para auxílio dos servidores e bolsistas, computador para acessibilidade de baixa visão, teclado com contraste preto/amarelo, esteira que possibilita os estudantes cadeirantes subirem escadas, dois elevadores no prédio anexo, TV de alta qualidade de imagem e som, quadro negro portátil para discentes com baixa visão.

A necessidade real de novos cursos de graduação em termos de qualidade e quantidade para tais fins é uma constatação da comunidade de servidores, dos discentes e da sociedade de Santana do Livramento. É necessário salientar que na descrição das demandas educacionais é exigível a percepção conceitual sobre o que se entende por uma necessidade real.

Uma necessidade deve estar pautada no que é pretensão ter. Inegavelmente o pensar sobre o que se é, passa pelo que se pretende ser e, em termos educacionais, uma necessidade real compreende irrefutavelmente o que queremos para o nosso futuro. Nesse sentido, o Campus antecipa o que virtuosamente pensa em termos de educação para a Comunidade Santanense, diante da bem-vinda

dinâmica do progresso local e regional, onde no contexto de cidades-gêmeas (Livramento e Rivera) somam-se quase cento e noventa mil pessoas, às quais devemos uma prestação de serviços compatível com profundas contribuições por meio de uma vigorosa inserção social.

4.2.1 Espaços de trabalho

A Unipampa Campus Santana do Livramento tem sua estrutura física em um prédio próprio, com uma área construída de 8.741,71m², que compreende uma edificação histórica com 3 pavimentos e uma construção nova em um prédio anexo com 4 pavimentos e um subsolo, em um terreno de superfície de 5.529,17m². Além disso, conta com um prédio alugado de 1.160 m² para utilização como moradia estudantil (Casa João de Barro) e um ginásio de esportes, com uma área construída de 1.283,40m².

A infraestrutura permite atender 9000 alunos por turno. O campus dispõe de 18 salas de aula com uma área média de 57m². Estão equipadas com 45 classes escolares ou mesas e cadeiras em média, quadro branco, aparelho de ar condicionado, *datashow* e caixas de som. Todas as salas de aula são cobertas por rede wireless.

A sala de videoconferência tem computadores, televisão para as transmissões e quadro branco. Esta sala tem uma área total de 37,56m². O auditório está localizado no terceiro andar do prédio e com capacidade para 170 pessoas, com uma área de 257,69m². Possui *datashow*, tela de projeção, aparelho de sonorização, bem como microfones com e sem fios, aparelhos de climatização. Ainda conta com palco de uma área de 46,95m².

O ginásio de esportes, com uma área construída de 1.283,40m². A biblioteca conta com uma área de 195,15m². Os dois laboratórios de informática contam com uma área total de 185,11m², possuem quadro branco, aparelhos de climatização, 88 computadores com processador Intel Core 2, kit multimídia e projetor, e está sob o controle da Coordenação Acadêmica, a qual conta com o Setor de Tecnologia de Informação e Comunicação – STIC para a manutenção.

As salas de docentes estão distribuídas principalmente no terceiro pavimento do prédio histórico e no segundo e terceiro pavimento do prédio anexo, e são equipadas com mesas individuais, cadeira tipo presidente espaldar alto, ar condicionado split e armários com chave, com área média de 11m². Ao todo são 14 salas para um, dois ou três docentes num total de 30 vagas. No prédio anexo são 10 salas com área de 25m² cada uma, abrigando três professores, no total de 30 vagas. Além desses, existem os seguintes espaços:

- 1 Sala coordenação acadêmica;
- 1 sala da direção;
- 1 sala de reuniões para a direção;
- 1 Cozinha;
- 1 Sala coordenação administrativa;
- 1 Sala do setor de tecnologia da informação;
- 1 Sala Núcleo de Desenvolvimento Estudantil;
- 1 Sala de estudos dos mestrandos;
- 1 Sala da Secretaria Acadêmica;
- 1 Sala de manutenção;
- 1 Sala de almoxarifado;
- 1 Sala secretaria da direção;
- 1 Salas de diretórios acadêmicos;
- 1 Moradia Estudantil;
- 1 Sala de Coordenação DEAD;
- 1 Sala da Empresa Junior;
- 1 Sala núcleo de inclusão e acessibilidade / atendimento da Moradia estudantil; 1 Laboratório de estudos para bolsistas;
- sala de projetos;

- 1 sala de internacionalização;
- 1 Sala diretoria de assuntos interinstitucionais e internacionais;
- 1 Sala da Pró- reitoria de Graduação.

Cabe ressaltar que todos os equipamentos de que o Campus dispõe são da Unipampa. O campus possui mais de 4.000 itens descritos como patrimônio. Foram necessárias alterações no prédio visando acessibilidade, por ser patrimônio antigo, para minimizar as dificuldades. Foram reformadas as alas I e II, no subsolo, buscando atender algumas necessidades apontadas tais como o aumento do número de salas de aula e adequação com rampas de acesso e sanitários para atender aos alunos com necessidades especiais, conforme Normas Técnicas ABNT NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos).

Atualmente, para disponibilizar o acesso aos andares superiores há uma cadeira de rodas especial para transposição de escadas chamada “Stair Trac” que atende as demandas no prédio histórico. O prédio anexo possui uma circulação vertical (escada e elevador) atendendo totalmente o prédio novo e o antigo. Assim, o conjunto institucional é acessível na sua totalidade.

Espaços de trabalho dos docentes em tempo integral: As salas de docentes estão distribuídas principalmente no terceiro pavimento do prédio histórico e no segundo e terceiro pavimento do prédio anexo, e são equipadas com mesas individuais, cadeira tipo presidente espaldar alto, ar condicionado split e armários com chave, com área média de 11m². Ao todo são 14 salas para um, dois ou três docentes num total de 30 vagas. No prédio anexo são 10 salas com área de 25m² cada uma, abrigando três professores, no total de 30 vagas.

Os espaços de trabalho para docentes, tanto dos que trabalham sob regime de dedicação exclusiva como os contratados a tempo parcial são ambientes que possuem recursos tecnológicos de informação e comunicação, a saber:

- a) Computadores individualizados que são logados por senha fornecida e

controlada pela instituição. São computadores com atualização regular de softwares gerenciados por uma equipe de Tecnologia de Informação: a Diretoria de Tecnologia da Informação e da Comunicação (DTIC). Os computadores são interligados na rede institucional com acessibilidade para pesquisa e comunicação interna e externa à internet e sistemas intranet. São conectados às impressoras em rede que permitem escaneamentos para pastas de acesso próprio para os docentes, impressões e permissão de acesso aos aplicativos relacionados ao ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica. Atualmente são representados pelo Sistema de Informações do Ensino (SIE); pela Gestão Unificada de Recursos Institucionais (GURI) e pelo Sistema Integrado de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIPPEE);

- b) Salas compartilhadas ocupadas por docentes que se organizam por intermédio de agendamentos para o atendimento aos discentes e orientandos quando da necessidade de serem encontros presenciais. Existem opções de espaços privativos para tratar demandas particulares.
- c) Mobiliário composto por mesas e cadeiras ergonômicas; armários com chaves para guarda de bibliografias documentos e materiais necessários para as atividades com privacidade preservada.
- d) Espaços específicos que contam com laboratórios de informática, salas de reunião privadas, auditório e sala especial para videoconferência, no âmbito do campus, agendadas a partir do sistema de gerenciamento de reserva de salas.

Neste quesito a Universidade dispõe de ambientes suficientes para as necessidades educacionais e de gestão atinentes ao curso. Ressalta-se que se está em conclusão de um prédio anexo para ocupação de diversos setores o que ampliará ainda mais a infraestrutura propiciando maior excelência para as atividades.

4.2.2 Biblioteca

A Biblioteca Campus Santana do Livramento conta com uma área de 195,15m², com atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 21h. Conta com 4 servidores, sendo 3 bibliotecárias e 1 técnico administrativo. Está equipada com 5 computadores para uso do público, 4 com acesso livre e um exclusivo para consulta ao catálogo. Conta com 3 mesas para estudo, podendo acomodar até 13 pessoas sentadas. Atualmente, a biblioteca possui 17.817 exemplares e utiliza o Sistema Pergamum que disponibiliza o catálogo on-line do acervo de todas as bibliotecas da Unipampa, possibilitando que os usuários pesquisem pelos materiais que necessitem, renovem seus empréstimos, realizem reserva de livros e empréstimos entre bibliotecas.

Os empréstimos de materiais são divididos por classes de usuários, sendo que alunos de graduação e técnicos administrativos podem retirar 5 livros, alunos de pós-graduação podem retirar 6 livros e docentes 7 livros, todos pelo prazo de 7 dias, podendo renová-los por 10 vezes. Além do acervo físico, a biblioteca possui acesso à biblioteca digital “Minha Biblioteca” que conta com mais de 9.699 títulos de e-books disponíveis para alunos e servidores da Unipampa.

A Unipampa oferece acesso total a mais de 49 mil periódicos com textos completos e 455 bases de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nos terminais de computadores dentro de suas instalações ou remotamente com login e senha institucional. Há também o Repositório Institucional da Unipampa, que concentra os Trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, trabalhos acadêmicos e técnicos, bem como outras produções científicas elaboradas por docentes, discentes e técnicos administrativos da Unipampa.

Além disso, a Unipampa possui acesso aos E-books Springer e no site do Sistema de Bibliotecas da Unipampa disponibilizamos os links de diversas Bases de Dados de Livre Acesso, facilitando a pesquisa e a produção do conhecimento. Dentre as quais podemos destacar: Biblioteca Digital da UNESP, Biblioteca Digital da Unicamp, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, Library of Congress,

Biblioteca Digital Brasil, entre outras. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço. A Universidade conta com um sistema de empréstimo interbibliotecas com outros campi da mesma.

4.2.3 Laboratórios

A Universidade aprovou a Resolução CONSUNI/Unipampa Nº 343, de 30 de junho de 2022, a qual aprova o Regimento do Sistema de Laboratórios da Unipampa. Os alunos têm acesso aos equipamentos de informática para uso em salas climatizadas com cadeiras e mesas ergonômicas e cadeiras especiais. A configuração lógica apresentada pelo suporte de Tecnologia da Informação (TI) ressalta que se tem conectividade wi-fi com cobertura em mais de 95% do campus.

- Velocidade de internet: 100 Mbps (Link Principal) e 20 Mbps (Link de contingência).

Nos Laboratórios:

- Lab 01 – com 47 computadores (2ro andar) Lab 02 – com 20 computadores (3ro Andar) Lab 04 – com 17 computadores (Térreo) Configuração de hardware: Processador: AMD Athlon(tm) II X2 250 Processor Memória RAM: 2GB DDR-2 HD: 320GB;

- Vídeo: ATI Radeon 3100 Graphics;

- Áudio: Dispositivo de High Definition Audio;

- Rede cabeada: NIC Gigabit Ethernet PCI-E Realtek Família RTL8168C(P)/8111C(P) (NDIS 6.20);

- Sistema Operacional: Microsoft Windows 7 Professional SOFTWARES: Libreoffice 6;

- SPSS (Lab 02, 17 computadores) Navegadores de internet Pacote R Leitor de PDF;

-QGis Gretl;

Os equipamentos têm um período de manutenção semestral. Os laboratórios são destinados às atividades de Ensino, Extensão e Pesquisa, conforme agendamento por parte dos servidores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.640**, de 11 de janeiro de 2008: institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm>.

Acesso em: 10 set. 2019.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Coordenação Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior. **Documento orientador das comissões de avaliação in loco para instituições de educação superior com enfoque em acessibilidade**. Brasília, 2016. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/documentos_orientadores/2016/documento_orientador_em_acessibilidade_avaliacao_institucional.pdf>. Acesso em 12 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <[planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 08 maio. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 08 maio. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 08 maio. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 08 maio. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, de 28 de abril de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 436**, de 02 de abril de 2001. Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>>. Acesso em: 08 maio. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 17/2020**, aprovado em 10 de novembro de 2020 - Reanálise do Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1_66341-pcp017-20&category_slug=novembro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 janeiro.2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 03**, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/igc/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12988-pareceres-e-resolucoes-sobre-educacao-das-relacoes-etnico-raciais.>>. Acesso em: 08 maio. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 261, de 09 de novembro de 2006**. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer261.pdf> Acesso em: 08 maio. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 277**, de 07 de dezembro de 2006. Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces277_06.pdf>. Acesso em: 08 maio. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 5 de janeiro de 2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 09 janeiro.2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 17 de junho de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 08 maio. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CONAES nº 04**, de 17 de junho de 2010. Sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE. Disponível em: <http://www.esag.udesc.br/arquivos/id_submenu/1490/com_despachoconaes_parecer_n4_nde.pdf>. Acesso em: 08 maio. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 10, de 28 de julho de 2006**. Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, de 11 de julho de 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_port10.pdf>. Acesso em: 08 maio. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2117 DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019**. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 09 janeiro.2023. BRASIL. Ministério da Educação.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CONAES nº 01**, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Resolucao_1_2010.pdf>. Acesso em: 08 maio. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior** - SINAES. Brasília: INEP, 2018.

CAST. **Desenho Universal para Aprendizagem**. Disponível em: <https://www.cast.org/impact/universal-design-for-learning-udl>. Acesso em 12 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Relatório do panorama da educação no município de Santana do Livramento (RS). Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santana-do-livramento/panorama>. Acesso em 18 de Janeiro de 2023.

INEP. **Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/quest/educacao-superior/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao/glossario>>. Acesso em 22 set. 2021.

_____. **Instrumentos de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/instrumentos>>. Acesso em 22 set. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>>. Acesso: 30 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNST)**.3. ed. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/catalogos-nacionais-de-cursos-superiores-de-tecnologia>> Acesso em: 10 dez. 2022.

Resolução nº 337/2022 que altera a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 29, de 28 de abril de 2011, Normas Básicas de Graduação, Controle e Registro das Atividades Acadêmicas – ACG.

SANTANA DO LIVRAMENTO. **Lei nº 6.189, de 21 de maio de 2012**. Extingue cargos, altera atribuições e requisitos para provimento, e cria os novos cargos de provimento efetivo que especifica, todos integrantes do “Quadro dos Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura de Sant’Ana do Livramento, instituído pela lei Municipal nº 2.717/90 e suas alterações posteriores. Santana do Livramento, RS, 21 de maio de 2012.

SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório Rumos 2015**: um Plano de Desenvolvimento para o Estado. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/rumos-2015>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução CONSUNI nº 5**, de 17 de junho de 2010: aprova o Regimento Geral da Universidade. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2017/12/3-regimento-geral-nova-versao.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. **Resolução CONSUNI nº 29**, de 28 de abril de 2011: aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/08/res--29_2011-normas-basicas-de-graduacao-alterada-pela-res--249.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. **Resolução CONSUNI nº 97**, de 19 de março de 2015: institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e estabelecer suas normas de funcionamento. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2010/06/res--97_2015-nde1.pdf>. Acesso em 10 set. 2019.

_____. **Resolução CONSUNI nº 253**, de 12 de setembro de 2019. Aprova a Estrutura Organizacional e as Normas para Atividades e Organização do Calendário Acadêmico da Unipampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/09/resolucao-no-253_2019-atividades-academicas-de-graduacao.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 239**, de 25 de abril de 2019. Aprova o Regimento do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) da Universidade Federal do Pampa. Disponível em:<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/04/res-239_2019-regimento-nude.pdf> Acesso em: 19 nov. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 240**, de 25 de abril de 2019. Fixa o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da Universidade Federal do

Pampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/04/res-240_2019-tempo-maximo-integralizacao.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 260**, de 11 de novembro de 2019. Aprova as normas para ingresso no ensino de graduação na Unipampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/11/res--260_2019-normas-ingresso_no_ensino_de_graduacao.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 294**, de 3 de novembro de 2020. Regulamenta o Acompanhamento de Egressos da Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2020/12/res--294_2020-acompanhamento-de-egressos-certo.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

Resolução CONSUNI nº 328, de 04 de novembro de 2021–Aprova as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência no âmbito da Universidade Federal do Pampa. Disponível em:<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/11/res-328_2021-diretrizes-acessibilidade.pdf> Acesso em: 1º dez.2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 329**, de 04 de novembro de 2021 – Aprova as Normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente Unipampa. Disponível em:<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/11/res-329_2021-nova-norma-estagios.pdf> Acesso em: 19 nov.2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 317**, de 29 de abril de 2021. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da UNIPAMPA. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317_2021-politica-de-extensao.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Bagé: UNIPAMPA, 2019. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/07/res--246_2019-pdi-2019-2023.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

REFERÊNCIAS TÉCNICO-PEDAGÓGICAS

GUTIERREZ-BOTTARO, S. E. El fenómeno del bilingüismo en la comunidad fronteriza uruguayo-brasileña de Rivera. In: CONGRESO BRASILENO DE HISPANISTAS, 2, 2002, San Pablo. Proceedings online. Associação Brasileira de Hispanistas. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000012002000100053&sc_ript=sci_arttext>. Acesso em: 30 out. 2012.

MEIRELLES, V. A. G. Aspectos Fonológicos do Contato Espanhol-Português em Sant'ana do Livramento-Rivera. **Dissertação de Mestrado/ UNB**, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. Localização do município de Santana do Livramento. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/>> Acesso em: 10 out. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Bagé: Unipampa, 2019. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/07/res--246_2019-pdi-2019-2023.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – REGULAMENTO PARA A ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º As presentes normas regulamentam a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso a ser desenvolvido como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Art. 2º Pode matricular-se no componente curricular de Planejamento em Pesquisa o aluno que tiver cumprido 60 créditos, equivalentes 900 horas, dos componentes curriculares obrigatórios do curso.

Parágrafo Único. O não cumprimento desse requisito constitui motivo para cancelamento da matrícula no respectivo componente curricular;

II – DO PROJETO DE PESQUISA

Art. 3º O Projeto de Pesquisa é elaborado no componente curricular Planejamento em Pesquisa.

Parágrafo Único. O componente curricular Planejamento em Pesquisa é ministrado pelo professor coordenador indicado no referido semestre, que atua juntamente com os professores orientadores.

Art. 4º O aluno deve elaborar o Projeto de Pesquisa com a orientação de 1(um) professor do quadro docente da Unipampa na área que pretende pesquisar.

§ 1º O projeto de pesquisa deve ser voltado para o estudo de uma problemática relacionada às organizações públicas.

§ 2º Se vinculados às linhas de pesquisa do orientador devem guardar relação com a área da administração pública.

Art. 5º Caberá à Coordenação do componente curricular a responsabilidade pela supervisão geral do componente curricular, a fixação de prazos e o preenchimento do caderno de chamadas com as notas dos alunos.

Art. 6º A verificação do rendimento acadêmico é realizada por meio da avaliação do desenvolvimento do Projeto de Pesquisa, e da frequência nos seminários

realizados em sala de aula, conforme definido no plano de ensino do componente curricular.

Art. 7º A estrutura básica do Projeto de Pesquisa compõe-se de:

- I -** Elementos Pré-Textuais (Capa e Folha de Rosto);
- II -** Introdução (contexto, tema, pergunta de pesquisa, objetivos geral e específicos, e justificativa);
- III -** Referencial Teórico;
- IV -** Método (classificação da pesquisa, definição do método, técnica(s) coleta de dados, técnica(s) de análise dos dados, cronograma e instrumento de coleta de dados, se houver, que deve constar nos apêndices ou anexos);
- V -** Referências Bibliográficas;
- VI -** Apêndices (quando houver);
- VII -** Anexos (quando houver).

Parágrafo Único. O Projeto de Pesquisa deverá ter no mínimo 10 páginas e não pode ultrapassar o limite de 15 páginas entre os itens II a V da estrutura básica listada neste artigo.

Art 8º A estrutura formal do projeto de pesquisa deve seguir o Manual para elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos – conforme a ABNT, elaborado pela Unipampa, sendo a formatação: espaçamento simples e margens superior e esquerda 3cm, inferior e direita 2cm.

Parágrafo Único. São considerados dos elementos pré-textuais indicados no manual da Unipampa apenas capa e folha de rosto.

Art. 9º A versão final do Projeto Pesquisa deve ser entregue ao docente coordenador, em duas vias, com a assinatura do professor orientador na capa, no prazo definido pelo professor Coordenador do componente curricular.

Art. 10 O Projeto de Pesquisa será avaliado por meio de parecer escrito, sendo realizado por dois docentes, o orientador e um parecerista.

§ 1º A publicação das notas finais dos alunos é de responsabilidade do professor Coordenador do componente curricular.

§ 2º Permite-se pequenas mudanças que não comprometam as linhas básicas do projeto (delimitação do tema, pesquisa bibliográfica, método), desde que com autorização do orientador, mantendo-se sempre o tema indicado no Projeto de Pesquisa aprovado.

§ 3º Alterações no tema do Projeto de Pesquisa, após aprovação no componente curricular Planejamento em Pesquisa, exigirá que o discente realize novamente o componente.

III – DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 11. O Trabalho de Conclusão de Curso é realizado no componente curricular Pesquisa Aplicada, de forma individual, constituído de um artigo científico, voltado ao estudo do Projeto de Pesquisa aprovado.

Parágrafo Único. O componente curricular Pesquisa Aplicada é ministrado pelo professor coordenador indicado no referido semestre, que atua juntamente com os professores orientadores.

Art. 12. Para a matrícula no componente curricular Pesquisa Aplicada o aluno deve ter obtido aprovação no componente curricular Planejamento em Pesquisa.

Art. 13. Caberá à Coordenação do componente curricular a responsabilidade pela supervisão geral do componente curricular, a fixação de prazos e o preenchimento do caderno de chamadas com as notas dos alunos.

Art. 14. O aluno deve elaborar o Artigo com a orientação de 1(um) professor do quadro docente da Unipampa na área que desenvolveu o Projeto de Pesquisa aprovado.

§ 1 A substituição de professor orientador é permitida mediante a ciência formal do professor orientador, e da aceitação formal do professor escolhido para a continuidade da orientação.

§ 2 Quando houver a necessidade, o professor do componente curricular poderá fazer a mediação de substituição do orientador.

Art. 15. O artigo deve ser apresentado no seguinte formato:

- I -** Papel: A4 (29,7 x 21 cm).
- II -** A orientação do papel a ser adotada deverá ser o retrato.
- III -** As margens deverão seguir o seguinte padrão: Superior 3 cm; Inferior 2 cm; Direita 2 cm; e Esquerda 3 cm.
- IV -** O Artigo deverá ser redigido nos seguintes editores de texto: Word do Office 2003 ou posterior, BrOffice ou outro que venha a substituí-los.
- V -** O Artigo deve adotar como fonte as letras Times New Roman ou Arial, ambas no tamanho 12.
- VI -** Deve ser adotado como padrão o espaçamento simples entre linhas.
- VII -** O alinhamento adotado para os parágrafos deverá ser o justificado.
- VIII -** A margem do início do parágrafo deverá ser 1,5 cm.
- IX -** O Artigo deve ter no mínimo 12 (doze) páginas e não deve exceder 25 (vinte e cinco) páginas, incluindo quadros, tabelas, gráficos, figuras, referências bibliográficas e notas de final de texto.

- X - O Artigo deve ser paginado no rodapé com alinhamento ao lado direito e não deve ser incluído número na primeira página.
- XI - Não devem ser colocadas notas no rodapé, mas inseridas como notas de final de texto.
- XII - As citações devem ser inseridas no corpo do texto, conforme normas da ABNT.

Art. 16. O Artigo deve ter os seguintes elementos na sua estrutura:

- I - Resumo em língua portuguesa e em língua estrangeira, preferencialmente inglês ou espanhol.
- II - Introdução (contexto, tema, pergunta de pesquisa, objetivos geral e específicos, e justificativa);
- III - Referencial teórico;
- IV - Método (classificação da pesquisa, definição do método, técnica(s) coleta de dados, técnica(s) de análise dos dados e instrumento de coleta de dados, se houver, que deve constar nos apêndices ou anexos);
- V - Apresentação e análise dos resultados;
- VI - Considerações Finais;
- VII - Notas de Final de texto, se houver;
- VIII - Referências Bibliográficas.

Art. 17. O artigo deverá apresentar os seguintes elementos na primeira página:

- I - Título do Artigo, com todas as principais palavras iniciando-se em maiúscula, fonte tamanho 14, negrito e centralizado.
- II - Nome do aluno e do professor orientador.
- III - Resumo do Artigo.
- IV - Palavras chave, no mínimo 3 (três).

§ 1º O título pode ter no máximo 20 palavras.

§ 2º O resumo do Artigo deve ter no mínimo 200 e máximo 250 palavras, contendo objetivo, tópicos do referencial teórico, método, principais resultados e conclusões.

Art. 18. O artigo será avaliado por uma banca examinadora composta pelo orientador e dois professores ou o orientador, um professor e um membro da comunidade externa, os quais elaborarão uma ata com a nota e as considerações

que será encaminhado para o professor Coordenador do componente curricular Pesquisa Aplicada.

§ 1º A formação mínima exigida para o membro da comunidade externa é a graduação.

§ 2º O membro da comunidade externa deve ser aprovado pelo professor Coordenador do componente curricular Pesquisa Aplicada.

Art. 19. Na defesa, o aluno terá até 15 (quinze) minutos, prorrogáveis por mais cinco, a critério da banca examinadora, para apresentar o Artigo e cada componente da banca examinadora terá aproximadamente 5(cinco) minutos para fazer sua arguição, dispondo ainda o aluno de outros 5 (cinco) minutos para responder a cada um dos examinadores. Cabe ainda considerar os artigos 19 e 20 da Resolução 328/2021, que diz:

Art. 19. Será facultado ao discente surdo, a entrega da versão final do seu trabalho de conclusão de curso de graduação em língua portuguesa, enquanto segunda língua, com inserção de “notas do(a) tradutor(a) de Língua Brasileira de Sinais”. Parágrafo único. Reconhecendo que a língua portuguesa escrita é a segunda língua das pessoas surdas usuárias de LIBRAS, seus trabalhos de conclusão de curso poderão conter notas de rodapé que indiquem a tradução realizada por profissional tradutor de Língua Brasileira de Sinais. Art. 20. Será facultado ao estudante surdo, a entrega da versão final do seu trabalho de conclusão de curso de graduação em Língua Brasileira de Sinais, no formato de vídeo. § 1º Será garantido ao discente surdo o acesso em LIBRAS de todos os materiais relativos à normatização de trabalhos acadêmicos, disponíveis no Sistema de Bibliotecas da UNIPAMPA. § 2º Caberá ao NInA, em conjunto com o NuDE, promover espaços de formação sobre o português como segunda língua de pessoas surdas. Esses espaços deverão considerar, dentre outros elementos, a estrutura da escrita acadêmica.

Parágrafo Único. O prazo para apresentar as alterações sugeridas pela banca é de no máximo 7 (sete) dias, com aval do orientador.

Art. 20. A versão final do Artigo deve ser entregue ao coordenador do componente curricular de Pesquisa Aplicada em um CD com o arquivo da versão final salvo em formato PDF, juntamente com a declaração de entrega e o formulário de direitos autorais devidamente preenchido.

IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Os casos de plágio comprovado incorrerão em reprovação imediata do aluno, aplicando as sanções previstas nas normas da Unipampa.

Art. 22. Os casos omissos ao regulamento são tratados na Comissão de Curso.

Art. 23. O presente regulamento entra em vigor na data da aprovação pela Comissão de Curso.

Santana do Livramento - RS, 17 de Maio de 2023.

**APÊNDICE B – REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º O presente Regimento regula e disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

Art. 2º O NDE tem caráter consultivo e propositivo, responsável pela elaboração, implantação, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), segundo as diretrizes e recomendações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

**CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO NDE**

Art. 3º São atribuições do NDE do Curso:

- I. elaborar, acompanhar, avaliar e atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso;
- II. propor procedimentos e critérios para a autoavaliação do Curso, prevendo as formas de divulgação dos seus resultados e o planejamento das ações de melhoria;
- III. conduzir os processos de reestruturação curricular para aprovação na Comissão de Curso, sempre que necessário;
- IV. atender aos processos regulatórios internos e externos;
- V. zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso e para os demais marcos regulatórios;
- VI. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas das necessidades da graduação e de sua articulação com a pós-graduação, bem como das exigências do mundo do trabalho, sintonizadas com as políticas próprias às áreas de conhecimento;
- VII. contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso;

- VIII. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo.
- IX. solicitar a aquisição dos recursos necessários para o funcionamento do Curso de acordo com a legislação e a proposta pedagógica;
- X. indicar o perfil dos docentes do Curso para a realização de concurso público de provas e títulos as comissões e aos conselhos da Unipampa.

Parágrafo único. As proposições do NDE são submetidas à apreciação e deliberação da Comissão de Curso.

CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO DO NDE

Art. 4º O Núcleo Docente Estruturante é composto por um mínimo de 05 (cinco) docentes, incluindo os membros natos, pertencentes ao corpo docente do Curso e com comprometimento com o desenvolvimento do PPC.

Parágrafo único. O Coordenador e o Coordenador Substituto do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública são membros natos no NDE.

Art. 5º O tempo de vigência de mandato para o NDE deve ser de, no mínimo, 03 (três) anos, sendo adotadas estratégias de renovações parciais de modo a haver continuidade no pensar do Curso.

Art. 6º Quando da composição ou alteração do NDE, estas devem ser aprovadas pelo Conselho do Campus, que, através de seu representante máximo, deve enviar, para o Gabinete da Reitoria, a Ata de constituição do Núcleo, prevendo o mandato dos membros, para designação formal via portaria.

Parágrafo único. A indicação e renovação dos membros do NDE são deliberadas na Comissão de Curso e encaminhadas ao Conselho do Campus para aprovação.

Art. 7º O Núcleo Docente Estruturante deve ter um Presidente e um Secretário escolhidos pelos pares, para um mandato de 03 (três) anos.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NDE

Art. 8º São atribuições do Presidente do NDE:

- I. convocar os membros do NDE para as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II. presidir as reuniões do NDE, com direito a voto;
- III. representar o NDE junto às comissões e aos conselhos da Unipampa;
- IV. encaminhar as decisões e propostas do NDE, as comissões e aos conselhos da Unipampa;
- V. solicitar junto a Direção do Campus um servidor técnico-administrativo em educação (TAE) para secretariar e lavrar as atas das reuniões do NDE;
- VI. indicar e apoiar representação e participação de membros do NDE nas comissões e nos conselhos da Unipampa.
- VII. designar membro do NDE para emitir parecer de matérias que sejam apreciadas e propostas pelo NDE.

CAPÍTULO V DAS REUNIÕES DO NDE

Art. 9º O NDE reúne-se, ordinariamente, no mínimo, 02 (duas) vezes por semestre, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

Parágrafo único. A pauta da reunião do NDE deve ser encaminhada juntamente com a convocação da reunião, por meio do e-mail institucional.

Art. 10. As decisões do NDE são tomadas por maioria simples de votos dos presentes em reunião previamente convocada.

Art. 11. As reuniões do NDE são registradas em atas e assinatura de seus membros em lista de presença.

Parágrafo único. A ata é encaminhada aos membros do NDE para apreciação e aprovação, por meio do e-mail institucional.

CAPÍTULO VI DOS ENCAMINHAMENTOS

Art. 12. As decisões e propostas do NDE, quando necessitar de ação de outras instâncias da Unipampa, são encaminhadas para os responsáveis por comissões e conselhos para conhecimento e respostas ao NDE.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Este Regimento pode ser alterado por iniciativa do Presidente do NDE, ou mediante proposta fundamentada de seus membros, o qual deve passar pelo processo de aprovação no NDE.

Art. 14. Casos omissos ao Regimento são discutidos pelo NDE e encaminhadas às comissões e aos conselhos para análise, conforme dispõe o Estatuto e Regimento Geral da Unipampa.

Art. 15. O presente Regimento entra em vigor na data da sua aprovação pelo NDE, revogadas as disposições em contrário.

Santana do Livramento – RS, 09 de abril de 2021.

APÊNDICE C – REGIMENTO DA COMISSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO

Art. 1º. A Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas.

Art. 2º. Compõem a Comissão de Curso:

- I. o Coordenador de Curso;
- II. os docentes que atuam no Curso;
- III. representação discente eleita por seus pares;
- IV. representação dos servidores técnico-administrativos em educação atuante no Curso, eleita por seus pares.

§1º. Os membros técnico-administrativos da Comissão de Curso terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§2º. Os representantes discentes terão mandato de 1 (um) ano, sendo permitida uma recondução.

§3º. O número de representantes técnicos administrativos em educação e discentes será definido no Regimento do Campus.

§4º. São componentes da Comissão de Curso os docentes que atuam ou atuaram em atividades curriculares nos últimos 12 (doze) meses.

§5º. No caso de impedimento definitivo dos representantes previstos nos incisos III e IV, caberá ao Coordenador formalizar o pedido de substituição à categoria representada.

Art. 3º. O Coordenador de Curso exercerá a Coordenação da respectiva Comissão.

Art. 4º. O Coordenador de Curso e seu substituto serão eleitos para um mandato de 2 (dois) anos.

§1º. O processo eleitoral será disciplinado por edital específico, elaborado de acordo com as diretrizes da Universidade.

§2º. O Coordenador substituto representará o Coordenador em caso de afastamentos temporários e impedimentos eventuais.

Art. 5º. O Coordenador de Curso deverá ter disponibilidade de tempo compatível com as atividades específicas da Coordenação.

§1º. A disponibilidade de tempo exigido no *caput* será definida pelo Conselho do Campus.

§2º. Nos cursos em fase de projeto ou de início de atividades haverá um Coordenador *pro tempore* definido pelo Conselho do Campus a partir de sugestão da Direção, para competente designação.

Art. 6º. No caso de vacância ou impedimento definitivo do Coordenador e de seu substituto, haverá eleição para o provimento da função, no período restante, se este for maior do que 1 (um) ano.

Parágrafo único. A Comissão de Curso indicará um Coordenador interino ao Conselho do Campus no caso do mandato ser menor do que 1 (um) ano.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 7º. Compete ao Coordenador de Curso executar as atividades necessárias à consecução das finalidades e objetivos do Curso que coordena, dentre elas:

- I.** presidir a Comissão de Curso;
- II.** promover a implantação da proposta de Curso, em todas suas modalidades e/ou habilitações e uma contínua avaliação da qualidade do Curso, conjuntamente com o corpo docente e discente;
- III.** encaminhar aos órgãos competentes, por meio do Coordenador Acadêmico, as propostas de alteração curricular aprovadas pela Comissão de Curso;
- IV.** formular diagnósticos sobre os problemas existentes no Curso e promover ações visando à sua superação;
- V.** elaborar e submeter anualmente à aprovação da Comissão de Ensino o planejamento do Curso, especificando os objetivos, sistemática e calendário

- de atividades previstas, visando ao aprimoramento do ensino no Curso;
- VI.** apresentar, anualmente, à Coordenação Acadêmica relatório dos resultados gerais de suas atividades, os planos previstos para o aprimoramento do processo avaliativo do Curso e as consequências desta avaliação no seu desenvolvimento;
 - VII.** servir como primeira instância de decisão em relação aos problemas administrativos e acadêmicos do Curso que coordena amparado pela Comissão de Curso, quando necessário;
 - VIII.** convocar reuniões e garantir a execução das atividades previstas no calendário aprovado pela Comissão de Ensino;
 - IX.** cumprir ou promover a efetivação das decisões da Comissão de Curso;
 - X.** assumir e implementar as atribuições a ele designadas pelo Conselho do Campus, pela Direção e pela Comissão de Ensino;
 - XI.** representar o Curso que coordena na Comissão de Ensino e em órgãos superiores da Unipampa, quando couber;
 - XII.** relatar ao Coordenador Acadêmico as questões relativas a problemas disciplinares relacionados aos servidores e discentes que estão relacionados ao Curso que coordena;
 - XIII.** atender às demandas das avaliações institucionais e comissões de verificação *“in loco”*;
 - XIV.** providenciar, de acordo com as orientações da Comissão de Ensino, os planos de todas as disciplinas do Curso, contendo ementa, programa, objetivos, metodologia e critérios de avaliação do aprendizado, promovendo sua divulgação entre os docentes para permitir a integração de disciplinas e para possibilitar à Coordenação Acadêmica mantê-los em condições de serem consultados pelos alunos, especialmente no momento da matrícula;
 - XV.** contribuir com a Coordenação Acadêmica para o controle e registro da vida acadêmica do Curso nas suas diversas formas;
 - XVI.** orientar os alunos do Curso na matrícula e na organização e seleção de suas atividades curriculares;
 - XVII.** autorizar e encaminhar à Coordenação Acadêmica:
 - a)** a matrícula em disciplinas eletivas;
 - b)** a matrícula em disciplinas extracurriculares;

- c) a inscrição de estudantes especiais em disciplinas isoladas;
 - d) a retificação de médias finais e de frequências de disciplinas, ouvido o professor responsável;
 - e) a mobilidade discente.
- XVIII.** propor à Coordenação Acadêmica, ouvidas as instâncias competentes da Unidade responsável pelo Curso:
- a) os limites máximo e mínimo de créditos dos alunos no Curso, para efeito de matrícula;
 - b) o número de vagas por turma de disciplinas, podendo remanejar alunos entre as turmas existentes;
 - c) o oferecimento de disciplinas nos períodos regular, de férias ou fora do período de oferecimento obrigatório;
 - d) prorrogações ou antecipações do horário do Curso;
 - e) avaliação de matrículas fora de prazo.
- XIX.** providenciar:
- a) o julgamento dos pedidos de revisão na avaliação de componentes curriculares do curso em consonância com as normas acadêmicas da Unipampa;
 - b) a realização de teste de proficiência em línguas estrangeiras, quando previsto na estrutura curricular;
 - c) a avaliação de notório saber conforme norma estabelecida;
 - d) os atendimentos domiciliares, quando pertinentes;
 - e) a confecção do horário das disciplinas em consonância com a Comissão de Ensino;
 - f) o encaminhamento à Coordenação Acadêmica, nos prazos determinados, de todos os componentes curriculares do Curso.
- XX.** emitir parecer sobre pedidos de equivalência de disciplinas, ouvido o responsável pela disciplina, podendo exigir provas de avaliação;
- XXI.** promover a adaptação curricular para os alunos ingressantes com transferência, aproveitamento de disciplinas, trancamentos e nos demais casos previstos na legislação;
- XXII.** atender às demandas da Coordenação Acadêmica em todo o processo de colação de grau de seu curso.

Art. 8º. Compete à Comissão de Curso, dentre elas:

- I. propor e disponibilizar, à Coordenação Acadêmica, o Projeto Pedagógico de Curso, bem como o respectivo currículo e suas alterações;
- II. analisar e integrar as ementas e planos de ensino das disciplinas, compatibilizando-os ao Projeto Pedagógico de Curso;
- III. propor formas para articular o ensino, pesquisa e extensão como bases do desenvolvimento dos componentes curricular do Curso;
- IV. homologar a oferta de disciplinas por semestre, para viabilizar as matrículas;
- V. articular-se com a Coordenação Acadêmica para a organização dos horários de oferta de disciplinas, a cada semestre;
- VI. contribuir para a orientação das matrículas dos alunos vinculados ao Curso;
- VII. avaliar a proposta de atividades dos docentes vinculados ao Curso antes que estes as consolidem com as demais atividades e a submetam a Coordenação Acadêmica;
- VIII. dimensionar as ações pedagógicas à luz da missão da Universidade, das metas do Campus e indicativos fornecidos pela avaliação institucional e pelos sistemas de avaliação do ensino estabelecidos pelo Ministério da Educação – MEC;
- IX. planejar e avaliar ações pedagógicas, inclusive aquelas propostas para o aperfeiçoamento do ensino; promover a identificação e interdisciplinaridade com os demais cursos do Campus e da Unipampa.
- X. apresentar e analisar proposta para aquisição de material bibliográfico e de apoio didático pedagógico;
- XI. contribuir para a proposição de regras, regulamentos, regimentos inerentes a sua esfera de atuação.
- XII. servir como órgão consultivo para as decisões da Coordenação de Curso.
- XIII. analisar e dar parecer em pedidos de recurso sobre decisões tomadas pelo Coordenador de Curso que representam.
- XIV. responder às demandas legais que forem de sua competência, tal como a elaboração do processo de reconhecimento e de avaliação do Curso.
- XV. exercer as demais atribuições que lhe forem previstas no Estatuto e no Regimento da Universidade e no Regimento do Campus Santana do

Livramento, ou designadas pela Coordenação Acadêmica, Direção ou Conselho do Campus.

Art. 9º. Compete ao Coordenador da Comissão de Curso, dentre elas:

- I. convocar e coordenar as reuniões;
- II. manter a ordem;
- III. submeter à apreciação e à aprovação da Comissão de Curso a ata da reunião anterior;
- IV. anunciar a pauta e o número de membros presentes;
- V. conceder a palavra aos membros da Comissão de Curso e delimitar o tempo de seu uso;
- VI. decidir as questões de ordem;
- VII. submeter à discussão e, definidos os critérios, à votação a matéria em pauta e anunciar o resultado da votação;
- VIII. organizar, a pauta da reunião seguinte, anunciá-la se for o caso, ao término dos trabalhos;
- IX. convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;
- X. dar posse aos membros da Comissão de Curso;
- XI. julgar os motivos apresentados pelos membros da Comissão de Curso para justificar sua ausência às sessões;
- XII. baixar comunicados, encaminhar os editais para apreciação da Coordenação Acadêmica para que sejam analisados e publicados;
- XIII. ordenar a matéria a ser divulgada.
- XIV. orientar e dar parecer sobre matérias.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE CURSO

Art. 10. A Comissão de Curso funciona em sessão, com a maioria absoluta de seus membros, que corresponde a presença de 50% (cinquenta por cento) dos membros, mais 1 (um), reunindo-se ordinariamente 4 (quatro) vezes por semestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocado pelo (a) Coordenador(a).

§ 1º. A convocação é feita por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º Em caso de urgência, a critério do (a) Coordenador (a) da Comissão, a convocação pode ser feita com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º A ausência de representantes de determinada categoria não impede o funcionamento da Comissão de Curso, nem invalida as decisões.

Art. 11. É obrigatória, prevalecendo a qualquer outra atividade acadêmica, salvo as reuniões do Conselho do Campus e do Conselho Universitário – CONSUNI, o comparecimento dos membros às reuniões da Comissão de Curso, vedada qualquer forma de representação.

Parágrafo único. A ausência de membros a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) alternadas no mesmo período letivo pode acarretar a perda do mandato.

Art. 12. As deliberações serão tomadas a partir da aprovação por 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos votos presentes na reunião.

Parágrafo único. O (A) Coordenador (a), além do seu voto, tem, também, direito ao voto de qualidade, em caso de empate, independentemente do previsto no parágrafo anterior.

Art. 13. Verificado o quorum mínimo exigido, instala-se a reunião e os trabalhos seguem a ordem abaixo elencada:

- a) apreciação e votação da ata da reunião anterior;
- b) apresentação da pauta;
- c) leitura, discussão e votação dos pareceres relativos aos requerimentos incluídos na pauta;
- d) encerramento, com eventual designação da pauta da reunião seguinte.

Parágrafo único. Mediante aprovação da Comissão de Curso, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer membro, pode o (a) Coordenador (a) inverter a ordem dos trabalhos, ou atribuir urgência a determinados assuntos dentre os constantes da pauta.

Art. 14. De cada reunião da Comissão de Curso lavra-se a ata, que, depois de votada e aprovada, é assinada pelo (a) Coordenador (a) pelo (a) Secretário (a) e pelos (as) presentes.

§ 1º As reuniões da Comissão de Curso são secretariadas por um de seus membros, designado pelo (a) Coordenador (a), dando-se preferência pelo Secretário do Curso.

§ 2º As atas da Comissão de Curso, serão encaminhadas para a Coordenação Acadêmica para conhecimento e após, são arquivadas na Coordenação de Curso.

Art. 15. Das decisões da Comissão de Curso caberá recurso ao Conselho do Campus, como instância superior.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Este Regimento pode ser modificado pelo Conselho do Campus, por maioria absoluta dos seus membros, por iniciativa do Coordenador da Comissão de Curso, ou mediante proposta fundamentada de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros, a pedido da Comissão de Curso, devidamente fundamentado.

Art. 17. Casos omissos ao Regimento serão tratados pela Comissão de Curso e encaminhadas à Coordenação Acadêmica para sanção ou veto, podendo ainda serem encaminhados ao Conselho do Campus.

Art. 18. O presente Regimento entra em vigor na data da aprovação pelo Conselho do Campus, revogadas as disposições em contrário.

Santana do Livramento – RS, 18 de novembro de 2010.

**APÊNDICE D – REGULAMENTO PARA OS CRITÉRIOS DE
APROVEITAMENTO E AS EQUIVALÊNCIAS DA CARGA HORÁRIA NAS
ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO NO CURSO SUPERIOR
DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

Art. 1º. O presente regulamento estabelece os critérios de aproveitamento e as equivalências da carga horária nas Atividades Complementares de Graduação (ACGs), conforme exigência da Resolução nº 29/2011 do Conselho Universitário (CONSUNI) no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

Parágrafo único. O Anexo II deste regulamento apresenta, de forma resumida, os critérios de aproveitamento e as equivalências da carga horária nas ACGs.

Art. 2º. As ACGs são classificadas em 04 (quatro) grupos:

- I. Atividades de Ensino;
- II. Atividades de Pesquisa;
- III. Atividades de Extensão;
- IV. Atividades Culturais, Artísticas, Sociais e de Gestão.

Art. 3º. A carga horária mínima, definida no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a ser cumprida pelo discente em ACGs é de 30 (trinta) horas, como requisito obrigatório para a integralização curricular e para a colação de grau.

Parágrafo único. O discente deve cumprir a carga horária mínima de 10% (dez por cento) das 30 (trinta) horas, nos grupos I, II e IV previstos no artigo 104 da Resolução nº29/2011. E no que se refere à extensão, de acordo com o artigo 105, não há obrigatoriedade dos 10% de carga horária para a integralização curricular.

Art. 4º. As Atividades de Ensino incluem, entre outras, as seguintes modalidades:

- I. componente curricular de graduação, desde que aprovado pela Comissão do Curso;
- II. cursos nas áreas de interesse em função do perfil de egresso;
- III. monitorias em componentes curriculares de cursos da Unipampa;
- IV. participação em projetos de ensino;
- V. estágios não obrigatórios ligados às atividades de ensino;
- VI. organização de eventos de ensino; participação como ouvinte em eventos de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 5º. As Atividades de Pesquisa incluem, entre outras, as seguintes modalidades:

- I. participação em projetos de pesquisa desenvolvidos na Unipampa, ou em outra IES ou em espaço de pesquisa reconhecido legalmente como tal;
- II. publicação de pesquisa em evento científico ou publicação em fontes de referência acadêmica, impressa ou de acesso online, na forma de livros, capítulos de livros, periódicos, anais, jornais, revistas, vídeos ou outro material de referência acadêmica;
- III. participação na condição de conferencista, ou painalista, ou debatedor, ou com apresentação de trabalho em eventos que tratam de pesquisa, tais como grupos de pesquisa, seminários, congressos, simpósios, semanas acadêmicas, entre outros;
- IV. estágios ou práticas não obrigatórios em atividades de pesquisa.

Art. 6º. As Atividades de Extensão incluem, entre outras, as seguintes modalidades:

- I. participação em projetos e/ou atividades de extensão desenvolvidos na Unipampa ou outra IES, ou em instituição governamental ou em organizações da sociedade civil com fim educativo, de promoção da saúde, da qualidade de vida ou da cidadania, do desenvolvimento social, cultural ou artístico;
- II. estágios e práticas não obrigatórios, em atividades de extensão;
- III. organização e/ou participação em eventos de extensão;
- IV. publicação de atividade de extensão ou publicação de material pertinente à extensão em fontes de referência acadêmica, impressa ou de acesso online, na forma de livros, capítulos de livros, periódicos, anais, jornais, revistas, vídeos ou outro material de referência acadêmica;
- V. participação na condição de conferencista, ou painalista, ou debatedor, ou com apresentação de trabalho em eventos que tratam de extensão, como grupos de estudos, seminários, congressos, simpósios, semana acadêmica, entre outros.

Art. 7º. As Atividades Culturais, Artísticas, Sociais e de Gestão incluem, entre outras, as seguintes modalidades:

- I. organização ou participação ou premiação em atividades de cunho cultural, social ou artístico;
- II. participação na organização de campanhas beneficentes, educativas, ambientais ou de publicidade e outras atividades de caráter cultural, social ou artístico; premiação referente a trabalho acadêmico de ensino, de pesquisa, de extensão ou de cultura;
- III. representação discente em órgãos colegiados;
- IV. representação discente em diretórios acadêmicos;
- V. participação, como bolsista, em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão acadêmica;
- VI. participação em estágios não obrigatórios com atividades na área cultural, social, artística e de gestão administrativa e acadêmica.

Parágrafo único. Está incluído dentre as atividades previstas no caput a de “Mesário Universitário”, conforme o convênio celebrado entre o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul (TRE-RS) e a Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

Art. 8º. É de responsabilidade do discente solicitar, na Secretaria Acadêmica, no período informado no Calendário Acadêmico da Unipampa, o aproveitamento das ACGs realizadas.

- I. o discente deve anexar ao seu requerimento cópia dos documentos comprobatórios, com indicação da carga horária da atividade, autenticados por técnico-administrativo mediante apresentação dos originais.
- II. o requerimento é protocolado na Secretaria Acadêmica, em 2 (duas) vias, assinadas pelo discente e pelo técnico-administrativo, onde estão listadas todas as cópias de documentos entregues, uma via é arquivada na Secretaria Acadêmica e a outra entregue ao discente como comprovante de entrega das cópias.

Art. 9º. Cabe à Coordenação de Curso de Graduação validar ou não o aproveitamento das ACGs requerida pelo discente, de acordo com documentos comprobatórios e os critérios estabelecidos pela Comissão de Curso.

Art. 10. Fica a cargo da Secretaria Acadêmica o registro do aproveitamento das ACGs no Histórico Escolar do discente conforme deferido pela Coordenação do Curso, respeitando os prazos estabelecidos.

Art. 11. As ACGs somente são analisadas se realizadas nos períodos enquanto o discente estiver regularmente matriculado na Unipampa, inclusive no período de férias escolares ou o recesso acadêmico.

Art. 12. Os casos omissos ao presente regulamento são apreciados pela Comissão de Curso.

Art. 13. O presente regulamento entra em vigor na data da aprovação pela Comissão de Curso.

Santana do Livramento – RS, 17 de Maio de 2017

APÊNDICE E – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO ESPECÍFICAS E VINCULADAS

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 1º O presente regulamento estabelece a inserção de Atividades Curriculares de Extensão (ACE), conforme exigência da Resolução CONSUNI/Unipampa nº 317/2021 do Conselho Universitário (CONSUNI) e com Instrução Normativa Nº 18 / 2021 – Unipampa no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO

Art. 2º A inserção de Atividades Curriculares de Extensão (ACE) no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é por meio das Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) e Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV).

- I - As Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) são constituídas por programas, projetos, cursos, eventos e Prestação de Serviço;
- II - As Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV) são atividades vinculadas a Componentes Curriculares Obrigatórios ou Complementares de Graduação, com carga horária total ou parcial de extensão, discriminada na matriz curricular, ementa e no plano de ensino.

§ 1º A carga horária das Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV) deverá ser múltiplas de 5 horas.

§ 2º A modalidade descrita no inciso II deverá ter, explicitada no plano de ensino, a descrição das atividades extensionistas, metodologia, cronograma, formas de avaliação e discriminação de carga horária atribuída à extensão.

Art. 3º As Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) podem ser realizadas sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos e Prestação de Serviço.

- I - Programa é um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino, com caráter orgânico institucional, integração no território, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.
- II - Projeto é uma ação processual, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, registrado preferencialmente vinculado a um programa ou como projeto isolado.
- III - Curso é uma atividade de formação de curta duração com o objetivo de estimular o desenvolvimento intelectual, humano, tecnológico e científico.
- IV - Evento são atividades pontuais de caráter artístico, cultural ou científico.

CAPÍTULO III

ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Seção I

Requisitos para Inserção da Extensão no Curso de Tecnologia em Gestão Pública

Art. 4º As ações de extensão inseridas no Projeto Pedagógico do Curso de Gestão Pública por meio de Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) e Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV) compõem, no mínimo, 10% da carga horária total do curso e possuem as seguintes características:

§ 1º Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) são constituídas por programas, projetos, eventos ou cursos de extensão. A “Unipampa Cidadã” é uma Atividade Curricular de Extensão Específica (ACEE) com carga horária de 90h. O Programa de Extensão “Gestão Pública” é uma Atividade Curricular de Extensão Específica (ACEE) com carga horária de 60h.

§ 2º Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV) são constituídas por programas, projetos, eventos ou cursos de extensão vinculadas a Componentes Curriculares Obrigatórios ou Complementares de Graduação, com carga horária de 30 horas, discriminada na matriz curricular, ementa e no plano de ensino.

§ 3º A carga horária das Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV) deverá ser múltipla de 5 horas.

§ 4º As Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV) deverão ter, explicitada no plano de ensino, o título e o número de registro da ação de extensão ao qual está vinculada, a descrição das atividades extensionistas, metodologia, cronograma, formas de avaliação e discriminação da carga horária atribuída à extensão.

§ 5º As ações de extensão que compõem as Atividades Curriculares de Extensão Específicas e Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas devem estar registradas na Pró-reitoria de Extensão e Cultura.

§ 6º Horas vinculadas aos componentes curriculares de Planejamento em Pesquisa e Pesquisa Aplicada (TCC) não podem ser contabilizadas como Atividade Curricular de Extensão.

§ 7º Projetos e programas devem compor, no mínimo, 80% da carga horária total das atividades curriculares de extensão.

§ 8º A carga horária de projetos de extensão relacionados a Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas não poderá ser contabilizada em mais de um componente da mesma matriz curricular.

Seção II

Atividade Curricular de Extensão Específica - “UNIPAMPA CIDADÃ”

Art. 5º A “UNIPAMPA Cidadã” é um programa institucional que será ofertado como atividade curricular de extensão específica (ACEE).

§ 1º O “UNIPAMPA Cidadã” é um programa de extensão que deverá ser composto por ações de cidadania e solidariedade.

§ 2º Nessa ação, os discentes da UNIPAMPA realizarão trabalhos comunitários em instituições públicas, organizações/associações da sociedade civil organizada e organizações não governamentais (ONGs) que atendam, preferencialmente, pessoas em situação de vulnerabilidade.

§ 3º O trabalho comunitário deverá atender as demandas e necessidades da comunidade e proporcionar aos discentes experiências de novas realidades, relações, sentimentos, aprendizados, problemas e saberes.

§ 4º O “UNIPAMPA Cidadã” implica o compartilhamento recíproco de saberes populares que uma pessoa da comunidade aprende com outros atores sociais em diversos contextos.

Art. 6º A “UNIPAMPA Cidadã” tem como principais objetivos:

I - promover a formação integral e cidadã dos discentes, com o intuito de formar egressos cientes de sua responsabilidade social e capazes de atuar de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e democrática;

II - estimular a autonomia dos discentes;

III - aumentar a integração e a interação da comunidade acadêmica da UNIPAMPA com a comunidade;

IV - estimular, no ambiente acadêmico, o uso dos saberes populares como ferramenta de formação humana e profissional.

Art. 7º A “UNIPAMPA Cidadã” tem como principais características:

I - É uma atividade curricular de extensão específica (ACEE);

II - É uma atividade obrigatória, com carga horária total de 90 horas;

III - Deverá ser realizada por todos discentes do curso desde o seu início, recomendando a sua integralização até o quinto semestre do curso;

IV - Os discentes deverão realizar as ações comunitárias em instituições públicas, organizações não governamentais (ONGs) e organizações ou associações da sociedade civil organizada;

V - As ações devem atender a demanda da comunidade e priorizar o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social;

VI - A instituição, bem como, o tipo e a periodicidade do trabalho comunitário a ser realizado é de escolha do discente, em comum acordo entre o supervisor de extensão e o local de sua prática;

VII - O planejamento, o acompanhamento, a avaliação e a validação da “UNIPAMPA Cidadã” serão feitos pelos supervisores de extensão do curso;

Art. 8º A metodologia para execução deste programa dar-se-á da seguinte forma:

I - Apresentação do programa aos discentes evidenciando características, objetivos, metodologia e relevância da ação;

II - Definição das instituições onde serão realizadas as ações;

III - Os horários, os períodos de realização e os tipos de trabalho comunitário voluntário devem ser previamente definidos, de forma consensual, entre entidades, discentes e supervisor de extensão, respeitando as regras definidas no PPC;

IV - A ação só poderá ser iniciada após a ciência e a aprovação do supervisor de extensão;

V – A comprovação da realização da ação ocorrerá mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) certificado da instituição onde foi realizada a ação, informando o tipo de trabalho voluntário, a carga horária, a população beneficiada e a avaliação da ação;

b) relatório da atividade do discente, conforme o modelo em anexo;

VI - Após avaliação dos documentos apresentados pelo discente, o supervisor de extensão emitirá parecer favorável ou não à aprovação da atividade;

VII - O supervisor de extensão, após avaliar e aprovar a atividade, deverá encaminhar os documentos comprobatórios à Secretaria Acadêmica para validação da carga horária.

Parágrafo único: A comprovação do Unipampa Cidadã será de acordo com o Anexo I.

Seção III

Supervisão de Extensão no Curso de Tecnologia em Gestão Pública

Art. 9º A comissão de curso indicará um integrante da mesma para exercer a função de supervisor de extensão.

Art. 10º O supervisor de extensão tem as seguintes atribuições:

§ 1º Avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelos(as) discentes de acordo com o disposto no PPC;

§ 2º Acompanhar, avaliar e validar a atividade curricular de extensão denominada “UNIPAMPA Cidadã”;

§ 3º Validar o aproveitamento das Atividades Curriculares Extensão Específicas;

§ 4º Realizar informe semestral sobre as atividades de extensão realizadas no curso.

Art. 11º Para o exercício da função de supervisor de extensão serão alocadas 8 horas semanais de trabalho como encargo docente na modalidade gestão.

Parágrafo único. A Comissão de Curso deverá designar os supervisores de extensão. Para o exercício das funções de supervisão de extensão poderão ser alocadas até oito horas semanais de trabalho como encargos docente. Se mais de um servidor for designado para a função, o encargo deve ser dividido pelo número de integrantes envolvidos.

CAPÍTULO IV

DO COMPONENTE CURRICULAR COM ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO VINCULADA

Art. 12º O registro da execução das Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas a componentes curriculares obrigatórios ou complementares, com a respectiva carga horária e data de realização, bem como, a frequência do discente e o resultado final da avaliação de aprendizagem são de responsabilidade do docente do componente curricular.

Parágrafo único. No plano de ensino, além da carga horária de extensão, deverá constar a descrição das atividades extensionistas, a metodologia, o cronograma e as formas de avaliação.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) ACADÊMICO(A)

Art. 13º Para validação da carga horária das Atividades Curriculares de Extensão, os(as) acadêmicos(as) devem participar da equipe executora das ações de extensão.

Art. 14º Os(As) discentes poderão solicitar o aproveitamento das atividades de extensão realizadas na UNIPAMPA ou em outras Instituições.

§1º A carga horária de ações de extensão executadas em outras IES, no Brasil e no exterior, deverá ser analisada pela Comissão de Curso e poderá ser validada pelo supervisor como Atividade Curricular de Extensão, de acordo com as normas estabelecidas no PPC e na legislação vigente.

§2º Os(as) acadêmicos(as) ingressantes provenientes de outras instituições de ensino superior poderão solicitar o aproveitamento da carga horária das ações de extensão integralizadas na instituição de origem.

Art. 15º É de responsabilidade do(a) discente solicitar o aproveitamento das atividades de extensão indicadas no art. 14, junto à Secretaria Acadêmica, no prazo definido no Calendário Acadêmico Institucional da Unipampa.

I. o(a) acadêmico(a) deve anexar ao requerimento a cópia dos documentos comprobatórios, com indicação da carga horária da atividade, autenticados por técnico-administrativo mediante apresentação dos originais.

II. o requerimento é protocolado na Secretaria Acadêmica, em 2 (duas) vias, assinadas pelo(a) discente e pelo técnico-administrativo, em que estão listadas todas as cópias de documentos entregues; uma via é arquivada na Secretaria Acadêmica e a outra entregue ao discente como comprovante de entrega das cópias.

Art. 16º As atividades de extensão somente serão validadas se realizadas nos períodos enquanto o(a) discente estiver regularmente matriculado na UNIPAMPA.

Parágrafo único - Para o discente ser caracterizado como “provável formando” deverá ter cumprido a carga horária das atividades de extensão no semestre de referência.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17º O curso de Tecnologia em Gestão Pública realizará a autoavaliação continuada do processo de desenvolvimento das Atividades Curriculares de Extensão, avaliando a pertinência e a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Pedagógico de Curso, bem como, aos resultados alcançados em relação ao público participante.

Parágrafo único. A autoavaliação visa aprimorar a articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente e a relação com a sociedade.

Art. 18º Para fins de integralização do currículo do curso será exigido o cumprimento da carga horária de extensão determinada neste PPC.

§ 1º Os discentes devem participar da equipe executora das ações de extensão para que a carga horária seja validada como ACE.

§ 2º As cargas horárias das ações de extensão utilizadas como ACE não serão consideradas no cômputo da carga horária de outras atividades da graduação.

§ 3º É de responsabilidade do(a) discente solicitar o aproveitamento / validação das Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) nas Secretarias Acadêmicas respeitando calendário acadêmico da graduação.

§ 4º No histórico acadêmico do(a) discente deverá constar a carga horária total das Atividades Curriculares de Extensão (ACE), registrado pela Secretaria Acadêmica.

§5º Recomenda-se que a carga horária mínima semestral a ser realizada pelo(a) discente em Atividades Curriculares de Extensão seja de 30 horas.

Art. 19º Em caso de reingresso ou ingresso de outro curso, o discente poderá solicitar o aproveitamento da carga horária nas ações de extensão integralizadas anteriormente na UNIPAMPA.

Art. 20º Ingressantes provenientes de outras instituições de ensino superior poderão solicitar o aproveitamento da carga horária das ações de extensão integralizadas anteriormente na instituição de origem.

Art. 21º Os casos omissos serão discutidos em primeira instância pela Comissão de Curso e, em segunda instância, pela Comissão Local de Ensino do campus.

ANEXO I – RELATÓRIO PARA DISCENTE VALIDAR CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA UNIPAMPA CIDADÃ

UNIPAMPA CIDADÃ	
Relatório	
Nome:	
Matrícula:	
Curso de Graduação:	Campus:
Data de entrega:	
Assinatura do discente:	
INSTITUIÇÃO na qual a ação foi realizada	
Nome:	
Endereço:	
Cidade / Estado:	
Responsável pela Instituição:	
Assinatura do Responsável pela Instituição:	
AÇÃO COMUNITÁRIA	
Período de realização:	
Carga Horária Total:	
Periodicidade:	
Público da ação:	
Número de pessoas alcançadas pela ação:	
Descrição do trabalho realizado:	

**ANEXO II – CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO E EQUIVALÊNCIAS DA
CARGA HORÁRIA NAS ACG**

Atividades de Ensino			
Modalidade	Carga horária individual	Carga horária máxima	Documento comprobatório
Componente curricular de graduação	30	30	Histórico Escolar
Cursos nas áreas do perfil do egresso	03	30	Certificado/Atestado
Monitorias em componentes curriculares	10	30	Certificado/Atestado
Participação em projetos de ensino	10	30	Certificado/Atestado
Estágios não obrigatórios ligados a atividade de ensino	10	30	Certificado/Atestado
Organização de eventos de ensino	03	30	Certificado/Atestado
Participação como ouvinte em eventos	03	30	Certificado/Atestado

Atividades de Pesquisa			
Modalidade	Carga horária individual	Carga horária máxima	Documento comprobatório
Participação em projetos de pesquisa	10	30	Certificado/Atestado
Publicação de pesquisa em evento científico ou de referência acadêmica:			
- resumo	03	30	Certificado/Resumo
- resumo expandido	05	30	Certificado/Resumo
- artigo completo	10	30	Certificado/Artigo
- capítulo de livro	15	30	Livro
- livro	30	30	Livro
Participação em eventos de pesquisa	03	30	Certificado/Atestado
Estágios ou práticas não obrigatórios ligados a atividade de pesquisa na área do curso	10	30	Certificado/Atestado

Atividades de Extensão			
Modalidade	Carga horária individual	Carga horária máxima	Documento comprobatório
Participação em projetos e/ou atividades de extensão	10	30	Certificado/Atestado
Estágios e práticas não obrigatórios em atividades de extensão	10	30	Certificado/Atestado
Organização e/ou participação em eventos	03	30	Certificado/Atestado
Publicação de atividade de extensão ou publicação de material pertinente à extensão em referência acadêmica:			
- resumo	03	30	Certificado/Resumo
- resumo expandido	05	30	Certificado/Resumo
- artigo completo	10	30	Certificado/Artigo
- capítulo de livro	15	30	Livro
- livro	30	30	Livro
Participação em eventos de extensão	03	30	Certificado/Atestado

Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão			
Modalidade	Carga horária individual	Carga horária máxima	Documento comprobatório
Organização ou participação ou premiação em atividades cultural, social ou artístico	03	30	Certificado/Atestado
Participação na organização de campanhas beneficentes, educativas, ambientais, entre outras.	03	30	Certificado/Atestado
Premiação referente a trabalho acadêmico de ensino, de pesquisa, de extensão ou de cultura	03	30	Certificado/Atestado
Representação discente em órgãos colegiados	10	30	Certificado/Atestado
Representação discente em diretório acadêmico	05	30	Certificado/Atestado
Participação, como bolsista, em atividades de gestão acadêmica.	10	30	Certificado/Atestado
Participação em estágios não obrigatórios com atividades na área cultural, social, artísticas e de gestão.	10	30	Certificado/Atestado

Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão			
Modalidade	Carga horária individual	Carga horária máxima	Documento comprobatório
Mesário Universitário (Convênio entre TRERS e UNIPAMPA)	30	30	Certificado/ Atestado do TRERS